



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Diego da Silva Ramos

A UPPEES e sua relação com a Ditadura Militar (1968-1978)

São Gonçalo

2015

Diego da Silva Ramos

A UPPES e sua relação com a Ditadura Militar (1968-1978)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Mestrado Profissional em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto

São Gonçalo

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

R175 Ramos, Diego da Silva.
A UPPEES e sua relação com a Ditadura Militar (1968-1978) / Diego da
Silva Ramos. – 2015.
100f.

Orientador: Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto.
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Sindicatos – Professores – Teses. 2. Sindicalismo – Brasil – Teses. I.
Lourenço Neto, Sydenham. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 331.105.445

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Diego da Silva Ramos

A UPPEs e sua relação com a Ditadura Militar (1968-1978)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Mestrado Profissional em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social do Território.

Aprovada em 30 de abril de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto (Orientador)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Gelson Rozentino de Almeida
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2015

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Kíssila Velloso. Mais uma vez dá provas de que a amizade pode elevar pessoas a mundos melhores. Sou grato àquela “que aguenta todo o meu mau comportamento”.

Ao meu amigo e orientador Sydenham Lourenço, mais uma vez pela paciência, pela confiança, pelo desenvolvimento intelectual e por acreditar no meu potencial.

Aos meus pais, Jorge e Amazônia, por sempre acreditarem em mim e nunca desistirem de me “ver grande”.

Ao meu irmão Vinícius, por nunca desistir de mim e sempre acreditar na força da nossa amizade. Novamente sua contribuição para a conclusão do trabalho é ímpar.

Ao amigo Guilherme Stigert, que possibilitou mais dois anos de idas e vindas para a faculdade com ainda mais conforto. Seus conselhos me levam a acertos. “Paulo, acorda, pensa no futuro, que isso é ilusão”.

À Capes pelo financiamento a esta pesquisa.

RESUMO

RAMOS, Diego da Silva. *A UPPE e sua relação com a Ditadura Militar*. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

Este trabalho tem por objetivo explorar e mostrar de que maneira, um sindicato conhecido dentro sua categoria como conservador, agiu durante o período da ditadura militar brasileira. Para tanto, serão examinadas as fontes produzidas pela instituição e serão problematizados a partir destas leituras, algumas posições tomadas por tal sindicato no recorte entre 1968 e 1978. A história de fundação e construção de um sindicato docente num Brasil assolado por uma ditadura militar, as lutas sindicais que aconteceram no pré e durante o golpe militar, o aprofundamento no exame do comportamento colaboracionista da UPPE e a contextualização deste comportamento com a conjuntura política da época, serão pontos explorados no trabalho.

Palavras-chave: Sindicalismo docente. Propaganda. Ufanismo.

ABSTRACT

RAMOS, Diego da Silva. *The UPPEES and its relationship with the military dictatorship*. 2015. 100f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

This paper aims to explore and show how an acquaintance among its category as conservative union, acted during the military dictatorship Brazilian. For this, we examined the sources produced by the institution and will be problematized from these readings, some common concepts. The story of the founding and construction of a teachers' union in Brazil plagued by a military dictatorship, the union fights that happened before and during the military coup, deepening the examination of the collaborationist behavior *Union of Teachers in Primary State* (UPPE) and contextualization of this behavior with the political situation of the time, points will be exploited at work.

Keywords: Teacher Unionism. Propaganda. Jingoism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Associadas por regiões do antigo estado do Rio de Janeiro	48
Tabela 1–	Perfil dos dirigentes sindicais	95

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	8
1	O CONCEITO DE “SOCIEDADE CIVIL”	13
1.1	Introdução	13
1.2	A Sociedade Civil	18
1.3	O sindicato brasileiro: um organismo da sociedade civil	22
1.4	A UPPEES como modelo de apoio classista ao regime	31
2	A UNIÃO DOS PROFESSORES PÚBLICOS NO ESTADO – SINDICATO (UPPEES)	38
2.1	A fundação da UPPE	38
2.2	As gestões da UPPEES	41
2.3	As fontes produzidas pela UPPEES	46
2.4	Reivindicações “à moda uppeana”	51
2.5	UPPEES também tem opinião	56
2.6	O assistencialismo¹ da UPPEES	59
2.7	Luta sindical é luta na rua! Luta sindical é luta na rua!	60
3	PROPAGANDA E UFANISMO	68
3.1	Introdução	68
3.2	A construção da identidade brasileira pelos militares	73
3.3	Porque a UPPEES se ufanou deste país	77
	CONCLUSÃO	90
	REFERÊNCIAS	97

¹ Aqui registramos o conceito de “assistencialismo” como o benefício dado pelo sindicato como forma de garantir a sua funcionalidade como prestador de serviços durante a ditadura. Para maior discussão desta ideia, consultar *As tendências políticas na formação das centrais sindicais* de Leôncio Martins Rodrigues.

INTRODUÇÃO

Em 1º de abril de 1964 o Brasil entra naquele, que muitos denominam ser, o período mais nebuloso e triste da sua história. Um golpe de Estado perpetrado pelo exército brasileiro, com o amplo apoio de camadas médias e altas da população (REIS FILHO, 2001), derruba o vice-presidente João Goulart, eleito democraticamente e que estava no poder completando o mandato de seu antecessor-desistente, Jânio Quadros². Talvez, seguir essa linha de raciocínio, simplificaria demais um processo que já vinha se arrastando há mais de dez anos. Um processo engendrado por tentativas de golpes, contragolpes e “golpes-preventivos” (MIRANDA, 2010).

Porém, não cabe neste momento uma discussão aprofundada sobre o contexto que levou ao golpe, ou todas as confusas idas e vindas da legalidade brasileira durante o final da chamada experiência democrática.

Quando da queda de João Goulart, vários historiadores já concordam da participação efetiva dos setores conservadores da classe média em sua composição (REIS FILHO, 2001). Interesses diversos poderiam constar no íntimo daqueles que aplaudiam a tomada de poder pelos militares. No entanto, um mesmo desejo unia tanto os militares, quanto os civis: evitar que o Brasil virasse uma “república sindicalista” (TOLEDO, 2004) ou afastar o perigo de uma “democracia populista” (REIS FILHO, 2001, p. 357).

Embora ainda hoje existam historiadores que insistam em afirmar que o principal fato que levou à derrubada de Goulart foi simplesmente sua inabilidade política e sua parcimônia em tentar resolver as convulsões de uma frágil e constantemente agredida democracia (VILLA, 2004), já estamos a salvo deste tipo de reducionismos e temos como contabilizar outros fatores, muito mais ligados ao tal “perigo vermelho” que Goulart representaria para as classes médias.

Uma vez apoiando o regime em vigor a partir de 1964, alguns organismos da sociedade civil passam a se enraizar pelas estruturas de poder vigente de várias formas. Com respaldo financeiro, logístico, de pessoal ou até mesmo ideológico; denunciando um colega de trabalho (ROLLEMBERG, 2003), ou escrevendo cartas exaltando John Kennedy como um “amigo da América Latina” (*SIU*, Niterói, p. 6, ago. 1969). Várias são as maneiras de se prestar solidariedade e render homenagens ao regime ditatorial brasileiro.

² Este tema é minuciosamente tratado em TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Tudo é história; 48).

Desejando o aprofundamento do estudo da postura da sociedade civil durante a ditadura, foi necessária a escolha de um grupo que pudesse representa-los. Optando por pesquisar um tipo de associação ou grupo que pudesse ser representativo para a pesquisa, entendemos que um sindicato docente era uma opção interessante. Propositamente – devido até mesmo a falta de associações desse tipo no pós-64 – o sindicato eleito foi uma associação “famosa” por suas posições controversas e muitas vezes interpretadas como conservadoras. Assim sendo, temos como foco da pesquisa a União dos Professores Públicos no Estado – Sindicato³.

Não é possível hoje, traçar um paralelo entre a fundação da UPPE⁴ e seu imediato apoio ao regime que estava instalado no Brasil no ano de seu nascimento: 1945, ou seja, a UPPE nem sempre esteve ao lado dos governantes. Pelo contrário, a associação nasce a partir de um desentendimento entre uma liderança docente e o interventor do estado do Rio de Janeiro.

Em seus primeiros anos de existência, é possível constatar na UPPE a presença ainda forte dos dois principais matizes do espectro político da época. Ao mesmo tempo em que havia a presença de um grupo de posições mais progressistas ligados ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) - dentre eles a fundadora da associação, a professora Maria Francisca Pereira Marinho, que como veremos mais à frente, era filha de comunistas e irmã de Astrogildo Pereira um dos fundadores do PCB - também existia um grupo que possuía forte ligação com os integralistas e tinha como fonte de inspiração posições conservadoras que já há tempos existiam em nossa sociedade. Uma grande admiração a Plínio Salgado, a composição básica da instituição de senhoras professoras de ensino primário, dentre outros. Notadamente, em um determinado momento, tais grupos com interesses tão opostos acabariam entrando em colisão, o que fica claro a partir do afastamento da direção da fundadora alguns anos mais tarde após o nascimento da associação (União dos Professores

³ Para melhor esclarecer a mudança nas nomenclaturas através da história da UPPE, registramos que em 08 de setembro de 1945 houve a criação de uma associação de professores sob o nome de “União dos Professores Estaduais – UPE”. Após a elaboração e aprovação do Estatuto, em 14 de novembro de 1945, passou a ser denominada “União dos Professores Primários Estaduais - UPPE”, como forma de direcionar o foco de sua atuação ao ensino primário. Com a vigência da lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (5 692/71) e passando a atender, também, os professores do ensino ginásial e médio (inclusive se fundindo com a Associação de Professores de Ensino Médio), recebeu a denominação de “União dos Professores Públicos Estaduais – UPPE” (*O Fluminense*, Niterói, p. 3, 13 jun. 1972). Promulgada a atual Constituição Federal, foi transformada em sindicato em 16 de novembro de 1988, recebendo, então, o nome de “União dos Professores Públicos no Estado - UPPE/SINDICATO”.

⁴ Trataremos aqui por “UPPE” toda a trajetória do sindicato enquanto ainda era uma “associação”. Só depois da Constituição de 1988 é que a UPPE consegue a mudança para o status de “sindicato”, apenas acrescentando a letra “S” ao final de seu nome. Tudo que se referir ao período pós 1988, será tratado como “UPPE”.

Primários no Estado. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 26 set. 1946). Tais acontecimentos só deixam claro que, principalmente após o desligamento da professora Maria Francisca, os grupos mais conservadores, além de ocuparem a liderança do sindicato, só fizeram ampliar o desejo pela manutenção do *status quo* quando da tomada do poder pelos militares. O desejo de afastar qualquer perigo que rondasse a “paz e a tranquilidade democrática” de nossa sociedade era presente e cada vez maior, mesmo que tal paz e tranquilidade representasse a manutenção de um sistema tão injusto e desigual como o nosso.

A priori, o próximo capítulo tratará da análise de diferentes autores que se dedicaram a compreender o conceito de “sociedade civil”. Partindo de uma visão mais ampla, trabalharemos a ideia de Antônio Gramsci, para introduzir o debate. A partir das análises do “filósofo da práxis”, tentaremos mostrar como na perspectiva dele, a sociedade civil pode ser entendida como as diferentes formas de associação da sociedade, diferentes formas encontradas pelos cidadãos para se organizarem, sejam em partidos políticos, sindicatos, jornais e grupos autônomos. Com o caminho aberto por essa ideia – bem preliminar – passamos à tentativa de entendimento do conceito por Norberto Bobbio. O italiano se ocupa por demonstrar a visão de diversos autores sobre a sociedade civil. Analisando a visão do próprio Gramsci, Marx, passando inclusive por pensadores da era moderna como Rousseau, a perspectiva de Bobbio nos mostra que a discussão sobre a sociedade civil é muito antiga e foi bastante pensada e debatida por diversos filósofos e estudiosos que desejavam problematizar o tema. Inicialmente, discutindo a visão de Rousseau sobre tais ideias, Bobbio identifica uma posição ainda bem primária, necessitando certamente um aperfeiçoamento e discussões maiores (que naturalmente veio a partir da visão dos demais filósofos). Notadamente, a visão do conceito sofre diversas modificações que Bobbio faz questão de registrar. Desde o modelo ainda inicial, no qual o termo “sociedade civil” se opõe a um estado bruto e desorganizado do homem em sociedade, até aos pensadores mais recentes - que como Gramsci – entendem que o conceito de sociedade civil é muito mais complexo e não pode ser explicado através de uma visão maniqueísta. Muito mais do que a sociedade civil ser um aparelho do Estado para reproduzir seus interesses, podemos entender que a sociedade civil era

uma arena privilegiada da luta de classe, uma esfera do ser social onde se dá uma intensa luta pela hegemonia; e, precisamente por isso, ela não é o "outro" do Estado, mas - juntamente com a "sociedade política" ou o "Estado-coerção" - um dos seus inelimináveis momentos constitutivos. Para Gramsci [...], nem tudo o que faz parte da sociedade civil é "bom" (ela pode, por exemplo, ser hegemônica pela direita) e nem tudo o que provém do Estado é "mau" (ele pode expressar demandas universalistas que se originam nas lutas das classes subalternas). Somente uma concreta análise histórica da correlação de forças presente em cada momento pode

definir, do ângulo das classes subalternas, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil como do Estado (COUTINHO, 2000).

Ainda analisaremos a visão de Nicos Poulantzas que mesmo não problematizando a questão da sociedade civil diretamente, quando trata dos chamados “aparelhos ideológicos” do Estado, acaba por enquadrar também a sociedade civil como um desses aparelhos.

Quando fizermos a transição para a análise de acordo com uma perspectiva brasileira, utilizaremos as ideias de Virgínia Fontes, que preliminarmente descrevem a tentativa dentro do Brasil de entendimento da sociedade civil, o que contribui de forma significativa para o nosso trabalho, pois é a partir daí que debateremos a questão da postura da UPPE. A autora deixa claro que não há ainda uma unidade sobre o significado do conceito, mas ainda assim afirma que a organização da sociedade civil no Brasil se dá de cima para baixo, passando a ideia de que as classes dominantes utilizariam dessa sociedade civil para reproduzir para as classes mais baixas o seu discurso e as suas práticas.

Em seguida, o trabalho procura discutir o conceito de sociedade civil no âmbito da ditadura militar no Brasil. A partir disso, de maneira a relacionar o estudo do conceito com a pesquisa, trataremos de mostrar a formação dos movimentos sindicais no pré e pós 1964, até mesmo para podermos comparar a atuação dos sindicatos nessa época, com a UPPE. Com base na perspectiva gramsciana de sociedade civil, buscaremos demonstrar como a ideia de Gramsci se materializa satisfatoriamente no comportamento da UPPE. Com isso, foi necessário aproximar ao máximo o conceito “sociedade civil”, com a questão sindical.

Adiante, no terceiro capítulo, faremos a análise do periódico produzido pela UPPE que será o marco inicial para o desenvolvimento do trabalho com as fontes. O jornal inicia sua publicação ainda na década de 1950. Durante um curto período é veiculado, mas é deixado de lado tempos depois. A publicação só volta a ser produzida em 1968, com o nome de Síntese Informativa da União dos Professores Primários do Estado – ou Síntese Informativa da UPPE, doravante tratada como SIU. Sendo rodado semestralmente, o periódico sofreu várias alterações durante a sua existência (a primeira edição era um livreto redigido à máquina de escrever, assumindo o formato tabloide só em 1968) chegando a ser publicado até os dias de hoje. Basicamente composto por notícias referentes às reivindicações e conquistas da categoria, além de um forte instrumento de propaganda dos feitos das gestões vigentes. Continha ainda matérias relacionadas à cultura, como concursos de poesias. Outra utilidade do jornal era o de propagandear as benesses assistencialistas oferecidas pelo sindicato a sua categoria.

No último capítulo, igualmente curioso, o aspecto mais interessante que a pesquisa pode nos revelar é o quanto o sindicato se valeu da ideia de “ufanismo” para possivelmente mostrar seu apoio ao regime. Existe um material para pesquisa, dentro destas “SIU’s”, que possibilita o aprofundamento do trabalho mediante o debate sobre a questão do ufanismo. Tomemos como exemplo, parte do acervo que a SIU levou aos seus leitores. Mensagens de apoio e frases de efeitos dos presidentes militares como “A grandeza do Brasil depende muito mais da Família do que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma de educador que existe em cada lar” (*SIU*, Niterói, p. 6, dez. 1969)⁵. Assim como já foi citado anteriormente, artigos enviados por professoras de vários locais do Estado do Rio de Janeiro, exaltando figuras como Kennedy, onde a autora pregava que o mesmo era “(...) considerado um dos maiores estadistas de todos os tempos. Kennedy foi um amante da paz, um apóstolo da liberdade e um defensor da igualdade humana.” (*SIU*, Niterói, p. 6, ago. 1969). Outro artigo interessante exalta a vencedora de um concurso estudantil de poesias, no qual a mesma alcança o êxito com alguns poemas como

TRANSAMAZÔNICA: Tiraram a venda dos olhos atônitos dos brasileiros, descortinando a Amazônia, abrindo no seu âmago, a Transamazônica – da grande era da comunicação, rasgando o seio das matas virgens, realizando a verdadeira magia dos poderes, da força, do valor e da grandiosidade das selvas! (*SIU*, Niterói, p. 5, set. 1965).

Não seria o suficiente mostrar estas e mais fontes, sem que se fizesse a problematização deste aspecto “ufanista” do sindicato. Para tanto, a obra de Carlos Fico foi de grande valia para enriquecer o debate sobre o tema.

Mas, antes de nos debruçarmos sobre o material encontrado de posse do sindicato, ou de conhecermos um pouco mais como funcionava a estrutura sindical (docente ou não) da época, é preciso nos familiarizarmos com alguns conceitos básicos, pois os mesmos nortearão a leitura daqui por diante e serão deveras importantes.

⁵ Frase atribuída a Emílio G. Médici.

1 O CONCEITO DE “SOCIEDADE CIVIL”

1.1 Introdução

O estudo do comportamento da sociedade civil durante a ditadura militar no Brasil é de certa forma carente de trabalhos. Não por culpa dos historiadores, mas devido a todas as restrições sobre as fontes que vem acontecendo desde a reabertura em 1985. Não são raras, até hoje, aparições de documentos desde então desconhecidos pelo público. Basta que venha a falecer algum coronel ou general, ou se mova a lenta engrenagem burocrática dos órgãos ligados aos militares, para que sejam disponibilizadas mais fontes. Quando é possível se chegar às fontes primárias, a aparição de um conceito ou de uma ideia em especial nos coloca em situações um tanto trabalhosas, mas que ao serem resolvidas, mostram-se esclarecedoras.

No caso deste trabalho, o conceito de “sociedade civil” chamou a atenção por ser amplamente utilizado e por contemplar uma grande quantidade de explicações diferentes para a mesma ideia. Com isso, achamos necessário analisarmos e problematizarmos o conceito “sociedade civil” através da perspectiva de diversos pensadores. A partir desta análise, tentaremos enquadrar o sindicato de professores, que é parte da pesquisa (a UPPES), como um dos organismos que compuseram a sociedade civil da época. E, de certa forma, compararmos o comportamento do sindicato com o da sociedade civil de acordo com a visão dos autores escolhidos.

O autor cujo pensamento pode trazer algumas elucidações sobre tal conceito é o italiano Antonio Gramsci (1891-1937). Concordamos que este problema pode ser explicado através da perspectiva gramsciana. É seguindo nesta direção que discutiremos o conceito de sociedade civil, sem claro, a pretensão de esgotá-lo.

Gramsci nasceu em Ales (Itália) em 1891 e durante sua juventude pôde estudar literatura na Universidade de Turim. Devido às suas dificuldades financeiras, esteve sempre próximo dos círculos de trabalhadores e operários, em contato com os movimentos que fervilhavam na Itália. Inicia sua carreira jornalística participando da confecção de jornais socialistas, tornando-se famoso por sua retórica dentro do jornal e chegando ao posto de um

dos líderes do Partido Comunista Italiano (PCI). Logo, com a ascensão do fascismo na Itália, é preso e só consegue sua liberdade após estar doente vindo a falecer aos 46 anos⁶.

Uma das obras mais famosas do estudioso são os *Cadernos do Cárcere* que ele escreve desde 1929 até 1935. Sua maior preocupação era tentar “entender as sociedades capitalistas das décadas de 1920 e 1930, e, principalmente, com o significado do fascismo e as possibilidades de construir uma forma alternativa de Estado e sociedade baseada na classe operária” (COX, 2007, p. 101). Gramsci estava realmente interessado em entender como funcionavam as estruturas conservadoras que se instalaram no poder na Itália de sua época. Entender de que maneira a classe dominante italiana estava se aparelhando para alcançar o poder.

De forma esquemática e introdutória, pretendemos expor preliminarmente a ideia de “*sociedade civil*” defendida por Gramsci. Para chegar a sua ideia definitiva de sociedade civil, Gramsci já tem o caminho aberto para esta temática por alguns pensadores e ideólogos mais antigos, como o inglês Thomas Hobbes. Os modelos, pensados e entendidos por esses filósofos, serviram como base para a formação do conceito atual de sociedade civil, seja através de um paradigma gramsciano ou por outros.

Efetivamente para Gramsci, no entanto, o conceito de sociedade civil ganha novo corpo, a partir do momento em que ele transporta o conceito para sua realidade política, a realidade da Itália fascista de Mussolini. Notemos já uma diferença em relação ao conceito de sociedade civil dos antigos pensadores. Podemos entender que a priori, o conceito de sociedade civil para Gramsci passa pelas diferentes formas de associação da sociedade, “diferentes formas encontradas pelos cidadãos para se organizarem, sejam em partidos políticos, sindicatos, jornais e grupos autônomos”. Em contraposição a tais grupos, Gramsci vai elencar a chamada *sociedade política*, onde o Estado e todas as suas camadas e organismos são criados para dar sustentação a este. Para o filósofo, tanto a sociedade civil, quanto a sociedade política estão em disputa constante, e tal disputa faz movimentar as engrenagens das relações sociais e o desejo de dominação/hegemonia de uma sobre a outra.

⁶ GRAMSCI: UMA INTRODUÇÃO. In: Gramsci e o Brasil. Escrito por Valentino Gerratana (1997) e traduzido por Luiz Sérgio Henriques. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=122>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

1.2 A Sociedade Civil

Utilizando a visão de Gramsci, inicialmente consideremos que sociedade civil seriam todos os organismos que concentram um determinado grupo de pessoas, com interesses próximos, mas que em sentido amplo, tem um interesse central: a manutenção da ordem vigente. O sindicato, a igreja, a imprensa, a escola, dentre outros, são exemplos clássicos disso. Mas o conceito em si possui modelos explicativos mais didáticos e outros mais complexos.

Os conceitos de Gramsci, quando estudados isoladamente ou vistos através de uma leitura superficial, podem não fazer muito sentido. Porém, a partir do momento em que tais ideias começam a serem colocadas dentro de contextos históricos, ou ainda, buscadas exemplificações para facilitar o entendimento dos conceitos, todo seu pensamento começa a se esclarecer, o que nos permite transitar por tais conceitos em diferentes contextos históricos. É o que defende Robert Cox (COX, 2007, p. 102).

Para Cox, a hegemonia desejada pela classe burguesa está diretamente atrelada à existência da sociedade civil. Neste caso, a sociedade civil surge como o espaço ocupado pela burguesia para controlar o Estado. Com isso, a burguesia não precisou se ocupar com a administração do Estado. Isso mostra a força da importância da sociedade civil, pois ela acaba por determinar o espaço de ação dos organismos do Estado, ou seja, até onde as lideranças de cada Estado poderiam agir, pois estavam com seu campo de ação cerceado pela força da sociedade civil. Para Robert Cox, estavam contidos na sociedade civil “todas as instituições que ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica” (COX, 2007, p. 104).

Importante ressaltar, no entanto, que existem algumas diferenças entre a sociedade civil oriental e ocidental. A sociedade civil ocidental é bem mais organizada que a sociedade civil oriental. Tal diferença faz com que sociedade civil oriental mantenha um Estado forte (poder conseguido através da coerção) que permite e dá consentimento às lideranças. É também chamada de sociedade “gelatinosa”, uma sociedade civil pouco organizada (onde, teoricamente, basta derrubar o governo para se conseguir o poder). Caso contrário o da sociedade civil ocidental onde, por haver a ocorrência de uma junção da sociedade civil com a sociedade política, a sociedade civil é forte e organizada (para derrubar o poder é mais difícil, pois neste caso, é necessária a tomada do poder da sociedade civil e também da sociedade política) (COX, 2007, p. 107). Mas Robert Cox prioriza a discussão do conceito de forma

mais contemporânea e didática. Como pretendemos buscar um aprofundamento no conhecimento da natureza do conceito, entendemos como válida a posição de Norberto Bobbio acerca da sociedade civil.

Bobbio também se ocupou de trabalhar com tal conceito. Antes de iniciar o debate, ele esclarece que, para os chamados jusnaturalistas, a sociedade civil se opunha diretamente ao conceito de “sociedade natural”. Para tal grupo, o conceito de “sociedade civil” seria um sinônimo de “sociedade política” e por fim, seria uma derivação do próprio Estado. De acordo com essa linha de raciocínio, a sociedade civil nasceria de uma oposição direta a um estado natural do homem, um estado primitivo no qual ele não teria conhecimento de leis (sociedade natural). A sociedade civil então seria o mundo do homem civilizado, conhecedor e respeitador de leis. Segundo Locke (um desses jusnaturalistas), a sociedade civil serviria como o campo de organização e de arbitragem para as possíveis divergências e discordâncias do homem daquela época. Se opondo então ao homem primitivo, a sociedade civil trabalharia para conduzir à ordem (BOBBIO, 1998, p. 1206).

Já de acordo com o pensamento de Hegel, Bobbio afirma que para o filósofo alemão, a sociedade civil estaria em plena marcha para conquistar as fileiras do poder. Para tanto, o núcleo da sociedade civil estaria concentrado em princípio na família e, paulatinamente, o “surgimento de relações econômicas antagônicas” fariam com que tais divergências permitissem que a sociedade se ocupasse dos espaços do Estado. Mas, de acordo com Bobbio, o entendimento de Hegel não atribuía a força total de um Estado, pois a última característica que a sociedade civil deveria possuir – e ainda não possuía - para ser um Estado seria a organicidade (BOBBIO, 1998, p. 1208).

É Karl Marx que inicia a modificação mais significativa para o entendimento contemporâneo do conceito. Sua visão parte de um estágio ainda “rudimentar” da construção da ideia ainda nos séculos XV e XVI, para o estágio que conhecemos e entendemos nos dias de hoje. A grande contribuição de Marx para isso, é que ele associa a sociedade civil à burguesia. Para Marx, a sociedade civil era explicada também como uma “sociedade burguesa”. Ele logo trata de associar a sociedade civil/burguesa às relações de dominação econômica e política, relacionando o conceito de sociedade civil aos interesses privados e, consequentemente, diretamente opostos aos interesses públicos. Os interesses privados se aliariam a outros interesses de mesma natureza e assim, a sociedade civil iria criando as suas teias de relacionamento e conduzindo suas “vontades sociais, políticas e econômicas” da maneira que melhor lhes satisfizessem (BOBBIO, 1998, p. 1209).

Ainda tomando como base a perspectiva de Bobbio, em sua análise sobre a construção gramsciana do conceito de sociedade civil, podemos afirmar que o filósofo da práxis contou com a contribuição dos pensadores já discutidos aqui para a formulação de seu modo particular de entender o conceito. Para Gramsci, a sociedade civil seria um conjunto de organismos que são reprodutores de um discurso hegemônico – ou contra hegemônico – e que por possuírem tal papel, acabam sendo utilizados como instrumentos destes blocos hegemônicos para tomada e consequente perpetuação no poder. Diferentemente de Marx, que restringe as relações da sociedade civil ao campo econômico, Gramsci contribui com uma novidade: ele acrescenta ao conceito toda a cadeia de complexas relações ideológicas e culturais, o que abrange o conceito e faz a sua “modernização” que abrirá as portas para a utilização da ideia como pensada atualmente.

Segundo Norberto Bobbio, hoje em dia o entendimento de sociedade civil foi ampliado e aproveita em grande parte, o paradigma gramsciano de entendimento deste conceito (BOBBIO, 1998, p. 1210). Hoje, a sociedade civil funciona como um campo de atuação de diferentes segmentos culturais, porém geralmente da mesma categoria social, que acabam se desenvolvendo de maneira independente do Estado. A sociedade civil hoje funcionaria como um corpo que pode abraçar várias causas e atuar em vários campos de lutas sejam elas lutas conservadoras ou lutas progressistas. A economia, a religião, a ideologia e as questões sociais são hoje, fomentadoras do debate entre os diversos segmentos da sociedade civil. Como Gramsci já havia previsto, o espaço em que a sociedade civil se articula para então transformar discurso em ação são os diversos grupos que se reúnem dentro de uma sociedade, como a própria igreja, as associações em geral, os sindicatos, as escolas, os clubes e etc. Com isso, sociedade civil e o Estado, embora estejam ora lutando em campos opostos, ora lutando juntos contra outros setores desta mesma sociedade civil, são dependentes um do outro. Atualmente, não se pode pensar em sociedade civil sem o Estado (mesmo que num sistema onde travem juntos a mesma luta), nem em Estado sem sociedade civil (mesmo que em campos opostos). Nesse aspecto, é importante ressaltar que a ideia de Gramsci surge como a problematização do verdadeiro papel do Estado e da sociedade civil onde para ele, os limites que separam um e outro são bastante indefinidos. Ora o Estado será utilizado pela sociedade civil como meio de projeção de suas ideias e, por conseguinte de seus valores, assim como a sociedade civil será a portadora e reprodutora do discurso dominante de um Estado interessado em reproduzir seus valores. Ou seja, não há de acordo com Gramsci limites que definam esses dois campos de poderes, e é a partir dessa constante interpenetração que a sociedade civil - quando utilizada como classe dominante - utilizará o Estado como um

instrumento reprodutor daquilo que lhe é caro. Em contrapartida, alguns organismos da sociedade civil podem servir como reprodutores dos interesses do Estado. Devido justamente à visão de Gramsci sobre o conceito de Estado, de o Estado ser muito mais complexo e amplo do que tradicionalmente temos como visão, pelo fato de o Estado em determinadas fases necessitar ampliar sua área de atuação para conseguir manter as estruturas dominantes em funcionamento, é que Carlos Nelson Coutinho afirma que “O Estado (...) não é a encarnação da Razão Universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses comuns de uma classe particular.” (COUTINHO, 2008, p. 19). Sendo assim, o Estado por mais indefinido que possa ter o seu tamanho, ele está sempre atrelado aos interesses de uma classe, que em alguns casos, pode estar representada em algum organismo da sociedade civil. De qualquer forma, a sociedade civil acaba por se tornar uma interlocutora neste sistema, que pode levar as demandas sociais, políticas e econômicas para o interior do Estado. Também, dependendo da forma de organização hegemônica da época, ela pode se transformar numa repetidora do discurso do Estado, onde com isso, se transforma num aparelho ideológico deste mesmo Estado, embora para Gramsci não seja assim tão esquemático. A sociedade civil ganha força quando começa a mostrar maior eficiência na condução e resolução de demandas do próprio Estado. Quando o Estado paralisa as suas, é hora de acionar o dispositivo da sociedade civil, que muito menor e muito mais rápida em suas ações, facilmente pode ser cooptada pelos grupos mais próximos da camada hegemônica e assim, defender suas demandas. (BOBBIO, 1998, p. 1210)

Como até agora nosso interesse principal foi o entendimento do conceito de sociedade civil para alguns autores, não poderíamos deixar de contar ainda com a contribuição de Nicos Poulantzas. Em “*O Estado, O Poder, O Socialismo*”, o autor se dedica a estudar a dinâmica de funcionamento do Estado e como este se relaciona com as esferas de poder dentro de uma sociedade. Procura ainda, relacionar de maneira crítica, o Estado e quais são as vias para que se alcance o socialismo nesta mesma sociedade. Trata-se de uma obra de referência, mas como nosso objeto de análise é o conceito de sociedade civil, destacaremos apenas alguns momentos que o autor trabalha mais próximo desta ideia.

Embora não se aprofunde no conceito e, por consequência, conceitue-o de maneira menos didática – o contrário como fez Gramsci -, é evidente perceber valor ao debate desenvolvido por Poulantzas. Em seu primeiro capítulo, na segunda parte que é dedicada ao estudo dos “aparelhos ideológicos”⁷, o autor já define o Estado como um corpo organizador

⁷ Utilizando a ideia de “aparelhos ideológicos do Estado” de L. Althusser. Por não ser o foco da pesquisa, deixamos em aberto tal conceito para aqueles que tiverem interesse.

dos interesses da classe dominante, a partir do momento em que é órgão de repressão das ações contra hegemônicas e reprodutor de uma ideologia hegemônica.

Até aqui, de acordo com Gramsci, podemos compreender que a sociedade civil é um conjunto de atores que, uma vez organizados, se colocam como reprodutores de um discurso que visa à dominação hegemônica. Com isso, não seria temerário afirmarmos que Poulantzas, ao tratar destes tais aparelhos ideológicos, ao explicar como um Estado trabalha a ideologia, está se referindo a uma das atribuições da sociedade civil: a defesa dessa mesma ideologia. Para Poulantzas, portanto, um Estado necessita para exercer a dominação em nome de uma classe, não só de aparelhos repressivos, mas também de aparelhos ideológicos. Para ele, “[a ideologia] legitima a violência e contribui para organizar consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante” (POULANTZAS, 1980, p. 33).

Poulantzas defende que a ideologia é uma forma de apropriação dos aparelhos do Estado para que tais aparelhos possam difundir o conjunto de ideias da classe dominante. Entendemos então que, neste sentido, o papel da sociedade civil como aglutinadora dos desejos da classe dominante é o de geradora e também de difusora de ideologia de classe. Poulantzas então trata de aparelhos ideológicos do Estado aquilo que Gramsci trata por “sociedade civil”.

Desse modo, a ideologia dominante invade os aparelhos de Estado, os quais igualmente têm por função elaborar, apregoar e reproduzir esta ideologia, fato que é importante na constituição e reprodução da divisão social do trabalho, das classes sociais e do domínio de classe. Esse é por excelência o papel de certos aparelhos oriundos da esfera do Estado, designados ‘aparelhos ideológicos de Estado’, mesmo que pertençam formalmente ao Estado ou conservem um jurídico ‘privado’: Igreja (aparelho religioso), aparelho escolar, aparelho oficial de informações (rádio, televisão), aparelho cultural, etc. (POULANTZAS, 1980, p. 34).

No entanto, Poulantzas procura fazer claramente uma distinção entre os chamados aparelhos ideológicos e os aparelhos de repressão do Estado. Por isso, antes de adentrar na discussão sobre os aparelhos repressão, ele faz questão de detalhar bem o que entende por aparelhos ideológicos, embora deixe claro que apenas está descrevendo e indicando o que é, em seu entendimento, cada um destes aparelhos. A visão do autor não se resume somente na explicação dos dois mecanismos. Poulantzas vai além, quando afirma que muito mais que o “binômio” ideologia/repressão, o Estado necessita para exercer a sua dominação do chamado *consenso*⁸, ou seja, nenhum poder de Estado ocorre sem que haja consenso entre as classes

⁸ Conceito gramsciano que também não aprofundaremos aqui.

dominantes e dominadas. Para que o Estado exerça o poder da classe dominante, deve haver consenso (POULANTZAS, 1980, p. 34). É claro que, para haver tal consenso, o Estado vai utilizar das suas ferramentas repressivas e ideológicas para alcançá-lo. Poulantzas defende, no entanto, que existe ainda outra maneira de conseguir tal consenso: por meio de cooptação.

Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas (POULANTZAS, 1980, p. 36).

Tendo em vista isso, o autor defende a ideia de que além da utilização da repressão e da ideologia, existe ainda a concessão de ganhos para as demais camadas da sociedade, para que então consiga adquirir o consenso. Ele não descarta nenhum dos dois pontos (repressão e ideologia), mas em seu debate, traz a questão da cooptação. É justamente isso que o autor passa a defender: o reducionismo da explicação do poder do Estado pelo binômio repressão-ideologia faz com que deixemos de fora da explicação o consenso e as formas que o Estado possui de cooptação deste consenso, geralmente concedendo benesses às classes dominadas. É sempre bom deixar claro, no entanto, que de forma alguma o autor classificou esse sistema como fisiológico. Ao aceitar ser cooptada, a classe dominada conhece suas demandas e, naquele momento, entende que a aceitação do sistema e seu consequente consenso atende as suas prioridades.

Vale ressaltar ainda a posição do autor quando problematiza a relação entre os aparelhos e seu consequente trânsito dentro do sistema, ou seja, quando um aparelho repressor se torna ideológico e quando um aparelho ideológico se torna repressor. Poulantzas, sobre isso, exemplifica que “o exército, que em certas formas da ditadura militar transforma-se diretamente em aparelho ideológico-organizador, funcionando principalmente como partido político da burguesia” (POULANTZAS, 1980, p. 39).

Poulantzas então não se preocupa em discutir o conceito de sociedade civil em si – haja vista que Gramsci já havia o feito -, mas busca explicar o papel desta sociedade civil como reprodutora de uma ideologia da classe dominante, e que serve de base para a configuração de um Estado fiador dos interesses desta mesma classe.

Todavia, como a nossa proposta é de problematização do conceito de sociedade civil através da transposição do conceito para a realidade brasileira, achamos conveniente iniciarmos o debate através da visão que o conceito possui hoje no Brasil, para então partirmos para outras visões conceituais sobre o mesmo tema.

A autora Virgínia Fontes, por exemplo, no seu livro “*O Brasil e o capital imperialismo*”, traz em um dos seus capítulos uma gama proveitosa de informações sobre a visão brasileira a respeito do tema. Fontes introduz suas ideias já colocando o quanto este conceito é alvo de debates dentro da academia no Brasil, entendendo e esclarecendo que este em si, é um tema polêmico (FONTES, 2010, p. 223).

Não coincidentemente, a autora afirma que a maioria dos estudos sobre a sociedade civil passa inevitavelmente pelo modelo gramsciano de entendimento do conceito. Fato que reforça ainda mais nossa ideia sobre a escolha de Gramsci para a discussão do tema. O período em que se iniciam os debates sobre a sociedade civil no Brasil recai justamente quando a ditadura militar toma o poder, o que de certa forma prejudica a tentativa de compreensão do conceito, mas coloca em prática uma outra forma de entendimento dele, quando os atores da sociedade civil se organizam de maneira mais contundente. Seja na defesa do regime, seja na oposição a ele. É possível então visualizar de maneira mais clara, não só a ação dos grupos organizados da sociedade civil, mas ainda perceber como a comparação a qual desejamos propor foi articulada.

Virgínia Fontes esclarece que, em primeiro momento, o termo se dá como aquilo que está diretamente oposto ao termo “militar” (civil \neq militar). Categorizando-se aqui no Brasil, genericamente, tudo aquilo que não está ligado ao corpo militar como sendo “civil” e criando assim a ideia corrente de oposição entre os termos. Logo, tudo que envolvesse a organização da sociedade em si, grosso modo, e que não tivesse participação dos militares, seria considerado civil. Mas o conceito vai muito além de tudo isso.

Para a autora, o caso brasileiro se torna diferenciado. De acordo com Gramsci, a sociedade civil é formada através da organização, das lutas e seus resultados. É a partir do campo de disputas entre classes que se dá a formação de um grupo civil, que pode dependendo de suas demandas, recair para a defesa da classe dominada. Utilizando-se da visão de René Armand Dreifuss (que se apropria do conceito gramsciano para dar nova conotação) para a composição de uma sociedade civil aqui no Brasil, Fontes defende a ideia de que no nosso caso, a sociedade civil foi formada de cima para baixo, o que lhe dava a característica de apenas ser uma reprodutora das ideias das classes dominantes do país, que consequentemente eram subservientes ao capital estrangeiro – como já visto aqui -, promovendo um verdadeiro efeito cascata, onde as pedras que receberiam todo o impacto da força das águas seriam as classes mais baixas (FONTES, 2010, p. 223).

Uma mudança na organização dos atores da sociedade civil pode ser acompanhada a partir da década de 1970, e a autora entende duas explicações para este fenômeno. No primeiro caso, a sociedade civil que antes era organizada em grande parte pelo empresariado brasileiro teve um arrefecimento a partir do momento em que a crise de 1973 (e mais intensamente a de 1979) fez com que a conjugação entre este grupo e os militares se perdesse. Outro motivo é o fato da distensão política permitir novamente que as organizações da sociedade civil que estavam contidas nas classes menos abastadas tivessem agora espaço para a luta, como os movimentos sindicais e facilitados ainda pela lei de Anistia (1979). É neste momento que as lutas populares e sindicais tomam novamente o papel de protagonistas nas organizações da então chamada sociedade civil (FONTES, 2010:223).

1.3 O sindicato brasileiro: um organismo da sociedade civil

Ainda na década de 1930 e 1940 no Brasil, montou-se uma estrutura de representação classista “de cima para baixo”. Significa dizer que o Estado brasileiro buscava reconhecer e legitimar as organizações da época, mas desejava acima disso, obter o controle dessas organizações, impondo um “espírito corporativista e de colaboração de classes” (GOMES, 1988). Nesse mesmo contexto, as principais lideranças sindicais da época foram reprimidas, deixando um vácuo organizacional e fazendo com que os sindicatos perdessem suas referências históricas à força, haja vista que as lideranças da época não poderiam mais passar suas experiências para as novas.

Seguindo nessa linha, a continuidade no trato para com os sindicatos chega à década de 1950 com Getúlio Vargas novamente na presidência. No entanto, o Brasil vive uma nova fase no movimento sindical, uma fase de ascensão. Existem dados que mostram não só o crescimento do número dos sindicatos, mas também do número de filiados a eles (MATTOS, 1988, p. 122). Uma das explicações para esse crescimento pode ser o período de intensa industrialização que vivia a nação naquela época, provocando um aumento do número de sindicatos, devido à diversificação de campos das novas atividades industriais e econômicas e que conseqüentemente necessitaram largamente de mão de obra que acabaria – ou não – se sindicalizando (MATTOS, 1988, p. 122).

É a com essa herança que os sindicatos se caracterizaram, surgindo a partir daí uma “espécie” de sindicalismo que a historiografia da área chama de “sindicalismo do pré-64”

(MATTOS, 1988, p. 62), e que a imprensa da época e sindicalistas de tempos mais recentes trataram de “sindicalismo populista”. Segundo essas lideranças, o sindicalismo pré-1964 era “cupulista, populista e politiqueiro” (MATTOS, 1988, p. 62)⁹. Não obstante, precisamos citar ainda outras características sindicais do período como: a imposição do Estado como interlocutor, através do Ministério do Trabalho, entre a base e o patronato; terem uma grande influência partidária – principalmente do PTB - em seu meio; orientados por uma legislação sindical corporativista; unidade sindical compulsória, por categoria ou profissão (em cada categoria ou profissão, numa determinada base territorial só podia existir um sindicato); sindicato único que passa a representar não apenas seus associados, mas todos os que integravam as categorias ou profissões; todo trabalhador e todo empresário eram legalmente representados por um sindicato; burocratização do sindicato; prioridade para o assistencialismo; atrelamento político aos governantes; carreirismo dos dirigentes; colaboracionismo; privilégio à conciliação de interesses de classe; ineficientes na tarefa de conduzirem as massas; baixos índices de sindicalização e dificuldade de implantar organizações de trabalhadores pelas bases nas empresas (MATTOS, 1988, p. 62, 64, 78 e 121). Algumas destas características serão analisadas mais adiante.

Com a instauração da ditadura militar em 1964, houve um processo traumático de ruptura das estruturas e do funcionamento dos sindicatos brasileiros. O regime que chegava ao poder naquele momento utilizou de vários meios para desmembrar qualquer possível foco de articulação ou resistência sindical. Para os líderes da “*Revolução Redentora*”, os sindicatos estavam “infestados” de comunistas, que utilizavam dos meios mais vis para manipular a classe trabalhadora em nome da instauração de um modelo cubano/soviético de regime.

A primeira ideia era de desorganizar os sindicatos a fim de inviabilizar resistência, onde se passou então à utilização de meios truculentos como a “apreensão” de documentos que registravam a ação dos sindicatos mais ativos, na tentativa de reunir provas que ligasse a atuação das instituições aos “subversivos” (MATTOS, 1988, p. 13-14). Mas havia também o desejo de apagar de vez a herança “varguista e janguista” desses sindicatos. Podemos entender que “o regime militar tentava desmembrar a organização sindical com o interesse em apagar a memória de lutas sindicais do pré-64” (MATTOS, 1988, p. 95). Porém, a memória sindical não sofreu apenas diretamente com a repressão, mas também indiretamente, quando

⁹ O autor acredita que esta discussão gera polêmicas por se alimentar tanto do desejo da construção de um objeto de estudo cronologicamente identificado “com o tempo presente”, como por entender que boa parte do fenômeno de constituição de uma nova identidade para o sindicalismo brasileiro formou-se de conflitos em torno da memória do movimento sindical.

(...) esconder ou destruir documentos era uma forma de restringir os leques dos perseguidos pela repressão e muitos foram salvos por preocupações desse tipo. A cultura da clandestinidade, que atingiu os grupos políticos de esquerda que atuavam nos sindicatos, reforçaria essa tendência à não preservação (MATTOS, 1988, p.13-14).

Com isso, a memória do sindicalismo sofre duros golpes, o que dificulta o trabalho dos historiadores do período e também favoreceu à falta de referências de luta que atormentou e atrapalhou por algum tempo as novas lideranças que surgiram no pós-64 (MATTOS, 1988, p. 95)¹⁰. É dentro desse contexto que:

(...) o peso da repressão sobre as entidades sindicais e suas lideranças foi brutal. Foram 433 intervenções (383 sindicatos / 45 federações / 4 confederações), logo após o golpe. Dirigentes sindicais constam das principais listas de cassações e de perseguições policiais. Os governos militares contariam de imediato com um grande contingente de sindicalistas e agentes dispostos a trabalhar “em prol da revolução”, assumindo os papéis de interventores nas “juntas governativas” que passaram a dirigir as entidades sindicais (MATTOS, 1988, p. 133).

Ou ainda podemos recuperar algumas atitudes que representam o período de perseguição vivido pelos sindicalistas à época como, por exemplo, ficou registrado nas fontes do Sindicato dos Bancários:

- Localizar os “agentes da subversão”, não só entre dirigentes, mas também entre militantes, membros das comissões e funcionários;
- Procurar provas da subversão (telegramas de cumprimentos de Prestes e do embaixador soviético ao sindicato, presença dos diretores em compromissos, como por exemplo, “ato de solidariedade ao povo cubano”, ou presença de um livro de Ferreira Gullar na biblioteca do sindicato). Mas, sua tarefa era maior. Deveriam defender, entre os trabalhadores, os ideais da “Revolução” de 1964, e estar “sempre prontos a auxiliar, no que for possível, as autoridades constituídas pela Revolução Democrática” (MATTOS, 1988, p. 135).

Novos dirigentes sindicais foram empossados. Logicamente indicados pelo novo governo e que em sua maioria eram de chapas derrotadas nas eleições sindicais (MATTOS, 1988, p. 133). Com estas novas direções, os sindicatos passaram a agir de acordo com as orientações do regime. Como bem destaca Marcelo Badaró Mattos, a própria utilização do termo “novo sindicalismo” que

(...) opõe as atitudes dos dirigentes sindicais considerados mais combativos às atitudes de seus contemporâneos ditos pelegos. Mas é opor também novas práticas as consideradas tradicionais no sindicalismo brasileiro diante do golpe militar (MATTOS, 1988, p. 55).

¹⁰ Badaró Mattos cita o exemplo de algumas empresas que davam preferência apenas para trabalhadores que não tinham vínculos, até mesmo familiares, com sindicalistas.

O que nos leva a crer que houve adesão por parte de certos grupos ao modelo imposto. Sendo assim, podemos considerar que o novo sindicalismo representa um ressurgimento do movimento mais combativo, deixando claro, no entanto, que os novos sindicalistas não buscavam um resgate do sindicalismo do pré-1964. Quando nos referimos a adesão de certos grupo, estamos afirmando que embora mesmo com o surgimento do novo sindicalismo, ainda existiam lideranças e membros de sindicatos controlados pelo governo que faziam total questão de manter a adesão ao sindicalismo pelego, seja por preferência ou seja por conveniência. A ascensão do novo sindicalismo, ao contrário do que possa se pensar, não representou a mudança total de comportamento de todos os sindicatos durante a ditadura. A mudança de postura foi gradual, principalmente após o fim da ditadura. Evidentemente, não desejamos aqui diminuir a importância desse novo movimento. No entanto, como veremos mais adiante, existiam sindicatos que ainda permaneceram presos ao antigo modelo colaboracionista.

O mecanismo que promovia a inserção das lideranças indicadas pelo governo nos sindicatos dava preferência a uma nova liderança, que ascendia como membros que não possuíam vínculos com a esquerda ou com o PTB do pré-1964, e por isso mesmo “não barrados pelos governos militares”. Mattos, amparando-se na ideia de Leôncio Martins Rodrigues, ainda defende que

(...) de fato, durante os regimes militares, os sindicatos oficiais haviam sido controlados, mas não destruídos. Foi a partir da estrutura corporativa, ocupada por novas lideranças, que o sindicalismo brasileiro ganhou impulso. Sem a existência dessa base organizatória, capaz de fornecer recursos administrativos e financeiros, além de ativistas e militantes, o movimento sindical dificilmente teria conseguido se levantar com tanta rapidez e ocupar um espaço importante na política brasileira¹¹.

No entanto, devemos tomar cuidado ao entender que o método de entrada das lideranças sindicais mais combativas através de uma brecha para a “tomada” do sindicato nem sempre tinha como garantia um resultado positivo. Embora o momento do novo sindicalismo passe a impressão de uma empolgante retomada das instituições sindicais após anos de controle do governo ditatorial brasileiro, pelo menos um caso nos mostra que a tática de “tomada do sindicato por dentro” não obteve o êxito esperado pelos sindicalistas. No final da década de 1970, por exemplo, Godofredo Pinto, Regina Pinto, Hildésia Medeiros, dentre outros, buscaram adotar tal prática quando perceberam existir uma oportunidade durante a

¹¹ RODRIGUES, L. M. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”, p.6. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 71-72.

greve histórica de 1979. Godofredo e seu grupo, aproveitando-se de toda a onda eufórica vivida pelo movimento naquele período, passaram a tentar ocupar o controle da UPPE.

Como será discutido mais detalhadamente, a intenção era justamente se apropriar da “oportunidade” da instalação do grupo no sindicato (o que fora permitido pela própria direção) para ocupar os espaços e conseguir um sindicato pronto, conhecido pelo governo e insuspeito devido a suas atitudes conservadoras. O que tais lideranças não contavam, era que os órgãos de repressão e a própria direção governista não estavam despreparados e rapidamente tomaram as devidas medidas para impedir o intento dos novos sindicalistas. Várias lideranças foram presas, o grupo fora desarticulado e, mesmo com o enfraquecimento da direção, o movimento de ocupação e tomada do controle do sindicato não obteve sucesso. Contudo, devemos relativizar o desfecho do fato, pois mesmo com o governo aumentando a repressão naquele período, a semente plantada pelo novo sindicalismo não tardaria a dar seus frutos.

Voltando à questão do sindicalismo durante a ditadura, temos ainda outro exemplo. Um relatório da diretoria do Sindicato dos Ferroviários referente ao ano de 68, que assim afirma:

Com o decorrer do mandato, podemos afirmar aos ferroviários e às autoridades federais e da Rede Ferroviária que hoje esta diretoria e esta entidade já estão solidamente na liderança da classe, recebendo desta os maiores testemunhos de confiança, e junto às autoridades acima citadas, em pleno gozo de um respeito recíproco, e porque não dizer de uma estima só adquirida quando se sente que nos propósitos e atos de quem dirige as classes trabalhadoras para os seus devidos destinos, e no mais alto interesse da nação. Nunca fizemos do mandato que nos foi confiado joguete de nenhuma facção política. E sempre colocamos os interesses da classe em primeiro lugar, mas nunca confundimos os falsos interesses com as prerrogativas de bem estar e de progresso da nação, de que temos a honra de ser filhos (MATTOS, 1988, p. 135-136).

É interessante ainda, analisarmos como Badaró Mattos entende a postura tomada por estes sindicatos “colaboradores”, onde

(...) a “estima” de que gozam os dirigentes junto às autoridades revela, no discurso acima citado uma situação em que a proposta do sindicato como órgão auxiliar do Estado elevada às últimas consequências, pois a representatividade da diretoria junto à categoria a legitimaria, não junto aos ferroviários, mas ante as autoridades do governo e da empresa a quem, em última instância, os dirigentes respondiam (MATTOS, 1988 ,p. 136).

O autor ainda destaca uma alteração nas pautas de discussão dos sindicatos no caso dos ferroviários os temas relativos a salário e condições de trabalho passam a serem

discutidos na seção “assuntos gerais”, e não mais como alvo de calorosas discussões. Passaram a ocupar maior espaço nas pautas, os temas relativos à administração e finanças do sindicato (MATTOS, 1988, p. 136).

Além de mostrar um exemplo de como a intervenção do Estado possuía força suficiente para modificar o funcionamento de mecanismos que pudessem enfraquecer a luta sindical (como por exemplo, a simples mudança do momento de debate sobre reajuste salarial), o trecho acima pode mostrar ainda que naquele período o que mais importava era o quanto as lideranças sindicais estavam próximas e submissas ao controle estatal. A maioria dos sindicatos (devemos sempre ressaltar que os sindicatos que se mantiveram em funcionamento, conseguiram mediante novas lideranças pelegas) possuíam comandos que estavam plenamente de acordo com as posições tomadas pelo governo militar. Para ocupar um cargo de liderança, era preciso estar alinhado com o discurso do governo. Veremos adiante que algo bem semelhante aconteceu com a UPPE, no sentido de que a presidência do sindicato permaneceu a mesma durante praticamente toda a ditadura militar.

Com todas essas agruras, segundo Celso Frederico, o resultado foi agravado por um “(...) movimento operário [que] ficou sem pé nem cabeça. Por quê? Porque não chegava a ser realmente um movimento operário, mas simplesmente um movimento sindical, economista, estruturado e apoiado pela cúpula, sem o mínimo de organização”¹².

Talvez, esse tenha sido o grande fator que deu a vantagem dos militares na repressão do imediato pós-golpe. O movimento sindical estava rachado. As discussões geradas sobre a postura que deveria ser adotada rendeu um conjunto de críticas em relação a atuação das lideranças naquele momento (MATTOS, 1988 ,p. 60).

A vantagem inicial do regime frente aos combalidos e desorganizados sindicatos do pós-golpe, foi caindo à medida que as manifestações de contestação ao regime foram crescendo. O ano de 1968 se aproximou, e é nesse contexto que alguns sindicatos retomaram uma postura mais combativa, como nas greves de Contagem e Osasco (MATTOS, 1988, p. 56). Uma das vantagens que levaram os sindicatos a conseguir novamente algum tipo de organização parecida com a do pré-64 é o fato de que a maioria das próprias lideranças designadas pelo regime, por não terem nenhum vínculo com o PTB, não levantavam suspeitas. Mas ainda sim não deixavam de ser sindicalistas (MATTOS, 1988, p. 71-72). Já em 1967, tomaram posse dirigentes eleitos para as diretorias dos sindicatos de metalúrgicos e bancários do Rio de Janeiro, até então dirigidos por juntas governativas. Mesmo com algumas

¹² Celso Frederico. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 60, 61 e 62.

tentativas contra a posse dos eleitos, eles chegaram e mostraram que já havia uma mudança de mentalidade com relação ao nível de intervenção nos sindicatos (MATTOS, 1988, p. 138). Essa mudança então se torna notória com as suas pautas de reivindicações, onde demonstraram certa “radicalização” em relação às reivindicações anteriores e principalmente, em relação ao período repressivo que o país vivia. Abaixo, alguns eventos organizados pelas novas direções e algumas de suas reivindicações:

- IV Convenção Nacional de Bancários e Securitários (07/67);
- Encontro de Dirigentes Sindicais da Guanabara (11/67);
- II Conferência Nacional de Dirigentes Sindicais (11/67) – onde participaram 169 organizações, e 212 dirigentes sindicais, chamando a atenção para o “Manifesto”, com um tom reivindicatório e uma diretriz política oposicionista:
 - a) Revogação das Leis do Arrocho Salarial;
 - b) Liberdade de firmar acordo com os empregadores;
 - c) Reajuste de salários igual ao aumento de custo de vida;
 - d) Reforma agrária capaz de atender ao homem do campo. (MATTOS, 1988, p. 138).

Outro exemplo, ainda no sindicato dos bancários, refere-se ao jornal Bancário, que trazia críticas às reformas legais como a criação do FGTS, a unificação da Previdência acabando com os Institutos de Aposentadoria e Pensão. Ainda havia mobilizações sindicais para reajustes salariais (MATTOS, 1988, p. 139). A articulação entre a luta por melhores salários e o combate à ditadura militar passa a ser explicitada até em manifestos e editoriais:

A classe bancária da Guanabara vem reafirmar sua determinação de conquistar reajustamento salarial condigno (...). Dessa maneira, dá uma resposta aos que julgavam indiferente, acomodada, amedrontada e largada a sua própria sorte (...). A luta pelo reajustamento salarial entra em ritmo de campanha e a categoria, mais uma vez, prova que é possível arregimentar, organizar e esclarecer os assalariados para a grande batalha contra as leis do “arrocho” (...). Forjando a unidade de ação na luta por melhores condições de vida, os bancários contribuem para a reconquista das liberdades democráticas, sem as quais é falso falar em desenvolvimento e progresso (MATTOS, 1988, p. 139).

No entanto, tais reivindicações não alcançaram a importância do momento anterior ao golpe (MATTOS, 1988, p. 139).

1968 foi um divisor de águas entre a direção do sindicato e os grupos que pregavam mobilizações mais agressivas e radicais. Greves metalúrgicas em Contagem e Osasco trouxeram de volta o movimento operário às manchetes de jornais e às preocupações dos governantes. O recurso à greve era discutido perante uma ameaça de repressão realmente muito próxima. Com o AI5 vários membros e dirigentes são cassados. O Ato Institucional nº 5 foi um recurso utilizado por Costa e Silva e sua equipe numa tentativa de frear o crescimento da insatisfação e das constantes manifestações de inconformidade com as

condições políticas da época, que ocorriam com cada vez mais intensidade, principalmente no ano de 1968. Esse ano foi um marco para os movimentos de massa em todo o mundo. Vários fatores podem explicar o desencadear das manifestações estudantis pelo mundo. Eric Hobsbawm descreve alguns desses fatores, como por exemplo, a chegada ao fim da adolescência e começo da idade adulta de uma grande massa de jovens filhos daqueles nascidos após a Segunda Guerra Mundial; a ampliação da população urbana e uma acentuada queda da população rural; e ainda a transformação educacional que a década de 1960 atravessou com a ampliação do acesso ao ensino, inclusive superior (HOBSBAWM, 2011, p. 289). O ápice do movimento no mundo se dá na Europa, mas especificamente na França. Gradualmente, a rebeldia contra um sistema autoritário e injusto vai se tornando exemplo para o mundo, até que chega ao Brasil, encontrando aqui um terreno muito fértil para uma explosão de movimentos de contestação a um regime igualmente autoritário e injusto. Claramente, nossa intenção aqui não é de nos aprofundarmos nos movimentos de 1968 pelo mundo, mas sim de contextualizar com os movimentos que ocorriam simultaneamente aqui no Brasil. O movimento brasileiro de 1968 não ficou retido apenas aos estudantes (assim como no resto do mundo).

No entanto, a ampliação dos protestos e a participação cada vez maior de diversos setores progressistas da sociedade acabaram por colocar os militares além de acuados, em estado de alerta. Alguma providência deveria ser tomada e a ditadura não vacilou ao fazê-la. Mais uma vez seria utilizado o dispositivo militar que já era conhecido como Ato Institucional. Novamente essa ferramenta arbitrária era utilizada para favorecer o regime e garantir sua manutenção. Além disso, o que restava ocorrer para a “radicalização da ditadura” que resultou no AI-5 fora o discurso do deputado Márcio Moreira Alves no plenário da Câmara, no qual esse conclamava o boicote ao regime, principalmente às comemorações do dia 7 de setembro (FREIXO e FREITAS, 2008, p. 9). Poucos meses depois, em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 foi baixado dando início a um dos períodos mais sombrios da nossa história. Suas disposições mostravam toda a vontade do regime em reprimir com mais violência ainda qualquer tipo de manifestação opositora ao regime, assustando inclusive órgãos de comunicação que durante a maioria do tempo estiveram apoiando o regime. O Jornal do Brasil, por exemplo, no dia seguinte à decretação do Ato informa a “previsão do tempo”: *“Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.”* (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p. 1, 14 dez. 1968). Dentre os principais pontos do decreto como, por exemplo, o fechamento do Congresso, a proibição de atividades ou manifestação sobre

assuntos de natureza política, a aplicação da liberdade vigiada, a proibição do direito de ir e vir, dentre outros. No entanto, para a nossa pesquisa o mais interessante aspecto se firma na suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais¹³. Naturalmente, esse artigo se mostra duro com a questão do sindicalismo, que aproveitava o momento de ebulição para tentar novamente ganhar algum protagonismo político. Como visto há pouco, dentre os vários setores da sociedade que estavam se mobilizando contra os quatro anos de ditadura no Brasil, existiam os sindicalistas remanescentes da luta do pré-1964 motivados pelo clima de aparentes conquistas para os opositores do regime. Logicamente, a truculência do AI-5 não deixaria de recair sobre os sindicalistas que ainda conseguiam se manter na luta contra a ditadura. Marcelo Badaró tenta ressaltar, no entanto, que mesmo com tais demonstrações de autoritarismo, as entidades sindicais não vão progressivamente se conformar à ditadura militar.

Ele acredita que mesmo com as intervenções de 1964, a memória sindical de lutas não foi apagada e greves ainda surgiram e quando os governos militares promoveram uma transição de diretorias interventoras para dirigentes eleitos livremente, não tardaram a chegar lideranças dispostas a resistir à ditadura. Neste contexto ficaria difícil o equilíbrio de propostas entre maior mobilização e resistência e os apelos constantes à calma e moderação na resistência, vistos como necessários diante do imperativo de preservação dos postos dos dirigentes dos sindicatos oficiais, por eles tão valorizados.

Após dez anos de regime militar, a repressão sindical já havia chegado ao seu ponto máximo de tensão, com uma legislação sindical corporativista imposta. A tentativa de legitimidade através da propaganda do “milagre econômico” ao mesmo tempo em que uma política de arrocho salarial sobre os trabalhadores (OLIVEIRA, 1977, p. 76-113), impõe uma contradição difícil dos ministros explicarem e que acabam aos poucos por desmitificar o “potencial redistributivo desse milagre” (MATTOS, 1988, p. 56). É nesse momento que ganha força outra vez o movimento sindical brasileiro, que apresentou novas características.

O termo “novo sindicalismo” é de autoria atribuída aos próprios componentes do movimento. É uma forma de se “fazer sindicalismo” que procura deixar para trás o antigo sindicalismo do pré-64 ou o sindicalismo imóvel e pelego, controlado pelo governo e de seus contemporâneos, em nome de uma atuação mais combativa (MATTOS, 198, p. 55).

A ideia era de promover uma ruptura, criando uma nova forma de atuação sindical. A partir de então, criar uma estrutura sindical organizada a partir das bases, de “baixo para

¹³ Ato Institucional Nº 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em: 15 fev. 15.

cima”, e não ao contrário como vinha sendo feito tanto antes quanto depois do golpe. Para os novos sindicalistas – como Lula, que era líder sindical na época – era preciso que o sindicato surgisse espontaneamente¹⁴. Dentre as principais características do “novo sindicalismo”, podemos observar que tinham um discurso apolítico, assim dito por eles, mas que sempre geravam efeitos políticos claros. Procuravam não se dirigirem mais ao Estado para fazê-lo de interlocutor, reivindicando diretamente os anseios da base diretamente ao patronato, negando assim a presença do governo na arena dos conflitos trabalhistas. Procuravam também rejeitar a influência partidária no meio sindical. Além disso, queriam a derrubada de legislação salarial da ditadura (MATTOS, 1988, p. 64).

Esse novo movimento chega ao fim da década de 1970 com boas chances de ganhos para as suas respectivas categorias, mas tem como resposta do governo mais repressão. Só que desta vez, a conjuntura era outra. O “milagre” já estava se mostrando passageiro e, com isso, as bases do governo se mostravam mais fracas. Se não houve ganhos imediatos, o novo sindicalismo veio para ficar e mudar definitivamente as estruturas sindicais brasileiras.

Quando tratamos do sindicalismo brasileiro durante o período da ditadura, fica claro que existiam dois tipos de sindicatos: os que se opuseram e tiveram suas lideranças perseguidas, presas, suas sedes fechadas ou forçadas a mudar de direção indo em encontro ao regime; e outro modelo de sindicalismo que logo tratou de apoiar o movimento de 1964. Mas apenas este segundo modelo passa a fazer parte do nosso objeto de estudo. Haja vista que, como veremos agora, a UPPEES passou a ser utilizada como instrumento para a manutenção da ordem vigente. É essa associação que analisaremos agora.

1.4 A UPPEES como modelo de apoio classista ao regime

Como poderemos confirmar mais adiante, A UPPEES foi uma das instituições que ajudou a difundir os comportamentos sociais ideais na visão do regime. Com sua atuação durante toda a ditadura militar pautada na defesa dos interesses de parte dos setores médios da sociedade e apoiando o modelo ditatorial vigente, a UPPEES pode ser enquadrada como uma das bases da estrutura política da sociedade civil. Quando exalta a moral e os bons costumes

¹⁴ Lula: entrevistas e discursos. São Paulo, s. e., 1981, p. 18. In: MATTOS, Marcelo Badaró. MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 66.

em seu jornal, está propagandeando um modelo de comportamento social que não fazia parte da realidade da maioria da população brasileira e com isso, tentando impor um modelo visto pela associação como o mais adequado. O próprio apoio dado à campanha de propaganda de massa do regime militar – conhecida corriqueiramente como ufanismo – também pode servir como exemplo de instrumento criado pela ditadura e utilizado pela UPPEES na tentativa do regime de alcançar a hegemonia.

É interessante pensarmos ainda, quando tratamos da questão de propaganda e imposição de modelos, que a associação além de formadora de opinião por se tratar de uma organização classista com alto poder de alcance dentro de sua área de atuação (o antigo estado do Rio de Janeiro), a UPPEES possuía um jornal que contribuía ainda mais para a difusão de sua visão. Embora a maioria dos sindicatos atualmente possuam inúmeros canais de comunicação com seu público alvo, como jornais, internet, carros de som, panfletagem, etc., entendamos que durante a ditadura e com todas as suas restrições às atividades sindicais, possuir um jornal não era uma atividade muito simples. Principalmente um jornal que tinha uma capacidade grande de alcance às suas associadas e que contava com larga participação dessas mesmas senhoras mandando cartas, poemas, reportagens, por exemplo. Infelizmente não há registros de tiragem do jornal, o que dificulta a medir a área de alcance do periódico. Mas pela análise realizada dos exemplares disponíveis, ele possuía um público diverso e fiel. Logo, o periódico se transformou no maior canal de divulgação da associação e esta não vacilou ao utilizá-lo inclusive como propaganda dos seus feitos e, como consequência disso e por uma conjugação de ideias, como difusora das posições do regime.

Ao assumir uma postura de defesa em relação à ditadura, ao abrir espaço em seu jornal para valorizar os feitos alcançados pelo governo, passa a adotar o discurso dos grupos dominantes. Tomando emprestada a definição de consenso de Massimo Follis, esta postura da associação mostra a “existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social (...)” – neste caso os militares e a UPPEES – “(...) em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados (...) e os meios para se alcançar.” (FOLLIS, 1998, p. 240) Logo, o consenso estaria no fato de a UPPEES apoiar o projeto dos militares de alcançar uma posição hegemônica frente as demais camadas da sociedade. É importante entendermos, antes de examinarmos a questão específica da sociedade civil no contexto do nosso trabalho, que para ser utilizada como instrumento do regime era preciso haver uma espécie de consentimento entre as partes. Principalmente na parte tocante à UPPEES. Ninguém defenderia ou propagandearia aquilo no qual não acreditaria.

Aprofundando no estudo do nosso caso, o Estado representado pela ditadura militar e a sociedade civil representada por aqueles que apoiavam a ditadura (a UPPEES, por exemplo) interagem de forma que possam colaborar e garantir a manutenção de um *status quo*. Ou seja, existe evidentemente a formação de um conjunto aqui a partir do momento em que “seus elementos – que interagem entre si – criam uma unidade maior” (COX, 2007, p. 111). Este entendimento entre os diversos grupos da sociedade civil que apoiaram a ditadura permitiu a formação – pelo menos por algum tempo – de um modelo que parecia ser imbatível e até mesmo fadada ao sucesso. A ditadura forma um eficaz aparelho repressor e disseminador de ideias que reproduzia nada mais, nada menos que os anseios das classes dominantes. Conservadorismo, censura, repressão à organização dos trabalhadores, incentivo às delações, produção de um instrumento de propaganda otimista em relação ao Brasil, educar e moralizar o povo, passam a ser a receita que a ditadura empurra compulsoriamente para as classes dominadas. É quando neste momento se forma uma “unidade maior” que agrada aos grupos reacionários e que visa ao mesmo tempo a perpetuação no poder e a cooptação de apoio dos grupos necessários à manutenção da coalisão. Ou seja, Estado e sociedade se unem, cada um com seus objetivos próprios, mas ambos com o mesmo desejo: o poder hegemônico, prevalecendo assim suas “relações político-ideológicas” (LIGUORI, 2006, p. 8). Ou seja, “separar sociedade do Estado, da política e da economia, sociedade e política, em qualquer direção que se deseje proceder, está fora da esteira do se pensamento [de Gramsci]” (LIGUORI, 2006, p. 8).

Como Virgínia Fontes aponta anteriormente, é no período da ditadura militar que os grupos da sociedade civil se organizam no Brasil de maneira mais ativa. A autora, no entanto, afirma que tais grupos poderiam apoiar o regime (e assim o fizeram) ou simplesmente se oporem a ele. É evidente que por conta de toda a repressão sobre as oposições, os grupos da sociedade civil que apoiaram o regime obtiveram maior liberdade para atuarem, como o caso da UPPEES. É ainda nesse mesmo momento da ditadura que a palavra “civil” acaba por abarcar todos os grupos que se organizavam de alguma maneira em conjunto, com alguma finalidade específica, mas aglutinando membros não militares. Daí a apropriação do termo “sociedade civil” para todo tipo de organização que não era militar. No entanto, devemos ressaltar que o enquadramento da UPPEES como organismo da sociedade civil aqui neste trabalho se dá a partir do entendimento gramsciano de que a instituição é entendida como uma das diferentes formas de associação da sociedade, uma das diferentes formas encontradas pelos cidadãos para se organizarem, sejam em partidos políticos, **sindicatos**, jornais e grupos autônomos, e não da oposição entre termos “civil e militar”.

Notadamente, ainda tratando do caso brasileiro, Virgínia Fontes defende a ideia de que por aqui a formação dos grupos da sociedade civil se deu de cima para baixo, ou seja, a partir das classes dominantes para então se desdobrarem até as classes dominadas. Obviamente, tal fenômeno acaba sendo um construtor e divulgador da ideologia e da vontade das classes dominantes. Entendemos que é nesse caso particular que podemos encaixar a UPPEES. Como um organismo da sociedade civil brasileira, como um sindicato, uma instituição que deveria privilegiar a defesa dos trabalhadores, a UPPEES (como constataremos mais à frente) adotando um comportamento mais de colaboração e entendimento entre as classes, acaba por servir como instrumento do regime para a propagação de suas ideias e de sua visão de mundo. Sendo assim, a associação de Niterói ao adotar o discurso do regime só vem a reforçar a ideia de Fontes, de que o modelo de sociedade civil brasileiro, além de ser formado de cima para baixo, serve ainda para reforçar o discurso dominante vigente (FONTES, 2010, p. 223). No caso específico da UPPEES, o discurso da ditadura. Então, se necessário fosse darmos um exemplo que pudesse mostrar na prática aquilo que Fontes tenta nos mostrar, esse exemplo poderia ser exatamente a UPPEES.

Se formos observar a continuidade do processo ditatorial brasileiro, sabemos muito bem aonde chegaremos: na desestruturação da aliança classes médias – classe alta – militares. A busca pela hegemonia por cada um dos grupos, não permitiu que nenhum alcançasse essa posição. A verdade é que os grupos aparentemente afinados e coesos tinham interesses diversos. Principalmente após a crise do milagre, a aliança formada pelos três grupos apresenta fortes sinais de desgaste. Devido a diversos fatores, principalmente a luta pela hegemonia, este desgaste permite que ocorra uma “militarização” do regime, com o afastamento parte imposto, parte ocasional, dos grupos que apoiavam a ditadura. A própria UPPEES, ao final da ditadura já se colocava em algumas posições contrárias ao governo – ressaltando-se que tempos depois do advento do “novo sindicalismo” – mostrando que o “casamento” entre estes setores não tinha futuro. E justamente quando os militares talvez tivessem a melhor oportunidade de obter todo o poder para si, não o conseguem: a teoria mostra neste e em diversos outros casos que a hegemonia (militares) precisa de consentimento (civis) e seus instrumentos hegemônicos de poder (igreja, sindicatos, associações, escolas). Na prática, é necessário sempre muito mais do que um arranjo esquemático para o alcance da hegemonia.

Transportando esse pensamento para a nossa realidade, não é imprudente pensarmos o quanto se deu a parceria entre classe média e governo durante o Brasil ditatorial. Ora, a classe média inegavelmente apoiou o regime, mas esperava em troca que seu espaço fosse

reconhecido e respeitado, ou seja, que a ditadura reconhecesse seus “limites básicos” e não interferisse no poder civil. Veremos que, no entanto, a classe média esqueceu-se de combinar esta ideia com os gerais “linha-dura”.

Para Robert Cox, a hegemonia desejada pela classe burguesa está diretamente atrelada à existência da sociedade civil. Neste caso, a sociedade civil surge como o espaço ocupado pela burguesia para controlar o Estado. Com isso, a burguesia não precisou se ocupar com a administração do Estado. Isso mostra a força da importância da sociedade civil, pois ela acaba por determinar o espaço de ação dos organismos do Estado, ou seja, até onde as lideranças de cada Estado poderiam agir, pois estavam com seu campo de ação cerceado pela força da sociedade civil. Para Robert Cox, estavam contidos na sociedade civil “todas as instituições que ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica” (COX, 2007, p. 104).

Devemos deixar claro, em tempo, que o modelo de organização sindical baseado no assistencialismo e na colaboração de classes, que representaria um próprio setor da sociedade civil brasileira, quando sofre as transformações advindas do “novo sindicalismo” também se transformam no que se refere à própria organização da sociedade civil. O período em que o “novo sindicalismo” surge é ao mesmo tempo um momento de abertura, mesmo que ainda controlada – não podemos nos esquecer que a principal liderança do “novo sindicalismo”, Luís Inácio Lula da Silva, também foi preso -, mas que já é o suficiente para reorganizar as forças populares da sociedade civil em prol agora de um novo movimento, uma nova reivindicação: a redemocratização do país. No entanto, o decrépito sindicalismo assistencialista se transforma dentro de seu próprio modelo, sofrendo algumas atualizações necessárias à sobrevivência em um país de novos tempos. A redemocratização chega, mas a opção pela negociação com as autoridades permanece ainda o mesmo dos tempos ditatoriais no Brasil¹⁵.

Após o estudo do caso da UPPEES, uma pergunta acaba permanecendo e merecendo a nossa atenção: sendo a classe docente composta por intelectuais, por que os docentes “upeanos” (intelectuais) preferiram apoiar o regime? Mais uma vez, Gramsci pode ter resposta para esta pergunta. Para ele, os intelectuais estavam divididos em duas categorias: orgânicos e tradicionais. Os intelectuais orgânicos eram aqueles que estavam inseridos de alguma maneira na arena de disputas políticas. Tanto a classe dominante como a classe

¹⁵ Deixando claro que a crítica feita no trabalho à “negociação” não é pelo fato de a negociação ocorrer. Sabemos que a negociação é um importante passo na luta pela classe trabalhadora pelos seus direitos. Nossa crítica aqui é direcionada à forma como a negociação foi conduzida pela UPPEES.

dominada pode produzir os seus modelos de intelectuais orgânicos. Alguns se engajam nas lutas revolucionárias, entendendo que possuem um papel a cumprir como transformadores da sociedade em que vivem e deveriam sempre se posicionar como questionadores da ordem. Sendo assim, não poderiam estar a serviço da classe dominante. Já os outros tipos de intelectuais orgânicos se dedicam à reprodução do discurso dominante. Utilizam seu talento a serviço dos interesses dos grupos mais poderosos. Esses intelectuais orgânicos tinham a total valorização das classes dominantes e por isso, se destacavam entre estes. Ainda nesse espectro, temos o exemplo dos intelectuais tradicionais. Este tipo de intelectual possui um comportamento mais conservador e, por isso, acabam se dedicando menos à luta revolucionária, pois possuem o desejo da manutenção do *status quo*, seja por acomodação, seja por satisfação com o modelo (SAID, 2005). No entanto, a nós cabe a problematização da figura do intelectual orgânico. Talvez mesmo sendo um pouco arriscado classificarmos como “orgânicos” os profissionais do magistério que disponibilizaram seus conhecimentos à UPPEs, foi comum durante o período do recorte, a presença de professores que de diversas maneiras prestaram apoio – poesia, editoriais, crônicas, homenagens – à ditadura. Ou, em outras palavras, utilizaram todo o seu potencial intelectual docente em favor da manutenção de um regime opressor e autoritário. Podendo estar subvertendo a ordem vigente, questionando - como deve ser o papel do intelectual segundo Eduard Said –, se inquietando, incomodando, desafiando essa ordem, promovendo a liberdade e o conhecimento, se colocando contra todos os abusos e atrocidades cometidas durante o período da ditadura, este grupo de professores preferiu aplaudir, escrever, intelectualizar em favor da força dominante.

Neste capítulo, foi possível percebermos que a sociedade civil é um organismo que possui papel muito ativo dentro de um agrupamento social. Tal organismo “ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas com a ordem social hegemônica” (COX, 2007, p. 104). Para chegarmos a esse entendimento, perpassamos desde a origem do conceito, aonde vimos que ainda em seus primórdios tinha um significado muito menos complexo, e através de diversos momentos da história os principais pensadores do conceito foram o adaptando às próprias realidades. As definições mais recentes para o conceito nos mostraram que os sindicatos podem ser classificados como organismos da sociedade civil e é a partir dessa ideia que passamos a explorar mais aprofundadamente a experiência sindical brasileira, dedicando especial atenção ao período da ditadura militar. O estudo do sindicalismo nesse período nos permitiu compararmos a situação vivida pelos principais sindicatos, os mais combativos, e toda a sua luta contra a imposição do modelo ditatorial, com

relação a outro sindicato de postura peculiar e que diferentemente dos “combativos” possuiu um tratamento diferenciado dos órgãos governamentais.

Após analisarmos todas essas informações, temos um aspecto interessante a apontar. Entendemos que o papel de um sindicato é o de conquistar para sua classe melhorias e benefícios perante as políticas trabalhistas e salariais vindas do governo e dos patrões. O sindicato é um local de lutas. São essas lutas que fazem com que a categoria conquiste maiores e melhores direitos. O maior patrimônio que um sindicato possui é a sua própria classe. Sindicato e classe devem estar unidos em torno de um projeto que seja frutífero para ambos os lados. Não somos inocentes a ponto de pensarmos que nas lutas sindicais não há espaço para a negociação. A negociação é um importante passo para a conquista, principalmente em uma realidade na qual o capitalismo na maioria das vezes se mostrou forte o suficiente para desestruturar a frágil estrutura classista brasileira (frágil não por inabilidade, mas sim por sofrer constantemente ataques que impedem seu fortalecimento). O que nos causou estranhamento durante a pesquisa foi o fato de que a UPPES durante a ditadura militar não chegou nem perto de um momento em que tenha se oposto ao governo, sempre permanecendo no terreno da negociação. Vale ressaltar ainda que em todos os poucos momentos em que as direções se opuseram ao governo (momentos esses fora da ditadura militar) sofreram retaliações e em alguns casos tiveram que deixar seus cargos. Mais estranho ainda foi a forma como essa negociação foi praticada, chegando muitas vezes ao ponto da cooptação, do assistencialismo, da propagação de valores, da conjugação de ideias e daquilo que torna um sindicato verdadeiramente um instrumento a serviço do grande capital: o peleguismo.

2 A UNIÃO DOS PROFESSORES PÚBLICOS NO ESTADO – SINDICATO (UPPES)

2.1 A fundação da UPPE

A União dos Professores Públicos no Estado – Sindicato (UPPES) foi fundada no dia 11 de outubro de 1945. No entanto, a data que inicia a organização dos professores primários no estado do Rio de Janeiro reivindicando melhorias para a categoria é um pouco anterior. Abril de 1945 foi marcante para esse grupo, sendo que sua existência foi forjada por grandes mudanças através de sua história. A UPPES que conhecemos hoje, não é bem a mesma União dos Professores Estaduais (UPE) de abril de 1945.

No estado do Rio de Janeiro na década de 1940, as condições físicas do ensino eram muito precárias em relação à vizinha Guanabara. Tais problemas já eram perceptíveis em municípios da região metropolitana como Magé e Itaboraí, e ainda mais acentuados nos municípios mais afastados, com a situação de Campos dos Goytacazes sendo apenas um pouco melhor (AGUM, 2011, p. 201). O cotidiano dos professores primários não era agradável. Enfrentavam a distância e o isolamento das escolas, a falta de estruturas dos prédios, a falta de investimentos em itens básicos como merenda e uniforme, e ainda os baixos salários. A solução muitas vezes encontrada era a busca pelo auxílio de “benfeitores” que contribuíam para a formação de “Grupos Escolares”¹⁶ em sua região, em troca de “status”¹⁷. Como visto, a boa vontade e o esforço dos docentes permitia vencer uma série de obstáculos. A barreira intransponível, no entanto, era a questão dos baixos salários, principalmente dos professores primários.

Foi a partir dessa demanda, que no mês de abril de 1945, após quatro anos sem nenhum reajuste salarial, a professora Maria Francisca Pereira Marinho organizou uma passeata pelas ruas de Niterói contando com a presença de professores de várias regiões do estado. A liderança de Maria Francisca pode ser explicada através do conhecimento de seu parentesco com uma figura proeminente na organização sindical, o comunista Astrojildo Pereira. Apenas o fato de que algum de seus parentes estava envolvido com os comunistas já

¹⁶Os Grupos Escolares surgiam onde o número de alunos era maior e tinha como principal desafio garantir a continuidade dos estudos do alunado, que na época frequentava até a quarta série. OLIVEIRA, Teresinha. *Marcados pela história*. Niterói: UPPES, 2004. p. 17-18.

¹⁷A relação de “troca” entre os criadores do Grupo Escolar Santo Aleixo e o dono da *Fábrica de Tecidos Santo Aleixo* está mais clara em Ibid. p. 15-24.

deixava a professora sob suspeição. Saindo da Secretaria de Educação em direção ao Palácio do Ingá, seu objetivo era uma audiência com o interventor Ernâni do Amaral Peixoto a quem fariam a reivindicação salarial (OLIVEIRA, 2004, p. 25). A passeata contou com aproximadamente cem professores (OLIVEIRA, 2004, p. 26), que ao chegarem à audiência foram surpreendidas com a atitude do interventor que aos gritos disse “(...) mas professora comunista também pede aumento? O estado não tem como fazer isso, não!” (OLIVEIRA, 2004, p. 27). Mesmo o interventor recebendo quase que diariamente autoridades, secretários, prefeitos e representantes de diversas classes - chegando até mesmo o jornal “O Fluminense” criar uma coluna chamada “No Palácio do Ingá” para relatar as visitas – a presença da professora não foi bem aceita por Amaral Peixoto.

Alguns problemas afastaram a professora Maria Francisca de seu objetivo. O Brasil atravessava um momento delicado de sua história, onde o governo emplacava perseguições às diversas correntes políticas, partidárias e ideológicas na época (VIANNA, 2003; MAIO e CYTRYNOWICZ, 2003). E Maria Francisca estava enquadrada no perfil dos perseguidos.

O parentesco com Astrojildo Pereira era suficiente para deixar Maria Francisca isolada em sua reivindicação por melhorias do magistério. O comunista Astrojildo Pereira Duarte Silva (1890-1965), mais conhecido como Astrojildo Pereira¹⁸, fundador do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi figura de destaque no movimento da esquerda brasileira na primeira metade do século XX. Embora com o início de sua vida intelectual próxima ao anarquismo, se consagra como líder marxista. Após breve afastamento do PCB por divergências internas, retorna ao partido em 1945. Entretanto, sem alcançar o mesmo prestígio de outrora. Da cassação do partido até o golpe militar de 1964, a figura de maior destaque do partido fora Luís Carlos Prestes (1898-1990), outro grande personagem que assume a liderança do partido nesse período. Prestes era natural de Porto Alegre e, aos 26 anos, rebelou-se contra o governo de Arthur Bernardes, formando a chamada “Coluna Prestes”, um movimento que marchou por 25 mil quilômetros pelo Brasil e lutou ao longo de dois anos e meio. Exilou-se na Bolívia, quando teve contato com a doutrina marxista, e morou na União Soviética durante três anos, onde conheceu a militante alemã Olga Benário, com quem se casou. Ao voltar ao Brasil e já integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi preso com a mulher que, grávida, foi deportada para a Alemanha nazista¹⁹.

¹⁸ Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/sobre-dona-maria-francisca-irma-de-astrojildo-pereira>>. Acessado em: 13 dez. 2014.

¹⁹ LUÍS CARLOS PRESTES. In: Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/luis_carlos_prestes.>

Após a queda de Getúlio Vargas em 1945, vivendo um curto período de legalidade (1945-1947), Astrojildo, Prestes e o próprio partido voltam a atuar na cena política brasileira. Embora na ilegalidade a partir de 1947, o PCB e seus membros ainda continuaram trabalhando na militância, até que em 1964, com o golpe militar, tais figuras passam a ser perseguidas e presas. Por todo seu histórico e atuação no PCB, Astrojildo Pereira é preso em outubro de 1964, já com o estado de saúde deveras fragilizado. Falece pouco tempo depois de ser libertado²⁰.

Evidentemente, o fato de ser irmã de Astrojildo não inclui Maria Francisca em qualquer organização comunista. Porém, por estarmos vivendo o auge da Guerra Fria, a mínima ligação que houvesse com grupos comunistas seria motivo para incriminar alguém com a acusação de “comunismo”. Além do fato de que, como era a líder da manifestação, ficou visada como uma questionadora – logo, uma comunista. Por isso, Amaral Peixoto sequer deixou a professora falar – a reivindicação fora passada por um dos Ajudantes de Ordens na frente de Maria Francisca –, embora entre as manifestantes houvesse também getulistas, legalistas e integralistas (OLIVEIRA, 2004, p. 19, 27 e 28). Embora não seja o foco do trabalho, é importante ressaltar que existiu uma grande influência das ideias integralistas na composição do movimento. A professora Iza, uma das fundadoras, era simpatizante da doutrina de Plínio Salgado e a autora da faz questão de ressaltar esse viés em algumas passagens do texto. A propósito da questão educacional, a ideologia desenvolvida por Salgado sempre se mostrou muito preocupada com a formação da juventude brasileira. Fundadora de várias escolas por todo o país, a Ação Integralista Brasileira possuía forte aparato pedagógico sob o comando da Secretaria de Educação, sob a qual estavam subordinadas centenas de militantes que se engajavam no trabalho voluntário de alfabetização de crianças e adultos, além do ensino de economia doméstica, puericultura, entre outras especialidades. (CAVALARI, 1999)

Mediante tal postura do interventor, Maria Francisca retorna aos colegas e após um pequeno discurso propõe a formação de uma associação que cuidasse dos interesses e também representasse a classe. Alguns dias depois surge a União dos Professores Estaduais, que somente em 11 de outubro de 1945 viria a se tornar a União dos Professores Públicos no Estado – a UPPE.

²⁰ ASTROJILDO PEREIRA. In: Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>> Acesso em: 13 dez. 2014.

2.2 As gestões da UPPE

A professora Maria Francisca, como fundadora, teve seu papel de importância ao organizar e articular a composição da instituição, conseguindo até aglutinar a força dos professores de diversas regiões do estado. Conseguiu ainda, a doação de um terreno no centro de Niterói – na rua La Salle – feita pelo então governador do estado do Rio de Janeiro Edmundo de Macedo Soares e Silva, que só passou de fato a pertencer à UPPE a partir do Decreto 3437 de 23 de dezembro de 1948 (OLIVEIRA, 2004, p. 32). Apesar de sua grande contribuição, teve um breve período de passagem pela presidência, permanecendo no cargo até setembro de 1946. Embora, como acabamos de ver, a professora Maria Francisca Pereira Marinho não fosse ligada a nenhum grupo comunista, não significa dizer que ela não reivindicava junto às autoridades. Contrariando esta ideia, a primeira coluna da “União dos Professores Primários no Estado” editada no jornal “O Fluminense” começa justamente anunciando que a professora, na qualidade de presidente do sindicato, encaminharia ao presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) reivindicando o retorno do Brasil à “Democracia Constitucional” (União dos Professores Primários no Estado. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 18 set. 1946). Além disso, Maria Francisca foi convidada – e aceitou o convite – para discursar no Partido Comunista (OLIVEIRA, 2011). Mesmo não havendo como comprovar a relação entre um fato e outro, logo em após esses acontecimentos, Maria Francisca foi destituída do cargo. Embora o governo Dutra tenha sido marcado pela forte intervenção do governo a sindicatos, principalmente aqueles que possuíam uma forte presença comunista²¹, o indício de que a destituição do cargo de Maria Francisca tenha mais relação com seu histórico familiar e de lutas é muito forte. Reforçando essa linha de pensamento, a UPPE, através da sua coluna no jornal “O Fluminense”, narra esse momento, mas não deixa clara a razão para a professora renunciar (União dos Professores Primários no Estado. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 26 set. 1946). Eleita através de assembleia no sindicato, em seu lugar assume a professora Icleya Gomes de Almeida (União dos Professores Primários no Estado. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 26 set. 1946), que ao contrário de sua antecessora, tem um longo mandato de vinte e dois anos.

²¹ MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 fev. 2014.

À professora Icleya, dentre outras coisas, coube dar continuidade à “Campanha dos Tijolinhos” de Maria Francisca, que consistia em arrecadar fundos para a construção de uma nova sede, sendo esse o seu maior desafio. Tal mandato também foi marcado pela conquista da modificação do quinquênio em triênio, através da negociação com o governador Celso Peçanha. Este, após algum tempo, adotou a sede da UPPE como local para a assinatura de atos relativos ao magistério fluminense (OLIVEIRA, 2004, p. 33). Outra medida adotada durante a gestão de Icleya foi a hospedagem de professoras, que vinham do interior do estado para resolver algum problema na capital, na sede da UPPE – que mais à frente teve um local próprio para a hospedagem: a “Casa do Professor” (*O Fluminense*, Niterói, p. 1, 9 de set. 1960). Dentre esses fatos que marcaram a gestão de Icleya, podemos já captar uma característica que será marcante na postura do sindicato: a negociação, como relatou a atual presidente do sindicato:

A UPPE enquanto era associação, no antigo estado do Rio gozava de grande prestígio junto aos governantes. Nós tínhamos governantes que vinham aqui na casa para despachar. [...] a UPPE trata como associação de professores, não entra muito na política. (OLIVEIRA, 2011)

Atualmente, a direção do sindicato não nega que tenha utilizado – e que ainda utiliza-se - da política de conciliação para obter ganhos. Através desse comportamento apaziguador que as conquistas vão chegando à associação (OLIVEIRA, 2004, p. 33). E é através da conciliação que Icleya consegue permanecer tanto tempo à frente da instituição. Vale ressaltar que por todo esse período, ocorreram eleições que revalidavam a continuidade da presidente à frente do sindicato, e a maioria delas eram convocadas pelo jornal “O Fluminense”, que após o dia da eleição, anunciava e festejava o resultado (*O Fluminense*, Niterói, p. 1, 17 de ago. 1960). No entanto, no ano de 1961, por motivos de aposentadoria, a professora Icleya abre espaço para a candidatura de Anaíta Custódio Cardoso, que seguiu na direção até o ano de 1988.

Da mesma maneira que sua antecessora, o mandato de Anaíta é longo. De acordo com a professora Terezinha, é uma prática comum da instituição a reeleição no cargo da presidência do sindicato e a manutenção do mesmo por grandes períodos. Segundo ela, não há nenhuma resistência dos quadros dos sindicatos em relação a tal prática, o que explica os mandatos durarem tantos anos.

Todavia, um fato fez com que no livro de Oliveira o registro da gestão de Anaíta Cardoso no sindicato tivesse ênfase numa acusação de fraude na associação. Grupos

opositores à professora dentro do sindicato, aliados a uma militância mais combativa representante do “novo sindicalismo”, liderados por Godofredo Pinto (que como veremos adiante, esteve alojado com seu grupo durante um período no sindicato), começaram a denunciar supostas irregularidades na gestão financeira de Anaíta. Após um trabalho de investigação e reunião de provas que pudessem ligar Anaíta às fraudes com o dinheiro do sindicato, os militantes denunciam o caso. Como principal consequência, os denunciantes são expulsos da associação, mas a denunciada não tardou a sofrer com a divulgação da suspeita de fraude também (PINTO, 2013). A diretora passou por um processo de apuração interna que lhe implica até mesmo a não poder entrar na instituição até que a sindicância pudesse concluir que nada havia de errado, embora mesmo assim, ela acabou deixando o cargo em assembleia para uma direção provisória (OLIVEIRA, 2004, p. 53).

Em sua gestão, contudo, podemos citar ainda alguns ganhos da categoria como, por exemplo, um abono de Cr\$ 5.000,00 dados ao funcionalismo em maio de 1961 e a aposentadoria aos vinte e cinco anos de carreira para o magistério. Foi em sua gestão também a conquista da paridade entre ativos e inativos, já no ano de 1982 (OLIVEIRA, 2004, p. 53-54).

O que mais nos chamou a atenção foi o fato de que embora a gestão de Anaíta Cardoso tenha sido quase toda durante o período da ditadura militar no Brasil, em nenhum momento esse lado da gestão é citado no livro. Acreditamos com isso que o pouco espaço para a sua gestão tenha ocorrido por dois fatores: pelo fato da presidente ter sido suspeita de fraude ou pelo fato do sindicato hoje querer apagar o seu passado de colaboração com o regime. Em ambos os casos, o estudo das fontes passa a ser primordial para o entendimento desses fatos. Tendo como ponto de partida esse vazio é que vamos privilegiar a análise de material a partir de agora, para que possa ajudar a completar tal lacuna. Infelizmente, a parte que coube no livro que conta a história da instituição, dedica-se a contar apenas como o processo enfrentado por Anaíta Cardoso ocorreu. Pouco espaço é dado aos ganhos de sua gestão. Muito menos ainda, às relações entre a associação e a ditadura. A professora Anaíta seguiu com sua gestão até o ano de 1988 quando foi substituída pela atual presidente, professora Terezinha Machado Oliveira.

Após analisarmos as gestões que presidiram a UPPEs em todos os seus anos de história, algumas curiosidades ficam evidentes. A primeira delas, claro, seria a ligação familiar da professora Maria Francisca com Astrojildo Pereira, líder comunista. Ficou bastante claro que devido a sua proximidade familiar, a professora conseguiu conquistar a antipatia dos membros do governo da época. Embora a presidente tivesse pedido demissão de

seu cargo (União dos Professores Primários no Estado. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 26 set. 1946), não seria demais imaginarmos que tal atitude pudesse ter sido tomada mediante pressão, principalmente por conta de sua aproximação com o comunismo. Não é à toa que em “O Fluminense”, a notícia de sua demissão causou acalorado debate na assembleia das professoras, de acordo com o jornal. Infelizmente, no entanto, em nenhum momento foi explicado o motivo da saída da professora, o que faz com que apenas imaginemos que sua saída tenha relação com toda a pressão sofrida por conta de seu parentesco com Astrojildo e que teve como última instância seu discurso no partido.

Outro fato que chama a atenção é além de adotarem uma postura anticomunista, o que não era raro naquela época devido à Guerra Fria, os membros do sindicato possuíam grande admiração e até mesmo atração pelas ideias integralistas de Plínio Salgado. Durante várias passagens do livro que conta a história da UPPEES são relatados elogios superficiais à figura de Plínio Salgado e ao seu trabalho em relação à educação, principalmente nas duas primeiras partes que se referem às primeiras gestões.

(...) “*Dá-me um povo educado e eu colocarei qualquer um a governar.*” Eram palavras de Plínio Salgado, homem apaixonado pela educação. (OLIVEIRA, 2004, p.19)

Além das professoras que eram apreciadoras do integralismo como doutrina em si, existiam ainda aquelas que lamentavam o seu fim como organização.

Pela primeira vez, desde que fora calado o integralismo, ela [a professora] teria um ideal a seguir, algo de princípios puros e idôneos para representá-la. (OLIVEIRA, 2004, p. 24)

Mas devemos, em tempo, deixar claro que de uma maneira bem superficial, a preferência das professoras pelo modelo integralista era devido ao seu apelo à educação e à instrução dentro dos modelos didáticos da época. Como não se trata do recorte da pesquisa, não temos como afirmar se de fato havia mais que admiração pelo modelo integralista. Tais afirmações só seriam possíveis mediante outro estudo.

Com relação à gestão da professora Icleya Almeida, chamou-nos a atenção seu modelo no trato das negociações com autoridades. É em sua gestão, por exemplo, que a UPPEES consegue através de uma doação do governo o terreno para a construção de sua sede. Além disso, outra interessante passagem é aquela na qual o governador passa a adotar a sede da

UPPES como local “simbólico” para a assinatura de decretos em favor da educação (*O Fluminense*, Niterói, p. 1, 14 de mai. 1961).

Seguindo ao mandato da professora Anaíta Cardoso, um fato estranho é a sua quase “imperceptível” gestão pelos seus vinte e sete anos no livro da professora Terezinha Oliveira. Como foi a presidente durante praticamente todo o período da ditadura no Brasil, impressiona o fato da professora ser muito pouco citada no livro, cabendo a ela uma breve passagem pela história contada. Com essa lacuna aguçando nosso interesse, foi feito um levantamento junto aos arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) que catalogaram milhares de pessoas durante a ditadura aqui, no intuito de conhecer e fiscalizar as suas atividades. Nem a professora Anaíta Cardoso, nem as demais presidentes do sindicato tiveram seus nomes sequer encontrados nas fichas do DOPS. Apenas ocorre uma menção ao nome da professora Icleya, quando a mesma é convidada a assumir o cargo de “Chefe da 17ª Região Escolar” no lugar de Jairo Malafaia, que abrigou o prefeito de Cachoeira de Macacu foragido das autoridades militares após o golpe, e após investigação do CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) foi destituído do cargo de chefe (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Icleya Gomes da Silva. Setor Secreto. Notação 07. Rio de Janeiro, 2015. 91 f.). Inclusive vale registrar que a professora Icleya já havia assumido um cargo no governo anteriormente, quando em 1962 assume a chefia da 19ª Inspetoria de Ensino (*O Fluminense*, Niterói, p. 2, 25 de abr. 1962). Tanto a ausência de informações com relação às professoras, quanto a indicação da professora Icleya é algo que realmente nos causa estranhamento. Pois, se foi uma prática muito comum a intervenção a sindicatos na época do regime militar, realmente é muito curioso o fato de que além de não haver nenhuma ficha das professoras no departamento que fiscalizava as atividades de oposição política no Brasil (vale ressaltar inclusive que o DOPS fichava até mesmo pessoas que apoiavam o regime), a associação não tenha sofrido sequer uma intervenção durante a ditadura. Nem no momento de sua implantação. Além disso, fica a dúvida de quais motivos levaram a professora Icleya a ser escolhida e indicada pelo governo para assumir tal cargo, no lugar de um funcionário perseguido pelo regime. Mas, detalharemos melhor o nosso entendimento dos motivos que levaram a tais práticas mais adiante.

2.3 As fontes produzidas pela UPPEES

A história da UPPEES já foi escrita algumas vezes. Na “biografia romanceada” – termo utilizado pela própria autora – *“Marcados Pela História”*, a professora Terezinha Machado Oliveira mostra a história da instituição através de passagens relatadas por pessoas que participaram da fundação do sindicato como, até mesmo, atuais membros da diretoria.

Esta mesma história, atualmente, também pode ser encontrada em outra fonte. É a dissertação de mestrado em educação da professora Kênia Miranda. Na obra com o título *“A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a Forma-Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SINPRO-RIO, da UPPEES e do SEPE-RJ”*, Kênia Miranda trata do tema de maneira mais formal. No entanto, por se tratar de uma obra voltada para a área de educação, e por também não ser o seu objeto de pesquisa a UPPEES propriamente dita, a autora não se aprofunda muito na análise das fontes. No capítulo que se refere ao sindicato, ela faz uma espécie de resumo do livro da professora Terezinha Oliveira, complementando em vários momentos, com uma entrevista que a presidente-autora da UPPEES presta à Miranda. No seu caso, as fontes primárias não foram consultadas.

O objetivo deste trabalho é justamente a de tentar preencher a lacuna deixada pelos trabalhos anteriores: a análise das fontes primárias, privilegiando parte do período da ditadura militar. Através da análise destas fontes, demonstrar que as posições que o sindicato tomou em sua história foram registradas e que estes registros podem esclarecer a opção colaboracionista com o regime militar. Além do fato de também compartilhar algumas passagens interessantes na história do sindicato, que acabaram ficando de lado, tanto no livro de Terezinha Oliveira, quanto na dissertação de Kênia Miranda.

Durante os primeiros contatos com a UPPEES, foi realizado um trabalho de sondagem com relação à forma como trabalhavam, suas ideias, e seu comportamento. Após estes contatos iniciais e a autorização para que os arquivos fossem acessados, foi possível conhecer melhor os documentos da instituição. Estes estavam divididos em três tipos: os jornais da organização; o livro de registro de associados; as atas de reuniões e assembleias do sindicato.

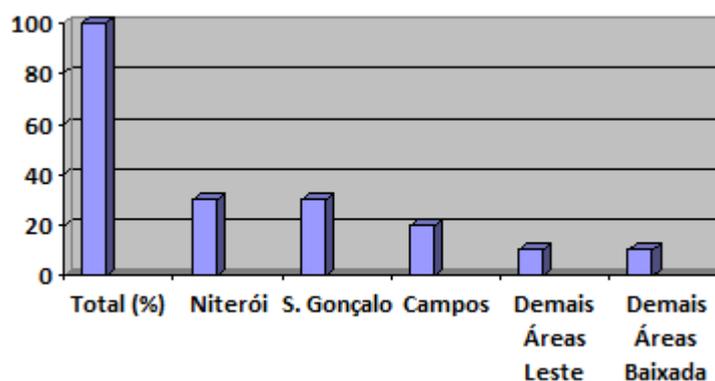
O primeiro a ser analisado foi o jornal. Suas edições estão encadernadas em sequência de datas decrescentes em dois livros que ficam em posse do sindicato, em sua sede administrativa. Cuidadosamente organizado e bem tratado por uma das funcionárias da UPPEES - que sempre se interessou em guardar e preservar os arquivos por iniciativa particular - o jornal inicia sua publicação ainda na década de 1950. Exemplar único, o livreto redigido à

máquina de escrever de maneira bem artesanal é um objeto raro, não só pela maneira como foi confeccionado, mas devido aos exemplares seguintes não terem sido localizados. Desse exemplar, pulamos para o próximo número localizado, um jornal em formato tabloide datado de julho de 1968 com o nome de Síntese Informativa da União dos Professores Primários do Estado – ou Síntese Informativa da UPPE, doravante tratada como SIU (*O Fluminense*, Niterói, p. 6, 29 de jul. 1968). De acordo com D. Terezinha Oliveira, não se sabe ao certo se a edição de 1950 foi única e só voltou a ser produzida em 1968, ou ainda, se todos os exemplares entre 1951 e 1967 foram perdidos com o tempo. De qualquer forma, tais exemplares não foram localizados.

Sendo rodado semestralmente, o periódico sofreu várias alterações durante a sua existência chegando a ser publicado até os dias de hoje. Basicamente, era composto por notícias referentes às reivindicações e conquistas da categoria, além de ser um forte instrumento de propaganda dos feitos das gestões vigentes. Continha ainda itens relacionados à cultura, como concursos de poesias. Outra utilidade do jornal era de propagandear as benesses assistencialistas oferecidas pelo sindicato a sua categoria. Para a nossa análise, separamos desde a primeira edição de julho de 1968 até janeiro de 1979. Embora seja um período de recorte teoricamente grande, vale ressaltar que a publicação era sempre semestral, contabilizando para a pesquisa o número de vinte e duas edições analisadas.

Além disso, com o intuito de traçar um perfil dos membros da UPPE, consultamos o seu livro de matrículas. A preferência foi dada ao levantamento dos dados referentes ao recorte da pesquisa. A partir dele, pudemos constatar que a área de atuação da associação era de praticamente todos os municípios do antigo estado do Rio de Janeiro. Em cada um desses municípios o número de associados era muito pequeno, mas garantia uma ampla área de atuação. Ao contrário destes números, temos as três maiores cidades em número de associados à UPPE e que representavam quase 60% do quadro: Niterói, São Gonçalo e Campos dos Goytacazes. Depois destes, temos outros sete municípios que congregavam também um número significativo de associados: Petrópolis, Duque de Caxias, Volta Redonda, Itaboraí, Magé, Barra Mansa e Nova Iguaçu. O gráfico a seguir expõe a disposição dos associados por áreas, em percentual:

Gráfico 1 – Associadas por regiões do antigo estado do Rio de Janeiro



Fonte: Livro de Matrículas da UPPE, 2014.

Como no estado da Guanabara existia uma associação de professores - que embora chamada de UPPE Guanabara, não possuíam nenhuma ligação entre si (OLIVEIRA, 2011) -, apenas dois associados se declararam moradores do extinto estado. Com relação ao número de associados, constatamos que entre 1968 e 1978 houve a entrada de quatro mil matriculados. Todavia, tal número deve ser observado com certo cuidado, pois não havia a informação que desse conta dos desligamentos. Mesmo assim, é possível ter uma ideia da quantidade de membros que a UPPE possuía no período. Em contrapartida, a própria presidente da associação à época, a professora Anaíta Custódio Cardoso, afirmou em coluna no jornal “O Fluminense” que no ano de 1968 contava com sete mil “professoras primárias” (*O Fluminense*, Niterói, p. 8, 29 de jul. 1968), em 1971 tinha em seus quadros oito mil associadas (*O Fluminense*, Niterói, p. 3, 18 de dez. 1970) e no ano de 1976, segundo a direção em entrevista, possuía doze mil “sócias” (*O Fluminense*, Niterói, Pingo de Gente, p. 3, 27 de jun. 1976). Com relação à presença de homens nos quadros associativos, temos apenas a adesão de dez senhores. Num universo de quatro mil associados (ou sete mil, de acordo com Cardoso), esse realmente é um número pequeno, que pode ser atribuído ao fato da UPPE atender preferencialmente na época os professores primários, parcela da classe de professores composta histórica e majoritariamente por mulheres²².

Outra fonte consultada foram as atas de reuniões e assembleias. Ao contrário dos jornais, que forneceram um material rico em relação ao tema, as atas foram de pouca valia. Estas só eram utilizadas para registro de eleições dentro do sindicato. As atas examinadas

²² Importante registrar aqui que o livro de associados pesquisado é um caderno antigo da época, sem muitos dados explicativos, numerado por linha e cada associado registrado era anotado em uma linha. Junto ao seu nome, era inscrito seu local de atuação e sua data de adesão. Nenhuma outra informação, como desligamentos, por exemplo. O que nos possibilitou apenas um cálculo aproximado do número de associados.

iniciam seu período ainda na década de 1950. Mas, devido ao recorte do trabalho, o exame se inicia em 1968. Mesmo com pouco a contribuir, algumas informações importantes foram retiradas destas. Da mesma forma – e com o mesmo cuidado prestado pela funcionária – as atas também estão encadernadas em dois livros: um livro de ata de assembleias e outro de ata de reuniões de diretoria. Assim como os jornais, as atas se encontram em excelente estado de conservação.

Iniciaremos nosso trabalho pela análise dos jornais, onde valorizamos os principais artigos e seções que tinham como tema alguma ligação com as práticas políticas do regime militar. Por exemplo, logo na primeira edição de julho de 1968 da SIU²³, onde ficou registrado um aviso assaz interessante com o título “Você Precisa Saber”²⁴, onde se comunicava que a associação estava cedendo suas instalações à Secretaria de Educação e ao “Exército Nacional”, como destacado abaixo:

Instalações cedidas à Secretaria de Educação e Cultura e o Exército Nacional, com o fim de realizar cursos, assim como a determinadas autoridades que solicitaram as dependências, a fim de realizar reuniões e debates (SIU, Niterói, p. 7, jul. 1968).

Em outro momento, a associação negocia o empréstimo de sua sede para diversos fins. O jornal “O Fluminense” já havia no ano de 1968 comunicado sobre o oferecimento do espaço da associação para a instalação de cursos que seriam oferecidos às associadas (*O Fluminense*, Niterói, p. 8, 7 de jul. 1968). Ou ainda, como quando ocorre a instalação de um *stand* da Secretaria de Educação e Cultura para a realização de “*diferentes cursos, palestras, etc.*” (SIU, Niterói, p. 8, dez. 1969). Tais atitudes só reforçam a ideia de aproximação estreita entre a direção da associação e as autoridades. A construção da sede à rua La Salle em um terreno doado pelo governador do estado do Rio de Janeiro, o empréstimo da sede para o governador Celso Peçanha realizar a assinatura de atos em favor do magistério e agora, a cessão das instalações para reuniões do exército e cursos da Secretaria de Educação chamam bastante atenção. Normalmente a posição dos sindicatos é combativa, o que configura geralmente afastamentos entre a sua direção e as autoridades. Nestes trechos, já podemos perceber a diferença do tratamento dispensado aos sindicatos durante o período da ditadura militar. Enquanto a maioria deles estava passando por intervenções ou gestões impostas pelo governo (MATTOS, 1998: 13) – o que não foi o caso da UPPE –, a entidade chegou até a

²³ A segunda edição localizada.

²⁴ “*Você precisa saber que...*” é uma série informativa produzida pelo governo federal de 31 de março de 1968 até 30 de setembro de 1969 que visava resumir as realizações dos diversos ministérios. Circulava em rede de rádio e televisão. Não por coincidência, o artigo da SIU recebe o mesmo nome do informativo.

ceder suas instalações para os grupos que sustentavam o regime. Essa de fato, sempre foi uma prática antiga da UPPE.

Outra constante dentro da SIU eram as homenagens prestadas a personagens históricos exaltando seus feitos em nome da *liberdade e da democracia*. Estas homenagens eram feitas através de cartas enviadas ou artigos escritos pelos leitores. Dentre alguns dos homenageados, podemos destacar John F. Kennedy como no artigo “Um Estadista”, enviada pela leitora Maria de Lourdes Valentim Moreira²⁵:

(...) sendo considerado um dos maiores estadistas de todos os tempos. Kennedy foi um amante da paz, um apóstolo da liberdade e um defensor da igualdade humana. Lutava por um amanhã melhor e suas ideias, que ele sempre pôs acima de sua própria vida, deixava transparecer de todos os seus discursos e de todos os seus diálogos, aquele amigo da América Latina.

Propôs a Aliança Para o Progresso, fomentando assim o desenvolvimento econômico e social dos países latinos americanos. Mesmo antes de ser eleito, já tinha planos de ajuda aos países pobres, com empréstimos e intercâmbios culturais. Defensor que era da igualdade dos homens e das raças, e da união de todos os povos americanos, o negro tinha em Kennedy um aliado.

Quando eleito, sempre procurou manter os compromissos assumidos anteriormente pelos Estados Unidos, mesmo que por ocasião da guerra do Vietnã, pois desejava provar que o que ele mais ambicionava era o entendimento entre as partes conflitantes.

Confiava na bondade e na fraternidade entre os homens. Ele se considerava um homem comprometido com o futuro e tinha consciência que seu dever estava acima de seus direitos (SIU, Niterói, p. 6, ago. 1969).

Como fica claro através do trecho acima, para a autora John Kennedy traduzia toda a expressão de liberdade, justiça, piedade e democracia que deveriam reger as diretrizes dos “amigos da América Latina”. Da mesma forma, podemos observar semelhante comportamento de exaltação a figuras e personalidades – até mesmo exaltação do próprio regime – em uma citação de pé de página que brinda os leitores com uma frase do então presidente da república Emílio Garrastazu Médici: “A grandeza do Brasil depende muito mais da Família do que do Estado, pois a consciência nacional é feita da alma de educador que existe em cada lar.” (SIU, Niterói, p. 6, dez. 1969).

Se analisarmos isoladamente os trechos acima, estes soariam apenas como simples elogios ou valorização de personagens importantes e famosos para a política da época (ainda mais se tratando de um presidente estrangeiro e o presidente do Brasil). Mas, cabe aqui o envolvimento no contexto da época em que o artigo e a nota foram escritos: o ano de 1969, extremamente simbólico. Internamente, o Brasil já sofria os reflexos da radicalização

²⁵ Vale ressaltar que como era um jornal informativo da associação, a maioria dos seus leitores eram professores associados.

instaurada pelo Ato Institucional nº 5 (Editado o ato 5. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 14 dez. 1968), levando os grupos mais conservadores a buscarem inspiração para apoiar seus ideais de “liberdade e democracia” até mesmo no exterior - como faz a professora em seu texto. Exaltar a figura de John Kennedy significa enaltecer o alinhamento ao modelo de política e sociedade estadunidenses. Significa mais ainda, apoiar as estruturas implantadas aqui no Brasil, de acordo com modelos de políticas receitados pela potência capitalista dominante²⁶. Valorizar a figura do presidente representava naquele momento externar a concordância com o modelo vigente internamente. Mas, não só homenagens internacionais trazia o jornal da UPPE²⁷.

2.4 Reivindicações “à moda uppeana”

Merecem destaque também as reivindicações diversas que o jornal publicava em suas páginas. Sempre com um tom conciliador e deixando bem clara a maneira como o sindicato trabalhava, alguns trechos destes “manifestos” chamam a atenção pelo tratamento direcionado às autoridades a quem se destinam os pedidos, como no caso abaixo em que a associação divulga uma carta ao governador do estado Raimundo Padilha:

Sabemos que o sadio processo de reformulação social exige de nós participação consciente e desprendida(...)

(...) Por isso, a UPPE não se propõe apenas a reivindicar melhorias para o magistério primário fluminense. Propõe-se também, a colaborar honesta e espontaneamente com o governo de V. Ex^a., e, com sua devida vênua, a apontar-lhe algumas deficiências que emperram ou dificultam a maior rentabilidade do ensino²⁸(...)

(...)Estamos certos de que é ingente a tarefa, mas acreditamos também que a alta visão de V. Ex^a., colocando à frente da Secretaria de Educação e Cultura um vulto revestido da experiência, dos altos conhecimentos e da formação do Dr. Delton de Matos, não terá porque omitir-se diante do gigantismo da obra (*SIU*, Niterói, p. 2, mai. 1971).

²⁶ Conforme debatido no primeiro capítulo.

²⁷ Faz-se necessário registrar a presença do mesmo espírito de valorização destes personagens no livro da professora Terezinha Oliveira.

²⁸ A mesma frase já fora utilizada em outra carta publicada na SIU de Setembro de 1970 endereçada ao ministro da Educação, Sr. Jarbas Passarinho.

Já em um editorial assinado pela presidente Anaíta Cardoso, a mesma elogia um decreto da Presidência da República que, dentre outras coisas, determina o fim das nomeações político-partidárias para a direção das unidades escolares; diferenciação do vencimento dos professores pelo tempo de serviço; remuneração do professor baseado por sua qualificação. Todavia, critica os baixos salários recebidos pelos professores e adverte que a medíocre remuneração pode se transformar em uma das maiores mazelas que o país poderá enfrentar, caso não seja tomada nenhuma atitude em relação à isso. Os baixos salários podem desestimular os professores no processo de melhoria da educação o que, conseqüentemente, atravancaria o desenvolvimento da nação. No entanto, prestemos a atenção não em suas reivindicações, mas sim na maneira como ela as faz. Assim ela introduz seu discurso:

Com o Decreto nº 71.144 o Exmo. Sr. Presidente da República não só dá provas da mais legítima conscientização de um nacionalismo sadio, como também reafirma diante do seu povo, toda a grandeza, a clarividência de um timoneiro intemerato, arguto e sensível, sempre atento aos mais graves problemas nacionais (*SIU*, Niterói, p. 7, jan. 1972).

Em um regime ditatorial em que não há mais eleições para presidente, esse tipo de discurso cumpre função importante de legitimar o poder político estabelecido. A diretoria da UPPE atualmente não nega o fato de buscar um canal “diferenciado” de diálogo com as autoridades. Inclusive, uma nota publicada em “O Fluminense” no ano de 1968, reforça bem essa ideia onde de acordo com o periódico, através de “(...) entendimentos pessoais da presidente da UPPE com o governador, no sentido de alertá-lo de que uma injustiça ia ser cometida (...)” pelo fato de apenas uma parte da categoria receber um reajuste salarial devido e a outra parcela não (*O Fluminense*, Niterói, p. 6, 29 de set. 1968) Essa mesma direção não nega que essa tenha sido uma prática sempre utilizada para negociação na história do sindicato. Na maioria dos artigos escritos nos jornais - dentro do período analisado - direcionados às autoridades competentes (secretário de educação, ministro da educação e presidente), o uso de elogios e floreios que antecipam a reivindicação propriamente dita faz com que realmente o relacionamento da UPPE com tais lideranças chame bastante à atenção.

Reforçando a ideia, a instituição mantinha laços de amizade com personalidades influentes da política da época. A análise a seguir, parte do pressuposto que, por um lado a aproximação da UPPE com tais personalidades pudesse acontecer por meros interesses. Mas ainda sim, pode ter ocorrido também por questões de visões ideológicas parecidas. Desta maneira, a UPPE começa a contar com a colaboração de Alberto Torres, que a partir de 1968 abre espaço em seu jornal – O Fluminense – para a divulgação das causas da UPPE e também

faz a ligação verbal e reivindicatória entre a direção da associação e as autoridades do Estado. É evidente que a ligação tão próxima entre Alberto Torres e o sindicato possui um fundamento. Formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil e posteriormente exercendo a profissão de jornalista, Torres notabiliza a sua carreira ao ingressar na política. Transforma-se com o passar dos anos numa figura política importante dentro do antigo estado do Rio de Janeiro, presente principalmente na área educacional e política deste estado, ganhando grande notoriedade em Niterói. Entrou para a política em 1936, tendo sido deputado federal e estadual pela extinta União Democrática Nacional (UDN) e com a instauração do bipartidarismo ditatorial brasileiro, passou a integrar os quadros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), durante oito legislaturas por mais de 30 anos, participando inclusive das Constituições de 1947 e 1967. Na década de 1950, presidiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que procurava investigar os efeitos sobre a economia brasileira da Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc)²⁹. Sempre ligado à área da educação, chegou a ser chefe de gabinete do ministro da Educação do governo Jânio Quadros. Desempenhou, também, as funções de secretário estadual de Educação (*O Fluminense*, Niterói, p. 12, 5 de jun. 1960), tendo articulado a criação da Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1960. Como jornalista, assumiu o Grupo Fluminense de Comunicação jornal “O Fluminense” de Niterói, em 1954. Falecendo aos 86 anos, em 25 de novembro de 1998, seu nome está imortalizado na principal avenida da orla da Praia de Icaraí, em diversas ruas, escolas e outras instituições instaladas em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, como o Hospital Estadual Alberto Torres, em São Gonçalo³⁰. Além de todos estes locais, Alberto Torres também é figura imortalizada pela UPPES.

A imagem cultuada do deputado Alberto Torres pela associação faz com que este se torne figura sempre presente nos periódicos, homenagens, festas, solenidades e inaugurações. Isso indica algo que vai além da afinidade política. Sendo frequente a presença dele no sindicato, podemos entender uma relação de sociabilidade, de amizade entre ele e membros do sindicato ou da sua diretoria, além de uma conjugação de valores entre eles. Amplamente

²⁹ A instrução nº 113 da Sumoc visava diminuir ao máximo as barreiras fiscais que impediam a entrada de investimentos e maquinários pesados no Brasil. Foi um recurso utilizado pelo governo de Juscelino Kubitschek receitado pelo Fundo Monetário Internacional, procurando acelerar o processo de industrialização no Brasil (*A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC*). Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003#add1>. Acesso em 20 jun. 2014.

³⁰ ALBERTO TORRES. In: Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

citado tanto nos jornais quanto no livro de Terezinha Oliveira, era conhecido como um “aliado de todo momento” da instituição e como um defensor da educação e dos valores “uppeanos”. Por diversas vezes, as diretorias recorreram a ele para tentar uma via de representação e reivindicação dentro da câmara³¹, além de utilizar as páginas do jornal o qual era proprietário – *O Fluminense* – para expor os anseios e as conquistas dos professores primários. A própria presidente da associação reconhece a importância do jornal ao congratular inclusive as mudanças gráficas adotadas por ele (*O Fluminense*, Niterói, p. 7, 24 de mar. 1976). Sua importância foi tão grande para a história da UPPE, que na porta de sua sede podemos apreciar um busto do já falecido deputado. A relação de proximidade entre os dois lados fica mais clara, quando é publicado na capa da SIU de janeiro/maio de 1977 um editorial escrito pela presidente direcionado a Alberto Torres em agradecimento pelo apoio na luta pelo “nivelamento” salarial:

Ao prezado e grande amigo manifesta a UPPE gratidão muito afetuosa, que se amplia sempre, pelo constante interesse de ajuda às nossas causas (*SIU*, Niterói, p. 1, jan. 1977).

Ou ainda este outro trecho, que anuncia às associadas a conquista de um reajuste salarial para a categoria, justificando a maneira como foi obtido:

É óbvio que apelamos sempre aos deputados amigos e de boa vontade que compreendem a situação do professor, já que para esta defesa é indispensável ter assento na Assembleia, já agora constituinte, usando o diálogo livre e permitido por lei. Alguns deputados fluminenses se destacaram pelas votações favoráveis às justas causas do professor. Mas tivemos sempre a sorte de contar entre eles, com aquele que se consagrou pela dedicação ímpar e incansável de todas as horas, credor de nossa eterna gratidão, o doutor Alberto Torres (*SIU*, Niterói, p. 2, mai. 1975).

Ou ainda quando surpreendentemente, constatamos um membro da diretoria da UPPE pedindo votos para o então candidato à reeleição para deputado estadual Alberto Torres.

O nosso povo conhece da operosidade, inteligência e honradez do ilustre Deputado, jornalista e homem de letras. Votar, pois no Dr. Alberto, é votar muito bem. Dando-lhe o seu voto, a nossa classe dá, politicamente, sem dúvida e sem trocadilho, um “golpe de mestre” (*O Fluminense*, Niterói, p. 14, 5 de nov. 1974)³².

³¹ Informação obtida através de conversa informal com a diretora.

³² Ver ainda “O Fluminense” desde 05 de novembro até o dia 11 de novembro de 1974, onde são sucessivas as homenagens da UPPE na primeira página do periódico. E o mesmo torna a ser homenageado recebendo a “Estrela de Ouro”, uma honraria uppeana no mês de fevereiro de 1975.

Interessante pensarmos o quanto a reeleição de Alberto Torres poderia beneficiar a UPPE. Então, nada mais justo na visão desse membro da direção (que não se identificou) em pedir votos para aquele que uma vez eleito, seria o representante dos interesses da associação dentro da Assembleia. E o próprio deputado, uma vez reeleito, será um dos maiores responsáveis por ser a voz da categoria dentro do governo, onde temos, por exemplo, uma nota no jornal mostrando que “o Deputado Alberto Torres fez inserir nos Anais da Assembleia Legislativa o requerimento da União dos Professores Primários Estaduais solicitando para os inativos aumento proporcional ao magistério ativo.” (Aposentados do magistério pedem justiça. *O Fluminense*, Niterói, p. 1, 21 de ago. 1978). Igualmente, o deputado buscando a reeleição em 1978, faz propaganda política em seu jornal utilizando-se como plataforma de campanha as inúmeras contribuições conseguidas junto ao magistério fluminense, e a UPPE inclusive (*O Fluminense*, Niterói, Suplemento Especial Cabo Frio, p. 24, 14 de nov. 1978)

À primeira vista, este comportamento frente às lideranças do regime pode parecer meramente uma simples maneira da associação se manter em funcionamento durante um período conturbado no movimento sindical brasileiro. Como já foi explorado no início do capítulo, este sindicalismo passou por tantas agruras que, causam estranheza aos analistas do período a maneira como a UPPE conviveu nesta época com a ditadura sem sofrer danos mais sérios. A própria diretoria do sindicato assume que não se absteve em utilizar de métodos cooptativos para negociar com os órgãos governamentais e que no entendimento das direções, era a única maneira no momento de conseguir ganhos para a categoria:

Mas como associação, a presidente aqui acho que optou na época, por proteger o associado e o patrimônio que ela com muito dificuldade construiu. (...) Podiam correr o risco de todo um patrimônio construído pelos professores ser todo(sic) perdido, por um deslize. Então a presidente ficou muito vulnerável (OLIVEIRA, 2011).

Corroborando essa ideia, podemos verificar no trecho abaixo de uma ata de assembleia do ano de 1968, a rejeição a qualquer movimento que colocasse em risco sua posição pacífica e que não riscasse sua “reputação”:

(...) poderão ingressar no quadro social da UPPE, os Professores Públicos do ensino Pré-Primário do Estado do Rio de Janeiro, desde que: a) não tenham sofrido condenação por crime infamante, tornando-os idôneos a fazerem parte do quadro social; b) não tenham assumido atitudes que pudessem prejudicar o conceito e a sobrevivência da UPPE; c) não tenham provocado danos ao quadro social, perturbando a disciplina e promovendo a discórdia³³.

³³Livro de Atas de Assembleia Geral nº II, página 164. 16/06/1968.

No entanto, não podemos nos fechar a somente um fator, uma explicação, que tenha estimulado o sindicato a trabalhar desta forma. A partir da análise das fontes aqui apresentadas, podemos também acreditar que não foi nenhum motivo de sacrifício para os membros da associação concordar de diversas formas com o regime ditatorial. Seja para se manter em funcionamento, para obter ganhos ou simplesmente sustentar aquilo em que ideologicamente se acreditava, a verdade é que o apoio aconteceu.

2.5 UPPE também tem opinião

Vários temas de interesse social, local ou nacional eram motivos de colunas, reportagens, crônicas e poesias. É preciso prestar atenção na maneira como as notícias e opiniões são emitidas pelo periódico e como estes assuntos tão polêmicos – ou alguns nem tanto – são abordados por ele. Política, religiosidade e até mesmo comportamento são tratados sempre à luz da educação, mas sem deixar de lado o caráter conservador da instituição.

A edição de dezembro de 1974 traz, por exemplo, uma espécie de “dez mandamentos” do estudante intitulado como “Decálogo do Estudante”. Sua mensagem tentava mostrar como ser um “verdadeiro estudante glorificando seus pais, mestres e sua nação”. De autoria da leitora Maria Célis Leite Rodrigues, no Decálogo aparecem mensagens de respeito a deus, à pátria e à família:

Amarás e respeitarás teus mestres como teus segundos pais.

Procurarás estar sempre em paz com a tua consciência para que sejas abençoado por Deus e reconhecido pelo homem (*SIU*, Niterói, p. 3, dez. 1974).

É recorrente no periódico a demonstração de preocupação da instituição com a instrução, construção moral e patriótica dos jovens da época. Obviamente tal preocupação não caracteriza apoio ao regime, por se tratar de um sindicato de professores, que tem como uma de suas funções não só a instrução, mas a também a orientação destes jovens que por muitas vezes, estão desfocados em seus propósitos. Novamente o que chama a atenção é a maneira como ela é feita no caso da UPPE. De certa forma, porém, não podemos deixar de lado a ideia de que durante a ditadura muitos jovens eram “atraídos” para a oposição ao regime. Era uma característica da juventude da época a rebeldia e a tentativa de mudança do mundo através do engajamento político. Antecipando-se a isso, o jornal compartilhando a visão de uma

professora sobre o papel do jovem naquela sociedade, esperava que o exemplo fosse seguido pelos demais. Lembrando aqui que o periódico era destinado à leitura dos associados e não dos alunos, onde se presume que o desejo da associação é de divulgar a prática para que ela seja utilizada pelos demais associados.

Além do trecho acima, que já nos dá uma noção do direcionamento praticado, temos outro exemplo quando na edição de janeiro de 1977, a associação anuncia a criação do “Grupo Artístico Adahum” que tinha como intuito, segundo o próprio jornal,

(...) reunir jovens, sem outra pretensão, a não ser a busca de um maior relacionamento, proporcionando-lhes e dando-lhes condições, estímulos a desenvolverem seus potenciais criativos e motivando-os à pesquisa de nosso Folclore, de nossa cultura, proporcionando entretenimento sadio e proveitoso (*SIU*, Niterói, p. 2, jan. 1977).

A notícia em si é um material interessante, principalmente quando grifa a palavra folclore com letra maiúscula, mostrando assim a valorização que a instituição prestava ao conjunto de nossas tradições. Novamente, a associação vai buscar a antecipação na disputa pela militância com a oposição ao regime, buscando semear entre os jovens as ideias nacionalistas e patrióticas que eram fabricadas e distribuídas em grande escala pela ditadura (FICO, 2003, p. 193).

Já entre maio e agosto de 1978, o debate é outro. A SIU abordou um tema bastante polêmico para a época. Embora desde 1968 a liberdade sexual viesse sendo pregada e propagada pelas mais diversas correntes, esse ainda era um assunto repleto de tabus em uma sociedade conservadora e pautada no espírito religioso cristão como a nossa (FICO, 1997, p. 94). A questão abordada pela SIU era se a disciplina de “Educação Sexual” deveria ou não ser ministrada nas escolas como forma de levar esclarecimento sobre o assunto para os nossos adolescentes. Quem inicia a leitura da reportagem - que recebe o título “Ensino Sexual” - pode pensar que o tema será tratado a partir de uma visão imparcial, onde está registrado que “(...) está aceso o debate sobre este tema. Oportuno e necessário, dizem uns, nocivo e atentatório aos princípios morais e religiosos, contra-atacam outros (...)” (*SIU*, Niterói, p. 4, ago. 1978). Porém, ao ler o artigo até o fim podemos conhecer o lado do debate ao qual a associação se coloca. Utilizando uma voz de dentro da Igreja Católica para legitimar sua posição e mais uma vez deixando latente seu viés religioso, reproduzem um artigo escrito por D. Eugênio Sales para o *Jornal do Brasil* de 01/07/78 congratulando o mesmo, “por sua oportunidade e pelos conceitos emitidos, da mais profunda moral cristã (*SIU*, Niterói, p. 4, ago. 1978)”.

Para a Igreja, o sexo está intimamente relacionado com o plano divino e foi criado por Deus com uma destinação clara e precisa.

(...) Para uma mentalidade pagã, a ótica é diversa. O sexo torna-se simplesmente um fim a ser buscado, fator de mero prazer, de satisfação egoísta de instintos. (...) Ocupando o lugar de Deus, ela – a mentalidade pagã - sente-se isenta de restrições que contrariem seu egoísmo (*SIU*, Niterói, p. 4, ago. 1978).

Ainda com o olhar voltado para a questão religiosa, em agosto de 1972, a associação ordenou uma missa em ação de graça pelo aniversário de nascimento do falecido governador Celso Peçanha. Neste intento, percebe-se a união de três pilares interessantes: a religiosidade, o posicionamento de colaboração e de gratidão pelas conquistas obtidas:

A UPPE, União dos Professores Primários Estaduais, manda celebrar hoje às 11h, na Catedral de São João Batista de Niterói, missa solene em ação de graças pelo aniversário natalício do ex-Governador Celso Peçanha. Durante sua gestão, o Sr. Celso Peçanha muito colaborou com a classe (*O Fluminense*, Niterói, p. 3, 2 de ago. 1972).

Em julho de 1974, o informativo da UPPE traz como matéria da capa a realização de uma missa solene em homenagem a algumas autoridades e reivindicações atendidas por elas, como por exemplo, a conservação da gratificação de função quando em gozo de licença-prêmio. E assim inicia-se a reportagem:

Em missa solene, celebrada pelo Sr. Arcebispo, no Santuário das Almas, às 18 horas do dia 07/06, a UPPE homenageou o Governador Raimundo Padilha e a Secretária de Educação e Cultura – Sr^a. Marília Vellozo, pela consagração de três grandes vitórias da entidade, logicamente, graças à magnanimidade daquelas autoridades que se sensibilizaram diante das reivindicações upeanas e souberam acatá-las, concretizando-as (*SIU*, Niterói, p. 1, jul. 1974).

Por mais de uma vez, nos parece que a associação sempre tentou se posicionar como o protagonista das conquistas obtidas pelas lideranças do estado. Sempre que concediam alguma conquista, essa era fruto da benevolência do governante e nunca êxito da luta do trabalhador comum, como uma visão de classe defenderia. Neste trecho também é possível captarmos a proximidade da associação com a religião católica. Mais uma vez observando o contexto histórico da época, é necessário lembrar que setores conservadores católicos no período pré-golpe sempre estiveram presente nas mais diversas manifestações. Basta tomarmos como referência as “Marchas da Família, com **Deus**³⁴, pela Liberdade”. O temor do comunismo ateu produzia principalmente nas senhoras da sociedade, um forte apego à religiosidade cristã (MOTTA, 2002,p. 18-29).

³⁴ Grifo do autor: realçar o caráter religioso do movimento.

2.6 O assistencialismo³⁵ da UPPE

Como a UPPE tinha um grande número de professores associados no interior do estado do Rio de Janeiro, onde a dificuldade para resolver problemas burocráticos era muito maior, um dos grandes focos do trabalho assistencialista da associação era o de fornecer suporte a esses profissionais. Para auxiliar os mestres em seus problemas cotidianos, como entradas de processos para pedidos de aposentadorias, pensões, correções em benefícios, dentre outros, a associação oferecia os serviços de um “Departamento Técnico” que servia para ultrapassar as barreiras burocráticas e evitar que os professores precisassem sofrer em “(...) buscas rotineiras e encaminhamentos volumosos de processos nas mais diversas repartições em que se fazem necessários, como outros atendimentos em geral (...)” (SIU, Niterói, p. 5, abr. 1972). Entendemos que a afirmativa se refere a serviços burocráticos em geral, além de ainda contemplar os atendimentos advocatícios que eram prestados no sindicato.

A UPPE também disponibilizou para os seus filiados um serviço odontológico prestado na própria sede, em um espaço apropriado (*O Fluminense*, Niterói, Terceiro Caderno, 1 de ago. 1971). O atendimento médico também era um benefício que os upeanos possuíam (SIU, Niterói, p. 5, abr. 1972). Inicialmente, as consultas eram realizadas nas salas particulares de médicos conveniados diretamente com a instituição, prevendo atendimentos com 50% de desconto. No entanto, após o aumento da procura pelo serviço e a tentativa de estreitar os laços assistencialistas, foi largamente propagandeada a assinatura de um convênio entre a UPPE e a UNIMED, no ano de 1973 (SIU, Niterói, p. 1, jan. 1973)³⁶.

Outra benesse oferecida aos associados era a “(...) hospedagem provisória para as professoras que reconhecidamente dela o necessitam (...)” (SIU, Niterói, p. 5, abr. 1972). O alvo deste serviço eram os professores do interior do estado que, por motivos profissionais ou pessoais, precisavam de algum lugar para se hospedar enquanto resolviam pendências particulares na capital Niterói. Este benefício foi aos poucos sendo complementado pela “(...) Morada do Professor Ancião”, que visava atender à “mestra sem lar, chegada ao fim da

³⁵ Aqui registramos o conceito de “assistencialismo” como o benefício dado pelo sindicato como forma de garantir a sua funcionalidade como prestador de serviços durante a ditadura. Para maior discussão desta ideia, consultar *As tendências políticas na formação das centrais sindicais* de Leôncio Martins Rodrigues.

³⁶ Com esse benefício, a UPPE conseguiu certo número de associados interessados mais no plano de saúde do que na própria filiação. No ano de 1974, foram mais de cinquenta adesões de filiados através do convênio UNIMED, conforme descrito no Livro de Matrículas nº 1 da UPPE.

mocidade e da carreira sem um teto seu, onde possa repousar tranquilamente (...)” (SIU, Niterói, p. 5, abr. 1972). Ainda hoje, estes dois serviços são prestados, só que agora em um espaço mais adequado chamado de “*Casa do Professor*”³⁷.

Complementando a série de serviços oferecidos, os professores contavam com a presença de um advogado na sede da instituição prestando esclarecimento e orientações se caso esses necessitassem. É inegável o papel que a UPPE realizou prestando o assistencialismo classista. Como foi registrada em uma SIU de 1979, a gestão da UPPE “(...) orientou-se por conceitos associativos e por sua filosofia assistencial que nunca perderam de vista a sua objetividade como associação (...)” (SIU, Niterói, p. 4, jan. 1979).

No entanto, como todo e qualquer sindicato que ainda possuía o privilégio de estar em plena atividade no ano de 1972, a UPPE se aproveitou das inúmeras possibilidades de assistencialismo sindical da época. O contexto do sindicalismo deixava dois caminhos a serem seguidos por essas instituições: ou se optava por um modelo sindical combativo e reivindicativo que conseqüentemente seria mais cedo ou mais tarde reprimido e dissolvido pelo regime militar; ou se tentava seguir as “regras” impostas pelo opressor. O modelo sindical perfeito para a ditadura se mostrou aquele que tinha suas lideranças distanciadas das vanguardas do pré-64; subserviente aos órgãos fiscalizadores e controladores do Estado – como o Ministério do Trabalho; que aceitasse que a mediação entre patrão e empregado fosse arbitrada por esse mesmo órgão; e estando totalmente engessado dessa forma, apenas sobraria ao sindicato o papel assistencialista (MATTOS, 1988, p. 121). A UPPE aproveitou então a conjuntura e passou a oferecer uma série de serviços que, paulatinamente, foram aumentando não só em variedade de modalidades como na quantidade.

2.7 Luta sindical é luta na rua!

Foi no período da gestão da professora Anaíta Custódio Cardoso que houve a tomada do poder pelos militares em 1964. Mesmo com o fechamento de vários sindicatos e a perseguição e prisão de vários líderes sindicais (SANTANA, 1999, p. 103-120), a princípio, nenhum membro da UPPE sofreu qualquer tipo de represália. Sequer sua sede foi visitada. Já

³⁷ A “Casa do Professor” foi construída especificamente para abrigar os professores. Anteriormente, os mestres ficavam hospedados na sede administrativa da rua La Salle, que oferecia pouco conforto. A partir do ano de 1973, elas passaram a serem instaladas na atual sede da Casa do Professor, que fica no bairro de Pendotiba (O Fluminense, Niterói, p. 1, 15 de out. 1974).

seguindo uma “tradição” entre as direções da UPPE, a passagem de Anaíta Cardoso também foi marcada pela negociação e bom relacionamento com as autoridades, o que provavelmente foi um fator que amenizou a suspeição sobre as atividades da associação. Mesmo assim, sua atual diretoria faz questão de ressaltar que em algumas situações, a UPPE foi alvo de “perseguições”:

Ela (Anaíta) foi só advertida. Algumas vezes. Porque o Sepe (na época CEP-RJ) inclusive nasceu aqui dentro. Eu sei da história que, já era na época de Dona Anaíta, 1971 e eles estavam fazendo “uma questão” muito política (sic)... foi na época do governo militar e Dona Anaíta recebeu uma advertência (OLIVEIRA, 2011).

Existem dois momentos tensos ligados às perseguições do regime militar que envolveram a associação. Ambos, segundo a atual direção, não tem ligação direta com a ação da UPPE, mas sim com “certos apoios dados”. A primeira passagem trata da ligação entre a UPPE de Niterói e a UPPE da Guanabara:

A (UPPE) da Guanabara foi fechada, que foi fundada na mesma época, e Dona Anaíta sofreu uma advertência. Se continuasse dando guarida aquele movimento político e partidário, a UPPE (Niterói) seria fechada (OLIVEIRA, 2011).

A segunda passagem remete à fundação do CEP-RJ, onde algumas reuniões que decidiam sobre a fundação do CEP-RJ aconteceram dentro do prédio da associação:

Foi na época do Godofredo Pinto, de Hildésia, de Godofredo principalmente... de Marcos Gomes... nós tivemos que pedir que eles se retirassem, porque a UPPE foi ameaçada, se continuasse naquele movimento, porque estava aqui dentro, se continuassem aqui, a UPPE ia ser fechada (OLIVEIRA, 2011).

Confirmado o temor da professora Terezinha, podemos perceber através de um dossiê sobre a greve criado pela polícia política da época da ditadura que a associação, pelo menos no mês de agosto que foi o auge das tensões grevistas foi observada discretamente pelo “DPPS” (Departamento de Polícia Política e Social) do Rio de Janeiro. No prontuário criado, encontramos uma listagem com os nomes das principais lideranças e ainda um exemplar do estatuto da UPPE (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. União dos Professores Primários Estaduais. Setor DGIE. Notação 280. Folha 480. Rio de Janeiro, 2015). Veremos mais à frente que a observação feita pelo órgão do governo se dá justamente pela presença das lideranças mais combativas dentro da sede da UPPE.

A professora Anaíta seguiu com sua gestão até o ano de 1988 quando foi substituída pela atual presidente, professora Terezinha Machado Oliveira. Como já fora citado, no livro

do sindicato pouquíssimo espaço foi dado à gestão da professora Anaíta. Boa parte das informações contidas no trabalho são frutos da entrevista com a presidente Terezinha Oliveira. Com o intuito de reforçar e melhor embasar a passagem descrita, confrontamos a versão da professora Terezinha com a versão do próprio Godofredo Pinto. Naquela época, então professor de Matemática ligado à Universidade Federal Fluminense e iniciando-se na vida sindical, Pinto chegou a ser eleito prefeito da cidade de Niterói por dois mandatos consecutivos até o ano de 2008, quando se aposentou (PINTO, 2013).

A fundação do CEP³⁸ não se dá dentro da sede da UPPE, como conta a Terezinha Oliveira. A fundação da sociedade de professores é anterior à passagem contada pela professora. De acordo com o professor Máximo (MASSON, 1988), e com o relato da professora Regina Pinto, a fundação do CEP ocorre na sede do Centro de Estudantes Universitários, que ficava no bairro do Flamengo. Como a ditadura estava em plena atividade, a sociedade de professores iniciou suas atividades de maneira clandestina. Mas o que nos interessa na verdade é saber como se deu a saída de Godofredo Pinto e seu grupo de dentro das instalações da UPPE e quais as consequências dessa saída.

Como o CEP foi fundado ainda de maneira precária, sem ser reconhecido oficialmente e sem ter sequer uma sede, a maior parte de suas atividades era na rua, militando. Foi dentro dessa “estrutura” que no grande movimento de professores que eclodiu em março de 1979 (*O Fluminense*, Niterói, p. 3, 22 de mar. 1979), o CEP garantiu a sua existência como vanguarda na organização de lutas dos professores. Em uma esquina do centro de Niterói, lideranças como a professora Regina Pinto e vários outros professores utilizaram uma forma inusitada de expor os problemas da classe e reivindicar por sua pauta: montavam carteiras de escola na calçada e colavam cartazes pelas paredes (*O Fluminense*, Niterói, p. 2, 3 de mar. 1979). No entanto, essa opção de luta era muito exaustiva, pois requeria a montagem e desmontagem diárias das carteiras e dos cartazes. Era impossível passar por aquela esquina e não tomar conhecimento das reivindicações daquele grupo. Um dos pedestres que diariamente passava por ali era a professora Anaíta Cardoso, presidente da UPPE na época. Certo dia, a professora Anaíta então foi abordada por uma das professoras que manifestavam e pediu que essa cedesse a sede da UPPE apenas para a guarda do material da campanha, pois estava cada vez

³⁸ Em 1977 era criada a Sociedade Estadual dos Professores (Sep), que, em 24/07/79 se fundiu com a União dos Professores do Rio de Janeiro (Uperj) e com a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), criando o **Cep - Centro de Professores do Rio de Janeiro**. No ano de 1987 foi aprovada a inclusão dos demais profissionais de educação que não eram professores. A entidade passou a se chamar Cepe – Centro Estadual dos Profissionais de Educação. A partir da Constituição de 1988 e a conquista do direito do registro como sindicato, o então Cepe passa a se chamar **Sepe – Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação**, como está até hoje.

mais cansativa a montagem e desmontagem deles, uma verdadeira “rotina de camelô”, parafraseando Regina Pinto. Dona Anaíta atende então ao pedido da professora e permite que os materiais sejam guardados na sede da associação, começando assim a ligação entre a história do CEP e da UPPE (PINTO, 2103).

Essa ligação foi se estreitando de acordo com as vitórias parciais na greve de 1979. Da mesma forma que o CEP aproveitou o apoio dado pela UPPE e cada vez mais se aproximava da associação – inclusive colocando uma banca na porta da UPPE e depois “ganhando” uma sala dentro da UPPE – a associação mais antiga e oficial tentava colar sua imagem às vitórias obtidas pelas lutas na rua obtidas pelo CEP na greve. Não podemos deixar de citar que o CEP não era o representante oficial dos docentes e para subsistir, era necessário ter apoio logístico e físico de uma instituição oficial e maior. Além disso, era uma tática comum entre os sindicalistas mais à esquerda a “infiltração” dentro de sindicatos pelegos para que num momento oportuno, pudessem chegar aos postos de direção sem chamar a atenção dos órgãos fiscalizadores do regime. A chegada à direção do sindicato por meio de assembleias era praticamente impossível naquele contexto (PINTO, 2013).

Marcelo Badaró Mattos comenta essa estratégia ao afirmar que

(...) de fato, durante os regimes militares, os sindicatos oficiais haviam sido controlados, mas não destruídos. Foi a partir da estrutura corporativa, ocupada por novas lideranças, que o sindicalismo brasileiro ganhou impulso. Sem a existência dessa base organizatória, capaz de fornecer recursos administrativos e financeiros, além de ativistas e militantes, o movimento sindical dificilmente teria conseguido se levantar com tanta rapidez e ocupar um espaço importante na política brasileira³⁹.

A tentativa do grupo de Godofredo então estava de acordo com uma tática já utilizada por outras lideranças sindicais durante o período da ditadura militar no Brasil. A infiltração através de uma brecha para a “tomada” do sindicato por dentro era uma ideia corrente. A intenção ganhava ainda mais força pela oportunidade da instalação do grupo no sindicato, (algo permitido pela própria direção que não imaginava tal estratégia) para ocupar os espaços e conseguir a direção de um sindicato “pronto, conhecido pelo governo e insuspeito devido a suas atitudes conservadoras”.

Porém, retornando ao caso em questão, a greve de março de 1979 passa da alçada do governador Faria Lima (ARENA) para seu sucessor, Chagas Freitas (MDB). Floriano Peixoto Faria Lima era militar de carreira. Esteve durante toda a sua vida profissional e ainda durante

³⁹ RODRIGUES, L. M. “As tendências políticas na formação das centrais sindicais”, p.6. In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 71-72.

a sua vida política ligada ao grupo de militares da Escola Superior de Guerra (ESG). Sua inserção no meio político se deu através de algumas nomeações para ocupar cargos de chefia dentro das próprias forças armadas e, conforme a ditadura militar foi se mantendo no poder, chegou a ser nomeado presidente da Petrobrás (1973), para substituir o general (e aliado desde os tempos da ESG) Ernesto Geisel. No ano de 1974, foi escolhido pelo próprio Geisel para assumir o governo do estado do Rio de Janeiro, entrando de vez para a política ao se filiar ao partido governista Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Sua missão era tentar agregar os dois antigos estados. Durante a greve de 1979, mostrou-se intransigente na negociação com os grevistas, o que de fato levou a greve a se estender mais do que ambas as partes esperavam (MASSON, 1988)⁴⁰. Seu sucessor e “herdeiro” da greve foi Antônio de Pádua Chagas Freitas, que era jornalista e ingressou na política em 1945 com o fim do Estado Novo. Foi lançado como o representante do Partido Social Progressista (PSP) no Rio de Janeiro e assumindo a direção dos jornais “A Notícia” e “O Dia” com o intuito de divulgar a plataforma política do partido. Em 1954 consegue se eleger pela primeira vez como deputado federal, reeleito em 1958 e em 1962. Apoiando o golpe militar em 1964, buscou criar uma ligação política junto aos servidores públicos do estado da Guanabara (utilizando inclusive seus jornais para isso), construindo um sistema de troca de apoio político por melhorias para a categoria, que ficou conhecido como “chaguismo”. Além disso, àqueles que o apoiavam em suas campanhas eram agraciados com cargos no governo. Embalado por esse espírito de negociação com os servidores públicos é que Chagas Freitas aceita negociar com os grevistas e assume um compromisso de criar um plano de reajustes que satisfizesse os professores. Tal compromisso é negociado assim que Freitas assume seu primeiro mandato como governador do estado do Rio de Janeiro (ele já havia sido governador do então estado da Guanabara de 1971 – 1975)⁴¹. A categoria que não havia aceitado as propostas de Faria Lima, resolve aceitar um compromisso público assinado pelo novo governador e a greve chega ao fim. Mas, com o não cumprimento de tal compromisso pelo novo governador, em agosto a greve retorna (MASSON, 1988). Mas desta vez, o tratamento dado aos manifestantes foi diferente. As lideranças do CEP foram presas pelo Dops, algumas até mesmo dentro da sede da UPPE. Inclusive, como visto anteriormente, a UPPE vinha sendo alvo de uma discreta observância. Cabe ressaltar aqui que dentro do prontuário montado pelo DPPS, a parte tocante à UPPE era

⁴⁰ FARIA LIMA In: Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

⁴¹ CHAGAS FREITAS In: Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

composta por documentação oficial da associação, o que nos leva a três possibilidades: a primeira de que tais documentos foram apreendidos pelos órgãos de repressão, o que seria difícil pois não houve intervenção no sindicato. Outra linha seria a possibilidade desse documento ter sido passado para o órgão de repressão, ou de maneira obrigatória, ou por algum membro da UPPE que desejaria colaborar. Mas a hipótese menos provável é de que o tal documento foi obtido pelo DPPS por meio de apreensão.

Tal fato levou a certo desconforto por parte da direção da UPPE por conta da presença dos membros do CEP em suas instalações (PINTO, 2013), haja vista que, sendo a UPPE uma associação com forte aproximação com o regime, não faria bem à sua imagem aparecer em manchetes de jornais sofrendo revistas e com pessoas saindo presas de sua sede. A partir desse fato, o relacionamento entre a direção da UPPE e os membros do CEP instalados na sede só piorou. O grande movimento de professores e grevistas dentro da associação incomodava a presidente Anaíta, que após o caso do Dops, começou a reprimir discretamente a presença dos militantes. Por sua vez, estes militantes, começaram a receber a solidariedade de alguns funcionários da UPPE que, percebendo o que estava acontecendo e sendo estes provavelmente opositores à direção, começam a fazer denúncias sobre supostas irregularidades na gestão de Anaíta para o grupo de Godofredo e Regina (PINTO, 2013).

Nesse momento, as lideranças do CEP começam a fazer um trabalho silencioso de investigação, busca e salvaguarda de documentos que pudessem comprovar a participação de Anaíta Cardoso e seu grupo em malversações com o dinheiro do sindicato. Os militantes após reunirem documentação suficiente, denunciam o caso e sofrem a retaliação final da direção: são convidados a deixar a sede da UPPE (PINTO, 2013). Importante notar que Anaíta Cardoso não havia pedido a saída dos militantes anteriormente, pois sabia da força que o grupo possuía perante a classe, a mídia e a opinião pública. Mas depois deste golpe, a permanência deles ficou insustentável. Os militantes foram expulsos, mas a direção não conseguiu parar os questionamentos vindos de diversos lados, até que em assembleia, a professora Anaíta deixa o cargo para uma direção eleita provisoriamente, com a presidência na posse da professora Maria José. Embora o grupo do CEP tivesse amplo interesse em assumir a direção da UPPE – seja para manter a categoria unida, seja para articular a tática de ocupar o sindicato por dentro – não foi isso que aconteceu. O nome da professora Regina Pinto foi preterido pelo desejo de montar uma direção “conciliatória” e evitar uma ruptura traumática. Fato hoje lamentado profundamente por Regina Pinto (PINTO, 2013). Ao lamentar os episódios ocorridos em todo o turbilhão de acontecimentos no ano de 1979, Regina Pinto evidentemente se culpa por não ter conseguido manter a categoria unida. Em

primeiro lugar, Regina acreditava que a saída de Anaíta era uma importante conquista para o grupo de militância combativa de Godofredo Pinto. A saída da presidente representaria uma brecha para a tão aguardada ocupação do sindicato e continuidade do projeto de construção de uma associação que realmente representasse a classe, e não os interesses de alguns grupos. Em segundo lugar, seu lamento também foi por conta da inevitabilidade de um racha dentro do próprio grupo de Godofredo, entre aqueles que buscavam a conciliação com os membros da UPPE para seguirem com o sindicato e aqueles mais radicais que desejavam o completo esvaziamento dele. Uma briga interna era aquilo que os sindicalistas menos precisavam naquele delicado momento. E em terceiro, lamentando o fato de que por conta desse desentendimento o grupo de Godofredo se enfraquece a tal ponto que a vitória nas eleições para a substituição da gestão de Anaíta fica com o próprio grupo originário da UPPE, conservador e mais próximo da antiga presidente. Ou seja, a luta interna do grupo de Godofredo e seus mais próximos enfraquece o movimento de maneira que perdem uma grande oportunidade de conquistarem a liderança do sindicato. Mas, isso não foi o suficiente para frear a construção de um sindicato classista que dialogasse com o “novo sindicalismo”. Não havia tempo para arrependimentos. O momento era único e já havia sido iniciado, sem possibilidade de se “rodar a roda da história para trás”. A fundação do “SEP” em 1977 não deixava mais dúvidas de que além de haver espaço para mais uma representação classista de professores, o seu método de lutas baseado no novo sindicalismo poderia gerar melhorias para a categoria como há muito não se via, devido principalmente ao seu método de negociação pela mobilização, pela greve, diferente do método da UPPE. Regina, no entanto, lamenta mais do que qualquer coisa, o fato de que para isso ser conquistado, foi necessário se “rachar” a categoria (PINTO, 2013).

Durante todo este capítulo, tentamos em primeiro momento reconstituir a história da constituição da UPPE. Mostrando desde o momento de sua fundação e todos os problemas enfrentados pela primeira direção, inclusive a perseguição sofrida por ela. Perpassando pela gestão seguinte, responsável pelo início da construção do patrimônio do sindicato e chegando até a gestão que se enquadrou em nosso recorte: a gestão da professora Anaíta Cardoso. Em princípio, analisamos o jornal semestral publicado pela UPPE e pudemos constatar que além de se adequar ao momento sindical que o país vivia, o sindicato se encaixou perfeitamente na congregação dos valores perpetuados pelo regime. Aceitando e praticando o assistencialismo, utilizando amplamente a via da solução negociada e utilizando uma forma no mínimo interessante no trato com as autoridades, a UPPE demonstra claramente a concordância com as ideias do regime. A forma de pensar do sindicato era a forma como pensavam as lideranças

políticas da época, e vice-versa. Ao final, pretendemos elucidar uma passagem que desde o começo da pesquisa se tornou confusa, mas que trouxe uma nova perspectiva ao se buscar os fatos de ambos os lados: a questão da cisão entre a UPPES e o CEP. Definitivamente nesse momento, para nós houve total clareza de que a crise entre o grupo de Godofredo e a associação de Anaíta explicita a tensão entre os grupos mais combativos durante a ditadura e a vontade da UPPES de colaborar com o regime. A história, no entanto, provou para ambos os grupos que as lutas sindicais mais vitoriosas sempre foram aquelas travadas na rua.

3 PROPAGANDA E UFANISMO

3.1 Introdução

Neste início de capítulo, buscaremos criar um marco introdutório para a discussão da temática do nacionalismo, resgatando a sua origem e tentando identificar assim, suas principais características. Já aqui, não seria temerário afirmar que a ideia de nacionalismo e nação caminham juntas e que esta ideia sempre foi amplamente aproveitada pelos militares.

Mas o que poderíamos esperar da formação deste "espírito" nacional em nossas terras? Como a formação da nacionalidade, do sentimento de nação, foi construído no Brasil? Qualquer explicação acaba sendo simplista demais devido à profundidade da natureza do tema. No entanto, temos alguns trabalhos que podem nos servir de balizador para compreendermos melhor tal problemática. O Professor Carlos Fico foi um daqueles que se propôs a estudar e colocar em debate a questão da formação da nacionalidade no Brasil, servindo como modo de explicação para a utilização da ideia pelos governos militares para justificar o desejo de integração nacional.

Nossa intenção é de complementar apenas alguns pontos no que se refere à questão da nacionalidade. Trabalhando com autores que viveram em diferentes tempos e se dedicaram a entender diferentes momentos, como os clássicos Von Martius, Varnhagen, Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre ou ainda os recentes Durval Muniz de Albuquerque e Eduardo Jardim de Moraes.

Karl Philipe Von Martius, numa perspectiva historiográfica baseada no paradigma factual, produz uma dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) onde o mesmo trata de uma questão colocada pelos diretores do instituto, na tentativa de promover estudos sobre a causa. "Como se deve escrever a história do Brasil" era um concurso que pretendia premiar a mais completa dissertação que abordasse como tema a criação de uma história brasileira. Von Martius foi o vencedor e com isso deixou gravado sua valiosa análise da formação do povo brasileiro. Seu papel, de acordo com o modelo do IHGB, era tornar o Brasil conhecido pelos brasileiros.

Partindo da ideia de analisar a formação do povo brasileiro através da mistura das três raças, o texto se mostra avançado em comparação com as teorias da época. Sua proposta é de como construir a nação, baseada na ideia constante de progresso tomada pelo positivismo. No

entanto, o autor mesmo sendo um dos precursores da noção de composição da nação pela união das três raças, Von Martius coloca os portugueses na vanguarda do movimento de miscigenação, mesmo que ainda mostre a preocupação com a manutenção cultural dos nativos e negros. A contribuição do negro e do índio sempre é válida, desde que esteja sempre abaixo e guiada pelos brancos. Ou seja, a miscigenação neste contexto ainda não foi considerada prejudicial para a formação da nação, mas deveria sempre estar guiada pelos portugueses.

Outro autor que se propôs a estudar e deixar suas reflexões sobre a formação de uma identidade do Estado brasileiro é Francisco Adolfo de Varnhagen. Notemos que existe uma pequena diferença entre suas ideias e as colocações de Von Martius. Enquanto este se ocupa da construção da nação através do povo brasileiro, Varnhagen defende a explicação da formação da nação através do braço do Estado. Não podemos deixar de mencionar que ambos os historiadores estiveram a serviço do Estado. Ainda neste momento, historiador e Estado caminhavam juntos.

Varnhagen como um historiador atrelado ao Estado, em seu trabalho, vai explicar a formação da nação a partir da figura do rei. Para o autor, a vinda de D. João VI e toda sua corte representou para o Brasil a chegada de diversas instituições e suas consequentes melhorias. Dom João, na visão de Varnhagen era o personagem chave na construção de um novo império a partir do Brasil. A independência, na visão do autor, não pode ser creditada a Tiradentes, mas sim a D. João. No entanto, um dos problemas encontrados por Varnhagen é que seu modelo explicativo de formação da nação é feito aqui, mas esta nação está sendo formada aos moldes europeus. Aprofundando-se mais nas leituras, podemos identificar algumas ideias que, dentro de seu contexto, podem nos dar pistas sobre a construção da nacionalidade brasileira.

Para Varnhagen, o grande passo para a constituição da ideia de nação foi a vinda da Família Real para o Brasil. Esta passagem da nossa história está cheia de eventos que podem mostrar como algumas atitudes tomadas por D. João VI propiciaram a formação de nossa nação. Uma delas é a abertura dos portos às nações amigas (decreto de 28 de janeiro de 1808). A medida implicou o fim da condição de colônia para o Brasil e até mesmo constituiu sua “independência” em relação a Portugal, pois esta última estava subjugada pela França (VARNHAGEN, 1975, p. 89 e 90).

Sobre D. João, este não foi o primeiro imperador do Brasil, mas foi o primeiro a tentar fundar aqui um novo império (VARNHAGEN, 1975, p. 91). Era extremamente católico. Tinha afeição aos cultos religiosos cristãos e também aos religiosos da época. Esta atitude chegou a ser entendida como uma atribuição devida àqueles que sapientemente entendiam que

era a religião que dava estabilidade, fortificava e sustentava os impérios (VARNHAGEN, 1975, p. 92). Sobre as escolhas do Príncipe Regente de alguns ministros brasileiros ou aqui radicados há tempos para administrar as principais pastas do governo, Varnhagen escreve:

Essa escolha nos evidencia, não só a intenção do regente de ocupar-se principalmente do Brasil, como a sua prudência em querer mais conhecer o passado, para corrigi-lo e melhorá-lo, que impor ao país uma súbita importação de instituições estranhas a ele... (VARNHAGEN, 1975, p. 94).

Para o autor, os diversos melhoramentos que o príncipe regente fez ao Brasil só puderam dar cada vez mais uma face de “independência” ao que era a antiga colônia. A vinda da Missão Artística Francesa que se encarregou de registrar a fauna, a flora e os costumes da agora ex-colônia, iniciando a construção de uma identidade artística brasileira foi um exemplo. Outras criações como o Banco do Brasil só viriam a fortalecer cada vez mais aquilo que paulatinamente deixava de ser uma colônia (VARNHAGEN, 1975, p. 96 e 97). A própria criação de impostos e independência de algumas capitânias (como Espírito Santo e Santa Catarina), de certa maneira, contribuiu para a composição de um aparelho “Estatual” de administração, que permitia cada vez mais o fortalecimento de instituições que caracterizariam a partir de então uma metrópole cada vez mais organizada (VARNHAGEN, 1975, p. 98 e 103).

Outro fato da história do Brasil tratado pelo autor, e que de certa forma contribuiu para o entendimento da ideia de nação a qual nos dedicamos é a insurreição conhecida como Revolução Pernambucana. Embora tratado com a mesma dedicação por Varnhagen, o capítulo dedicado ao movimento revoltoso não alimenta a pesquisa com dados tanto quanto o anterior. O movimento chegou a proclamar independência em relação ao Rio de Janeiro, mas seu desenrolar mostrou que a unidade do Brasil se manteria após seu desenlace (VARNHAGEN, 1975, p. 149). Um desejo de emancipação forte que buscava inspiração nos processos de emancipação dos Estados Unidos e da Província Cisplatina. O autor busca embasar esta ideia afirmando que os primeiros gritos da revolução saudariam a pátria e o rei. Mais adiante, o rei fora esquecido e apenas a voz da pátria permaneceria (VARNHAGEN, 1975, p. 160). A integridade brasileira, para o autor, foi mantida pelo “braço da Providência, bem que à custa de lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil em busca de sua integridade” (VARNHAGEN, 1975, p. 177).

Capistrano de Abreu em Capítulos de História Colonial perpassa por outro período da história brasileira, embora escrevendo em um momento diferente de Varnhagen. Embora sua

obra seja de grande valor para a construção de nossa historiografia, para a pesquisa que se segue, o autor apenas contribui em alguns pontos.

O autor escreve uma história "republicana", voltada para a construção de uma identidade nacional a partir do sertão. Seu trabalho é considerado inovador para a historiografia de seu tempo, sendo ele considerado um dos pioneiros da historiografia atual. Evidente que nesta obra Abreu trata de diversos outros temas como a ocupação do sertão e o expansionismo para o interior. Mas como aqui nos cabe a ideia de construção de nação, privilegiaremos apenas aquilo que compete ao assunto em questão. Capistrano de Abreu entende que a formação da nação se dá a partir da marcha para o sertão (processo de expansão). Que o processo de constituição do Brasil se dá pelo interior, através do entendimento da cultura indígena, dos jesuítas e outros. Partindo deste ponto, é o primeiro a entender o índio como agente histórico. Antes dele, o indígena era tido como um ser passivo. Segundo Capistrano de Abreu, os formadores de uma identidade nacional foram o índio e o mestiço. Diferentemente de Varnhagen (que defendia que o verdadeiro brasileiro é o homem branco), Capistrano entendia a mestiçagem como algo bom. Em outro momento que diverge de Varnhagen novamente, acredita que só há "Brasil" a partir de 1822, sendo que seu antecessor afirmava que o Brasil existiria desde a chegada do homem branco em 1500.

Partindo para análises mais próximas de nosso tempo, podemos apreciar o "Manifesto Regionalista de 1926", onde Gilberto Freire se propõe a realizar uma análise sobre a situação do Brasil de sua contemporaneidade, através do trabalho prestado por engenheiros, sanitaristas e educadores. Um trabalho que se esforça pela busca e manutenção de costumes e valores de uma terra que está em processo de transformação. Escrito em um período de valorização do regionalismo no Brasil (1950), critica ao federalismo que desagrega e afasta, gerando diferenças.

Embora o Manifesto seja algumas vezes acusado como uma expressão "bairrista" e incentivadora do separatismo, Freyre reforça sua fala como defensor da integração nacional e da defesa dos interesses nacionais contra aquilo que chama de "estrangeirices" (FREYRE, 1955, p. 16). É crítico ainda à desorganização e à desunião dos estados brasileiros que por conta destas atitudes, enfraquecem o modelo republicano de nação. Notemos neste momento, que a preocupação do autor é com a manutenção da integração nacional. Não podemos nos esquecer do contexto em que a obra foi escrita, um momento de afirmação do republicanismo recém-implantado e de todas as disputas que existiam entre os estados brasileiros naquele momento de nossa história. É com tal preocupação que Freyre escreve. A preocupação de garantir que sua mensagem será entendida, de que ao defender o valor do "regionalismo

nordestino” não presa pela independência daquela região, mas valoriza sim a autonomia cultural local (FREYRE, 1955, p. 18). Em um momento interessante do texto, Freyre reivindica a valorização da cultura nacional através da criação de museus que mostrem objetos que revelem a verdadeira brasilidade, objetos que denotem os gostos do material humano verdadeiramente brasileiro, como “panelas de barro, facas de ponta, cachimbos de matutos (...) e não relíquias de heróis de guerra”. Exaltar a manutenção das festas de gostos populares e desprezar a criação de associações de caráter copioso dos costumes estrangeiros (FREYRE, 1955, p. 26).

Em “A Questão da Brasilidade” de Eduardo Jardim de Moraes, o autor trata da corrente intelectual formada no Brasil na década de 1920 conhecida como “modernismo”. Os modernistas tinham como principal crítica o modelo de importação cultural que era feito naquela época. Podemos perceber que a formação do povo brasileiro era uma preocupação destes modernos. Para Plínio Salgado, por exemplo, o fator que mais influenciava na formação do povo brasileiro seria a geografia. O "romantismo" que tinha como modelo os relatos de nação acabou por levar ao movimento modernista, que pretendia ajudar na formação da nação. Os intelectuais modernistas se pretendiam o grupo que dirigiria o progresso da nação durante a década de 1920. Entendiam que este progresso, que a formação da cultura nacional se iniciaria pela literatura e após o seu fortalecimento, este projeto de construção seria elevado a um modelo mais amplo (MORAIS, 1978, p. 73). É neste momento que “a intelectualidade de um certo momento (passou) a definir como critério da boa arte o grau de nacionalismo ou (...) de brasilidade presente na obra literária”. (MORAIS, 197, p. 75).

Moraes, mesmo tratando de um tema mais amplo como as correntes que se seguiram no pós-1922 e seus modernistas, refere-se em alguns momentos ao modelo de construção de cultura brasileira presente naquele contexto. No “Manifesto pau-brasil”, por exemplo, o autor cita Oswald de Andrade e sua proposta de “inauguração do processo de redescoberta do Brasil, marcando uma virada brusca dentro do caminho de renovação”. É uma crítica aos mais de quatro séculos de importações de estrangeirismos que acabaram por construir a cultura e a visão própria de brasileiros que carregamos (MORAIS, 1978, p. 83).

É a partir desta perspectiva que o autor inicia uma dedicação à discussão sobre o Manifesto. Não é abusivo entendermos esta obra e todo o movimento modernista como aqueles que trouxeram ao cerne do debate a questão da brasilidade no século XX. O Manifesto que critica as soluções importadas para a construção de nossa cultura nacional. A discussão da nacionalidade então permeia as ideias dos principais autores.

Evidentemente existem outras obras que podem contemplar esta temática. O intuito

desta introdução, no entanto, foi de mostrar a contribuição destes autores que poderiam se somar ao trabalho de Carlos Fico. Não pretendemos aqui esgotar a discussão, mas sim de somar ao debate.

Como vimos nesta breve introdução, há muito no Brasil já existia uma preocupação com o entendimento de como a nacionalidade brasileira foi surgindo. A presença de um desejo de se construir uma história que tivesse uma espécie de ponto de partida, sendo esse ponto o momento em que os brasileiros “se descobriram” como brasileiros. Com isso, já nos fica bastante claro que desde o século XIX existia uma larga preocupação em formar uma memória acerca da composição da nacionalidade brasileira. Sendo assim, não foi uma inovação dos militares a vontade de se resgatar a memória nacional. Os militares surgem como atores no processo de formação dessa memória, a partir do momento em que tentam modificar, ou seja, apagar e reescrever alguns capítulos de nossa história que possam de certa forma aguçar o patriotismo brasileiro. Nos dias atuais, portanto, é completamente errônea a ideia comum de que eram os militares que verdadeiramente foram os patriotas de nossa história. Seu trabalho foi muito mais complexo do que simplesmente valorizarem o amor pela pátria. Os militares se engajaram em um amplo processo de tentar reescrever a História do Brasil. É o que problematizaremos adiante.

3.2 A construção da identidade brasileira pelos militares

Quando tivemos acesso aos jornais da UPPEs, uma característica muito peculiar nos chamou bastante a atenção: a valorização que a instituição deu ao patriotismo e ao nacionalismo. Por este motivo, e na tentativa de compreender o porquê a associação se valeu tanto desse instrumento é que a partir de então nos aprofundaremos no debate daquilo que foi chamado de “ufanismo”.

O termo “ufanismo” aparece registrado pela primeira vez como título do livro “*Porque Me Ufano do Meu País*”, publicado em 1901 pelo conde Affonso Celso – presidente do IHGB à época – que demonstra inúmeras razões pelas quais os brasileiros deveriam se orgulhar desta terra. Todavia, com o passar do tempo, o termo foi ganhando uma face pejorativa e que de certa maneira, incomodava aos militares, pois estes perceberam o quanto os grupos de oposição passaram a utilizar o termo na tentativa de diminuir a ânsia patriótica dos quartéis. Além disso, os militares sabiam que ao serem adjetivados de ufanistas, estavam no fundo

sendo criticados como “sonhadores”. Portanto, a ideia principal era justamente se afastarem desse rótulo de sonhadores, pois como se achavam agentes transformadores da realidade brasileira, não poderiam aceitar tal pecha de ufanistas (FICO, 1997, p. 30, 37 e 97).

Inicialmente é importante conhecermos as principais características deste ufanismo dentro do regime. Vale ressaltar, no entanto, que o projeto de propaganda do regime não surgiu de uma hora para a outra. Já desde o governo Vargas, o Brasil contava com um aparelho de propaganda e que seu poder de alcance variou conforme o ocupante da cadeira da presidência⁴².

Entre os militares, Castelo Branco rejeitava a instalação de um instrumento profissional de propaganda, mas que foi se entranhando pelos governos de seus sucessores, conforme a “linha-dura” foi ganhando espaço, chegando quase mesmo a ter um *status* ministerial, que equivaleria ao Serviço Nacional de Informações (SNI)⁴³. Tal aparato de propaganda ficaria conhecido como a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp). Esta não poderia ser construída de qualquer maneira, tampouco seguindo critérios já pré-estabelecidos, como os modelos de propagandas fascistas ou do DIP brasileiro, pois já era de conhecimento dos militares o efeito negativo que isso causaria, principalmente devido à fama ruim que o termo “propaganda” conseguiu após ser largamente usada pelos nazistas. Além do fato de tais modelos chamarem ainda mais a atenção de que o país vivia sob uma ditadura (FICO, 1997, p. 13 e 89). Para reforçar essa ideia, e como era comum a técnica dos militares de disfarçarem o regime através de eufemismos, nada mais justo do que a Aerp utilizar em seu nome o termo “relações públicas” no lugar de “propaganda” (FICO, 1997, p. 90). Uma prova desta preocupação em não se parecer com uma agência de propaganda era a opção por “um tipo de propaganda diferenciada, amparada em temáticas não doutrinárias e com poucas colorações oficiais” (FICO, 1997, p. 18), ao mesmo tempo em que se utilizaria dos mais recentes avanços dos meios de comunicação de massa no Brasil, onde “a propaganda política dos anos 60 e 70 empregou como suporte principal a TV, novidade na época, veículo que se

⁴² Aqui não caberia uma discussão sobre o projeto varguista, o que por si só seria a temática de um novo trabalho. Mas deixamos registrado a presença de órgãos de propaganda no governo Vargas como o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que tinham uma função semelhante aos órgão de propaganda do governo militar.

⁴³ O aprofundamento do tema requer a leitura do artigo de Carlos Fico na Coleção “O Brasil Republicano” e no livro do mesmo autor “Reinventando o Otimismo”. Carlos Fico. Espionagem, polícia política e censura. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 195. e FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

baseia em imagens”, diferentemente do rádio dos tempos de Vargas (FICO, 1997, p. 36). Segundo Carlos Fico, até mesmo na área da propaganda, o regime agia “envergonhadamente”.

A Aerp surge então a partir da constatação do governo de que sua imagem era muito ruim dentre a sociedade. A ideia era produzir campanhas que procurariam enaltecer o país ressaltando os verdadeiros valores brasileiros, numa aparente busca por uma “identidade nacional” (FICO, 2003, p. 195). Os ideólogos da “comunicação social” da ditadura também buscavam através de sua máquina, a mobilização popular e a extração do que havia de melhor na alma do brasileiro, como “o amor à pátria, a dedicação ao trabalho, a coesão familiar, a mobilização da juventude.” (FICO, 1997, p. 90). Olhando por outro lado, este discurso dos militares tinha também um claro propósito ideológico, de amenizar e até mesmo extinguir a luta de classes, passando uma falsa ideia de colaboração entre as camadas sociais. O trabalhador ordeiro, o patriota, o chefe de família, todos aqueles que deveriam servir de modelo por um “bom comportamento social”, na verdade eram tratados como exemplos a serem seguidos pelos outros cidadãos, numa clara campanha da ditadura de encobrir a luta de classes. Além disso, a ditadura tinha uma visão extremamente paternalista em relação aos brasileiros, o que os colocava como inaptos para resolverem seus próprios problemas e por isso era necessário o Estado brasileiro intervir a todo o momento. Desde a arbitragem nas relações entre patrões e empregados (deixando bem claro que os sindicatos eram controlados por esse mesmo governo) até mesmo não permitindo que a população escolhesse o seu presidente. Na visão de alguns, esse “paternalismo” era essencial para o funcionamento do país como um exemplo de conciliação de classes e manutenção do *status quo*. Para os grupos mais questionadores, no entanto, esse paternalismo era extremamente perpetuador de uma dependência das classes dominadas em relação às classes dominantes e de uma atrofia no pensamento crítico e na capacidade de exercer e aprimorar a prática democrática em nosso país.

Embora fossem constantes as negativas, por parte do governo, de que toda este empenho tratava-se tinha como objetivo a propaganda política, fica claro que além de tudo, era uma maneira de promover seus feitos na tentativa de esconder os problemas que a ditadura já enfrentava. “Preocupa os governos a forma pela qual aparecem, assim como diz das pessoas a maneira pela qual elas os veem.” (FICO, 1997, p. 53).

A grande fonte de inspiração para a promoção da identidade nacional pelos militares foram os chamados “explicadores do Brasil”, como Gilberto Freyre. Como vimos, antes de suas ideias, podemos dizer que a intelectualidade que tratava da questão da formação da identidade nacional – ainda no século XIX – se pautava pela questão da composição das

raças, e que após a miscigenação que ocorreu durante o Brasil Colônia/Império, a formação do povo estava dada por completa (FICO, 1997, p. 35). Freyre, no entanto, defendia a ideia de que a identidade nacional ainda estava em plena formação e que deveria ser estimulada a todo o momento. E foram amparados nessa visão de Freyre, que os militares lançaram mão da ideia de formação de identidade nacional (ORTIZ, 1985). É importante ressaltar que para isso, os militares buscaram definir os traços de

(...) brasilidade e de certos valores brasileiros estudando o passado e nesse sentido negar, ocultar, afastar ou recontextualizar aqueles traços que entendidos como próprios ao povo ou ao país, era, entretanto, vistos como negativos: a preguiça, a ignorância, a indolência, a sensualidade permissiva, enfim, feições temidas, especialmente pela elite letrada, do “caráter nacional” – e que, portanto, causavam vergonha (FICO, 1997, p. 36),

Configurado assim uma visão pessimista do povo e de seu passado necessitando de uma correção urgente nos rumos da nação. Não podemos esquecer que essa foi uma parte do discurso utilizada pelos militares ao tomarem o poder em 1964.

Assim sendo, os propagandistas do regime se colocavam na vanguarda da mobilização nacional por um país melhor, onde haveria uma “*suposta superioridade sobre os civis no que se refere ao conhecimento da realidade brasileira e ao patriotismo*” (FICO, 2003, p. 197), contrapondo-se à demagogia e corrupção dos políticos, que utilizariam dos meios mais escusos e ludibriadores para tentar convencer o povo (inocente) da grandeza de suas realizações. Na falta de uma literatura atuante e da participação acadêmica efetiva – que já se colocava como predominantemente marxista – o papel de difusor destas ideias ficou a cargo da imprensa, ideólogos e dos próprios generais-presidentes (FICO, 1997, p. 36). Aquilo que é tratado como “ufanismo” pela literatura específica é o que os militares entendem como uma “missão civilizadora” cabida a eles. Manter um povo bom e ordeiro por natureza, formado pela “fabulosa” mistura pacífica de três grupos étnicos completamente distintos num verdadeiro “oásis de tranquilidade”. Uma “*leitura otimista do Brasil*” contrapondo-se a visão pessimista do passado (FICO, 1997, p. 37-38).

Como veremos adiante, existem alguns temas que são largamente explorados pelo regime como, por exemplo, o futebol, o carnaval, os heróis nacionais, a juventude, o respeito aos pais e aos idosos. No caso específico da UPPE, podemos conferir alguns exemplos onde, não só como a propaganda foi utilizada, como também “contagiu” as mais diversas esferas sociais. Seu periódico trouxe diversos artigos e textos de várias naturezas que faziam referências à valorização da cultura nacional, que nos parecem mostrar apoio à esta forte

campanha exercida no final da década de 1960 de sustentação da ditadura militar através da propaganda e do ufanismo.

3.3 Porque a UPPE se ufanou deste país

Como já foi discutido no primeiro capítulo, para Robert Cox, a hegemonia desejada pela classe burguesa dominante está diretamente atrelada à existência da sociedade civil. Para alcançar a hegemonia, um grupo que o deseja necessita que existam organismos associados a tal grupo que possam criar as condições ideais dentro de uma determinada sociedade para que a referida hegemonia possa ser alcançada. Em outras palavras, a classe dominante necessita de diversos grupos menores que estão mais próximos da sociedade, do cidadão comum, para que possam reproduzir o seu discurso e difundir a sua visão de mundo. Quando esse momento chega a acontecer em sua plenitude, estão criadas as condições necessárias para que a classe dominante conquiste sua posição hegemônica de poder. Assim, a sociedade civil tem seu papel como a encarregada de conduzir a burguesia ao controle estatal. Ou ainda, na visão de Robert Cox, estavam contidos na sociedade civil “todas as instituições que ajudavam a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica” (COX, 2007, p. 104).

O sindicato pode cumprir este papel de reprodutor do discurso de uma classe dominante, se claro, ele estiver de acordo com os desejos dessa mesma classe. Nesse sentido, costumamos dizer que deve haver uma concordância entre as partes. Deve haver uma aceitação por parte da sociedade civil em reproduzir esse discurso. No caso específico de nossa pesquisa, quem cumpriu o papel de reprodutor do discurso, quem serviu como organismo da sociedade civil foi a associação que viria a se transformar em sindicato, a UPPE.

“Consentimento e coerção” talvez sejam dois conceitos que ajudam a demonstrar melhor a forma como a UPPE vai abraçar o discurso nacionalista e ufanista dos militares. Portanto, é importante que mesmo de uma maneira reduzida, também ocorra a sua problematização. Nenhum esforço de dominação e busca pela hegemonia é suficientemente frutífero sem que haja a aceitação pelas demais classes da existência de uma vanguarda. A esta “aceitação”, Gramsci denominou de “consentimento”. O poder chega de maneira natural quando há uma combinação de “consentimento e coerção”. Ou seja, estes dois elementos

devem sempre existir, numa condição *sine qua non*, imposição e aceitação para que a hegemonia aconteça. O consentimento por parte da maioria e a coerção a ser feita sobre aqueles pequenos focos de resistência que ainda impedem o controle total do poder. Desta forma,

(...) enquanto o aspecto consensual do poder está em primeiro plano, a hegemonia prevalece. A coerção está sempre latente, mas só é aplicada em casos marginais, anômalos. A hegemonia é suficiente para garantir o comportamento submisso da maioria das pessoas durante a maior parte do tempo (COX, 2011, p. 105).

Talvez este assunto esteja bastante esclarecido. As classes médias e altas deram amplos respaldos ao golpe de Estado perpetrado pelos militares e durante muito tempo, estiveram ao lado dos generais na manutenção do poder. Por este viés, a explicação já nos é familiar. No entanto, aproveitando a ideia de Gramsci de consentimento e coerção para aprofundarmos o entendimento deste apoio dado pelos civis aos militares, não é abusivo pensarmos que aquilo que o “filósofo da práxis” anteviu nas décadas de 1920 e 1930, teve fidedignamente um exemplo brasileiro: o consentimento do lado dos civis em relação ao regime e a coerção por parte dos militares aos grupos resistentes. É justamente nesse modelo que podemos citar como exemplo a própria UPPE, que assumiu uma postura de “consentimento” em relação à ditadura, ao abrir espaço em seu jornal para valorizar os feitos alcançados por esse mesmo nefasto regime. Ou seja, tomando emprestada a definição de consenso de Massimo Follis, esta postura da associação mostra a “existência de um acordo entre os membros de uma determinada unidade social (...)” – neste caso os militares e a UPPE – “(...) em relação a princípios, valores, normas, bem como quanto aos objetivos almejados (...) e os meios para se alcançar” (FOLLIS, 1998, p. 240). Logo, o consenso ou consentimento está no fato de a UPPE ter apoiado o projeto dos militares de alcançar uma posição hegemônica frente às demais camadas da sociedade. O método mais comum encontrado pela associação para difundir a visão de mundo idealizada pelos militares foi a divulgação dessa visão através das páginas de seu jornal. A partir daqui, separamos alguns exemplos encontrados que possam traduzir um pouco da nossa percepção sobre tal comportamento ufanista da UPPE. Vamos a eles.

Começaremos a análise então, observando os trechos abaixo, retirados de um artigo da professora Ester Botelho Orestes, intitulado “As Tradições Populares na Escola”:

E por que assim pensam não se mostram satisfeitos com a escola que pouco, ou nada tem feito no sentido de cultivá-lo e torná-lo conhecido dos alunos em favor de sua **formação moral**.

Se o **ensino cívico está a merecer a maior atenção dos órgãos governamentais**, o que se poderia dizer desse diálogo do professor com o povo, no sentido de conhecer suas tradições de modo a poder cultivá-las na escola. **As tradições populares, falando ao povo, dão forças aos sentimentos da família, de comunidade e de Pátria.**

Os cantos e as danças folclóricas inspiram os nossos compositores atuais a desenvolverem o **nacionalismo de nossa juventude**.

Onde que estejam os professores, deverão usar deste recurso para satisfazer as necessidades, **aos sentimentos e às aspirações de povo e servir à nacionalidade** (SIU. Número 04. Dezembro de 1969, p. 6. Grifos do autor).

O debate sobre moralidade sempre esteve presente no Brasil, segundo Carlos Fico. Outro de vários motivos que levaram ao golpe de 1964 foi a tentativa da restauração dos “valores éticos e morais do Ocidente cristão” (FICO, 1997, p. 43). Os militares e as camadas médias e altas da população viam os grupos populares como massas facilmente tangíveis e sem tradição moral.

O recurso à noção de crise moral como explicação dos problemas brasileiros é uma forma tanto de isolá-los de seu contexto político, social e econômico, quanto de justificar a necessidade de uma ‘ampla reforma moral’, como se propunha a ‘missão civilizadora’ dos militares. No âmbito da ‘política de comunicação social’ da agência de propaganda da ditadura constava explicitamente como valores brasileiros positivos o ‘amor à pátria’, a ‘coesão familiar’ a ‘dedicação ao trabalho’, a ‘dignificação do homem’, etc. Enfim, foi o caráter evanescente da ideia de crise moral que possibilitou à propaganda militar mais este material histórico eficaz para os propósitos de construção da leitura otimista sobre o Brasil (FICO, 1997, p. 45).

A ideia de moral, de valorização dos bons costumes, da prática do nacionalismo sadio, são posições extremamente conservadoras. A própria noção de moral é muito mais complexa do que a forma como ela foi imprudentemente utilizada pela ditadura e novamente utilizada pela UPPE. Quando a crítica a essa ideia de moral é feita, é porque estamos questionando o que é ser “moral”. A noção do que é moral ou não deve partir do entendimento de cada grupo social, fazendo parte do conjunto de suas crenças e tradições, e não ser um mecanismo impositivo de regras sociais que devem ser receitadas e distribuídas para a sociedade. Logicamente, nosso intento aqui não é discutir o conceito de moral, mas apenas mostrarmos como esse termo foi utilizado pelos ideólogos e apoiadores da ditadura para justificar a formatação de costumes populares e tradicionais de acordo com o desejo da classe dominante. E claro que, reproduzindo esse discurso conservador, a UPPE mostra mais uma vez que

existia sua concordância sobre o pensamento regressista, não vacilando em tratar de reproduzir isso em suas páginas.

Ainda preso a esta noção de moral, outra ferramenta criada pelo regime para difundir esta ideia foi a implantação do ensino de “Educação Moral e Cívica” nas escolas. Era fato comum entre os militares a ideia de educar o povo e passar-se como uma propaganda “chapa-branca”, com o pretexto de que não só a propaganda política era feita, mas sim as campanhas sobre saúde pública, higiene, civismo, respeito aos mais velhos e outros (FICO, 1997, p. 97).

Aqui neste contexto, uma notícia interessante, retirada da SIU de março de 1970, retrata além de uma aparente satisfação pela inclusão do ensino de Educação Moral e Cívica das escolas de nível “primário e médio” (e do curso de Estudos de Problemas Brasileiros nos cursos superiores), a preocupação com a chamada “idoneidade moral comprovada” que os professores dessa nova disciplina deveriam possuir sem, no entanto, especificarem muito bem o que um profissional deveria ter ou não ter para conseguir um atestado de idoneidade moral⁴⁴. Na notícia com o título “Civismo Obrigatório”, a informação é passada da seguinte forma:

“Sem nenhum pretexto, devem deixar de serem ministradas as disciplinas de Educação Moral e Cívica, nos níveis primário e médio e de Estudos de Problemas Brasileiros, nos estabelecimentos de ensino superior.”

É o que determinou o decreto-lei nº 869, que entrou em vigor na data de sua publicação. No caso de não existirem professores regularmente formados e habilitados para lecionar aquelas matérias, esclarece o decreto, os diretores das escolas e universidades de ensino devem tomar a si o ensino das mesmas. A Comissão Nacional de Moral e Civismo, contudo, obteve do Ministério da Educação e Cultura, aprovação para que os **diretores possam delegar a tarefa a professores por eles designados**, em regime de corresponsabilidade. Devem ainda os novos mestres, satisfazer a **necessidade de idoneidade moral comprovada**, compromisso por escrito de que aceitam as condições do decreto-lei nº 869 e a apresentação de certificado de conclusão do Curso Normal, para lecionar no primário e de curso universitário, para lecionar nos níveis médios e superior. As disciplinas em questão deverão ser lecionadas em todas as séries dos três níveis de ensino, com o mínimo de duas aulas semanais em regime de frequência e verificação de aprendizagem idêntica a das outras matérias (SIU. Número 03. Março de 1970, p. 2).

É possível entender que após a determinação do decreto-lei nº 869, que instaurava o ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas, a associação percebeu tal atitude de forma positiva. No entanto, reparamos que além de explicar algumas determinações do novo decreto, a UPPE ressaltava que havia um parágrafo no decreto que proibia que os conteúdos

⁴⁴ Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

fossem ensinados por professores não habilitados e vedando apenas aos diretores ou pessoas de “sua confiança” a lecionarem - num possível sinal de que só a estes profissionais era confiada a didática do conteúdo que forma “moral e civicamente” os alunos. Se formos olhar o decreto, percebemos que o parágrafo de maior destaque para a associação é o último parágrafo do antepenúltimo artigo. O que para os militares era apenas um mecanismo de preenchimento da cadeira até que fossem formados quadros para ministrarem as aulas, a UPPE faz desse parágrafo o eixo principal da matéria, como se sua maior preocupação fosse a de delimitar os profissionais que poderiam ministrar a disciplina. Ou, olhando por uma outra perspectiva, sua maior preocupação poderia ser em deixar claro quais os profissionais de educação não deveriam ter acesso a esta matéria. Devemos lembrar que durante a ditadura militar no Brasil, houve um forte trabalho de esvaziamento curricular das disciplinas da área de Ciências Humanas, como História e Geografia. Daí a necessidade de se criar o ensino de Educação Moral e Cívica, numa tentativa de manipulação daquilo que deveria ser ministrado aos alunos. E quando tal decreto é baixado, ele já tem um dispositivo que determina quem pode ou não dar aulas sobre aquele conteúdo. A preferência do regime, assim como a da UPPE, era de que ministrassem as aulas os profissionais que estivessem de acordo com a “Revolução”. Ou para não sermos injustos, no mínimo, que se mantivessem afastados de qualquer movimentação questionadora, característica marcante dos cursos de História e Geografia. Reforçando nossa ideia e deixando à mostra o alinhamento do discurso entre o regime, a UPPE e o jornal niteroiense, fica clara a disposição da defesa da disciplina em uma nota no jornal “O Fluminense” onde além da instituição defender o ensino, disponibilizava palestras que visavam o aprimoramento dos professores nesse campo, onde se lê que

Na União dos Professores Primários Estaduais – UPPE -, dia 24 do corrente, será realizada a palestra do professor Celso Kelly sobre Educação Moral e Cívica, estando convidadas todas as mestras do Magistério Fluminense (*O Fluminense*, Niterói, Terceiro Caderno, p. 4, 19 de ago. 1971).

Como já foi dito, o governo militar brasileiro incentivou a busca e valorização à produção cultural patriótica e valorização do folclore e do civismo. A publicação compartilha dessas ideias, onde podemos tomar como exemplo uma matéria veiculada em outubro de 1971 que trazia como conteúdo, o verbete completo da palavra “folclore” retirado da Enciclopédia Barsa (*SIU*. Outubro de 1971, p. 2). Ou ainda, também comuns, as mensagens que eram expostas no jornal desejando “feliz ano novo” e de várias outras naturezas. Na mensagem

veiculada em janeiro de 1971, intitulada de “Ano Bom”, podemos perceber alguns versos curiosos:

Na oficina essa alma forte
Do proletário feliz
 Sente o Bem que a alma conforte,
 E pensa em vencer a morte
E adora mais seu País!

E sob o Céu prazenteiro
 Da Pátria dos sonhos mil
Há um povo altivo, ordeiro,
 Que busca, num ano inteiro,
As Glórias de seu Brasil! (*SIU*. Outubro de 1971, p. 2).

Os militares não poupavam elogios ao povo brasileiro. Este mesmo povo era tratado entre a cúpula militar como um grupo que tinha de ser domesticado, ensinado bons costumes e maneiras, civilizado. Neste ritmo, a UPPE também busca realçar as características natas de uma população bondosa e ordeira. Evidentemente, outra ideia para a utilização desta fantasia, era contrapor a imagem deste povo pacífico à imagem daqueles que lutavam contra o regime, conhecidos como subversivos. A exaltação destas características populares serviriam de diversas formas, acalmando o povo, conformando-o em sua posição subserviente, ao mesmo tempo em que passa a impressão de que é um povo forte e resistente, que suporta as mais difíceis situações em nome da elevação do Brasil à categoria de grande potência. É este tipo de discurso que será continuado por Geisel com a crise do “milagre” para tentar reduzir seus efeitos negativos e fazer com que a população não se oponha ao governo. Uma verdadeira convocação do brasileiro para a guerra contra a crise, onde este lutaria com sua “capacidade moral, espiritual e material (...) sobrepondo-se às forças antagônicas que lhe tolhem o caminho.” (FICO, 1997, p. 79).

A partir do momento em que abre espaço em seu jornal para a reprodução do discurso de exaltação de brasileiro “amigo, patriota, ordeiro, cristão”, a UPPE mostra claramente que concordava com essa metodologia do regime. Embora isso já tenha sido relatado anteriormente, agora fica muito mais clara a ideia de conjugação de valores entre a associação e a ditadura. Ao constatararmos principalmente através do estudo de Carlos Fico que todo esse mecanismo de exaltação, de conciliação, reprodução de um otimismo, foi engendrado pelo regime numa tentativa de salvar, durante vários momentos, a manutenção do regime ditatorial no Brasil. Quando falamos em conjugação de valores, falamos em concordância da associação com o discurso do governo. Quando a associação concorda em abrir espaço em seu periódico

para reproduzir o discurso entorpecente do governo, ela está automaticamente reproduzindo a sua visão de mundo. A UPPE aplaudia essa ideia.

Outro viés que caracterizava a forte campanha de propaganda feita pelo regime era a valorização das grandes obras pelo país adentro. Estas podiam ser acompanhadas através do programa “Amaral Neto”, que eram divulgadas pelo apresentador (FICO, 2003, p. 199), ou ainda através de concursos promovidos pela Aerp em conjunto com o Ministério da Educação – como “os jovens que mais se destacaram no Brasil” -, sempre desviando a atenção dos problemas da nação para “fatos notáveis” (FICO, 1997, p. 93). Segundo Carlos Fico, era apenas uma maneira encontrada pelos militares de passar uma falsa impressão de participação democrática, onde através de concursos como este, os brasileiros teriam a oportunidade de participar da construção de seu país (FICO, 1997, p. 93). A estudante Torquata Souto Fontoura foi, no início da década de 1970, a campeã brasileira de um concurso de poesias. Além dos vários prêmios recebidos tanto em âmbito local, quanto nacional, teve a oportunidade de divulgar seu trabalho através das páginas da SIU. Suas poesias ressaltavam os valores do povo e os feitos da gestão militar que comandara o Brasil naquela época, valorizando grandes obras como a Transamazônica e a Transbrasiliana. Podemos exemplificar alguns de seus trabalhos através dos trechos abaixo:

TRANSAMAZÔNICA: Tiraram a venda dos olhos atônitos dos brasileiros, descortinando a Amazônia, abrindo no seu âmago, a Transamazônica – da grande era da comunicação, rasgando o seio das matas virgens, realizando a verdadeira magia dos poderes, da força, do valor e da grandiosidade das selvas!

TRANBRASILIANA: É a estrada pela qual todos os brasileiros caminharão com passo firme, cantando a uma só voz, a canção da liberdade e prosperidade em todos os sentidos! É a lente mágica pela qual todos teremos o direito e a felicidade de ver as dimensões agigantadas da grandiosidade do nosso bem amado Brasil!

A Transamazônica fez do ‘inferno-verde’ um livro de esmeraldas, aberto ao meio, onde todos os brasileiros poderão ler corretamente, história de grandeza e deslumbramento de um povo! De uma Raça! De um solo! De uma grandiosa nação; do passado, do presente e do futuro promissor: passado glorioso, presente de dinamismo e evolução, futuro de realizações (SIU. Setembro de 1972, p. 5)!

Quando problematizamos a questão acima - não o concurso em si, mas essa necessidade de se valorizar o que é brasileiro – começamos a reparar que dentro do governo militar, se alastrou uma forte necessidade de se construir uma imagem de Brasil grande. Grande não em tamanho, mas em belezas naturais, riquezas minerais, produção industrial, a grandiosa obra que construiu a Ponte Rio – Niterói, a descoberta da mina de Carajás, ou a

pretensão do Programa de Construção Naval, que colocaria o Brasil entre os “maiores do mundo”.

A necessidade de se construir uma leitura positiva sobre a região que se habita encontrou, na paisagem natural brasileira, um prodigioso manancial de imagens propícias. Para a propaganda política isso sempre foi de grande utilidade (FICO, 1997, p. 81).

Uma verdadeira onda megalomaniaca que teve boa aceitação dentro das camadas médias e altas e que até hoje está entranhada no discurso da maioria dos brasileiros. “Transformar o Brasil em potência mundial era o desejo decorrente” (FICO, 1997, p. 65). Importante notarmos que a forma encontrada pela ditadura para alcançar o posto de grande nação envolvia um método pouco saudável para os mais pobres. Durante vários governos em nossa experiência republicana, a ideia era de que sacrifícios deveriam ser feitos em nome da transformação do Brasil em potência. Uma verdadeira maratona “masoquista” (FICO, 1997, p. 40) através de um modelo de crescimento que é apenas passageiro e que requer sacrifícios apenas de uma classe, a classe trabalhadora. E que durante a ditadura tal classe sequer teve a oportunidade de reclamar do arrocho que sofria. A ideia era realmente vender a imagem de um país que tinha de tudo para crescer, mas que para isso acontecer dependia exclusivamente do trabalho e da dedicação de seus trabalhadores, ordeiros e pacíficos, que ao se dedicarem “à causa” do crescimento e da elevação da nação ao posto de desenvolvida, estariam automaticamente aceitando o sacrifício em nome disso. E esse sacrifício deveria ser pago com bom comportamento.

Ainda seguindo na campanha maciça de propaganda dos feitos do governo e de valorização de “tradições”, o periódico abre espaço para um tema que foi também muito explorado pela ditadura: o sesquicentenário da independência do Brasil. Externando em um pequeno editorial na capa os anseios da presidência para o futuro da nação, onde são realizados apelos até mesmo pela “elevação moral e intelectual de cada um dos seus filhos”, o trecho conclama ainda todo o povo brasileiro para um esforço “harmônico” para a manutenção intacta da vida independente do Brasil. Ainda por esse caminho, a diretora ressalta a importância das mães e mestras na formação de uma sociedade “livre, harmoniosa e feliz” (SIU. Setembro de 1972, p. 1). A preocupação da associação em dedicar espaço a essa data comemorativa tem sua origem na forma como o governo militar tratou o tema. Segundo Carlos Fico, “as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil foram conduzidas pelo exército (...)” e se concentraram os festejos em cima do retorno dos restos mortais de D.

Pedro I – o coração ficara em Portugal -, que antes de chegar ao seu local de descanso definitivo, passa por uma verdadeira “caravana da aventura” a fim de divulgar o momento.

Mas desta curiosa passagem, Fico permite através de sua análise a observação de alguns pontos interessantes. Rituais, emblemas ou sinais são partes integrantes de qualquer governo, que sempre está preocupado sobre a forma como está aparecendo perante seu povo e como ele é percebido pelo povo. Quando se trata de um governo militar como no Brasil, esta preocupação se reforça. A ditadura sempre buscou criar uma série de ritos, que Fico chama de “liturgia”. A caserna nunca escondeu seu desejo de passar uma forte imagem de austeridade. Quando se trata dos símbolos nacionais, ela sempre se colocou em posição solene, fria e soturna. Esse modelo austero ao lidar com a liturgia acabou provocando uma elitização das cerimônias. Não era de se esperar outra coisa, de um grupo que utilizava o hino nacional brasileiro como instrumento de tortura⁴⁵. Enfim, basta apenas que imaginemos duas cenas que podem funcionar como “termômetros” de popularidade ou de “relaxamento” em relação aos rituais: comparemos o comportamento perante o sepultamento de Juscelino Kubitschek – durante a ditadura – e do general Costa e Silva. O primeiro contendo acaloradas manifestações populares, como o coro da canção “Peixe Vivo” e o segundo sepultamento, bucólico, frio e carente ao apreço popular. Uma boa maneira de se medir a popularidade de uma liderança, é acompanhar seu velório ou enterro. Ela pode ser bem esclarecedora.

Outro exemplo que vale a pena ser analisado é a presença de uma poesia escrita por uma aluna de quinze anos, enviada para a associação com o intuito de ser publicada a fim de estimular e premiar a autora, que com o título “O Brasil é feito por nós”, também busca exaltar a pátria, mas desta vez utilizando o hino nacional com um “bom propósito”:

Se o Brasil é feito por nós, tudo o que fizermos por nós, será feito por ele. Será feito por um gigante, que com a vida, a força e o entusiasmo de todos nós, já não mais dormirá ao som do mar e à luz do tão profundo céu, em berço esplêndido. (SIU Dezembro de 1977, p. 4).

Esta passagem é bastante curiosa por diversos aspectos. Não cabe mais aqui, discutir os motivos que levaram a associação a fazer um concurso desta natureza, haja vista que suas razões são bem claras e já foram discutidas. Porém, vamos analisar algumas partes que reforçam esta teoria. Em primeiro lugar, “*O Brasil é feito por nós*” é o título de uma campanha publicitária do governo ditatorial, na qual o mesmo pede empenho da população na

⁴⁵ “os torturadores, não raro, exigiam que os prisioneiros políticos comprovassem seu patriotismo entoando os 50 versos e as 253 palavras do hino”. FICO, Carlos. Reinventando o otimismo. p. 62.

construção de um país melhor. No embalo destas campanhas, a autora da poesia segue e mistura a ideia da campanha com trechos do hino nacional, um símbolo muito caro aos militares. E, inteligentemente, a menina se apega a um trecho que sempre suscitou polêmica entre os grupos mais conservadores que trata do verso “deitado eternamente em berço esplêndido”. Segundo esse grupo, o Brasil “nação do futuro” jamais pode permanecer numa posição de subserviência, demonstrando assim uma total falta de interesse em assumir a sua postura que lhe é de direito: de pé, cabeça erguida, um gigante pronto para a luta. Uma nação que não se incomoda em estar deitada, eternamente e em berço esplêndido jamais figurará entre os grandes do mundo. Este debate adentrou a década de 1970, com o senador Catete Pinheiro e sua proposta de modificação do trecho “preguiçoso” do hino para “atento aos desafios que enfrenta e vence” ou ainda a proposta mais sonora do deputado federal da Arena, Amaral de Souza, onde o novo trecho seria “altivo eternamente, em gesto esplêndido” (FICO, 1997:42). De todas elas, a proposta integralista é a mais pragmática: simplesmente praticando a recusa em cantar a segunda parte do hino (TRINDADE, 1977).

Seguindo essa ideia de reformulação e reconstrução da história, podemos utilizar como exemplo ainda os próprios livros didáticos produzidos na época do regime, que continham uma forte carga de “manipulação historiográfica”. Esta ditadura, assim como qualquer outra dependia essencialmente de um forte e eficaz maquinário de propaganda (FICO, 2003, p. 193). Dentre esse mecanismo de propaganda, o livro didático foi também entendido pelos pensadores do regime como um instrumento de difusão de suas ideias.

No livro “Ensino moderno de História do Brasil” (1974), o autor L.G. Mota Carvalho cria um manual de História do Brasil desde seu descobrimento até o ano de 1973, provavelmente o ano anterior à confecção do livro. Baseado numa historiografia atualmente arcaica – mas que na época ainda era muito utilizada - o livro foi produzido no melhor momento econômico da ditadura, o “Milagre Econômico”, que como já vimos, foi um período que o Brasil conseguia números animadores no campo econômico e desalentadores no campo social (FISHLOW, 1988). Mota Carvalho claramente se adequa ao modelo de produção de informação do regime, onde em seu livro na parte que compete a abordar a “Revolução Redentora”, valoriza os grandes vultos (os generais-presidentes) e as grandes obras produzidas por eles. Dentre tais grandes obras, pudemos perceber que o autor coloca imagens de prédios e monumentos de Brasília já concluída dentro do capítulo que se refere à ditadura, passando a impressão para um público desavisado (as crianças que utilizaram o livro para “estudarem” história) de que tais obras entram na conta dos generais-presidentes. Outro dado

interessante é que a última página do livro trata do afastamento por motivo de doença do então presidente Costa e Silva, onde assim podemos ler:

(...) dois anos de trabalhos intensos desgastaram o presidente Arthur da Costa e Silva, que com a saúde abalada não pôde mais continuar a governar o Brasil. Para substituí-lo o Congresso Nacional elegeu o General Emílio Garrastazu Médici, que o governará o Brasil até o ano de 1974.

Interessante notar neste trecho apenas o fato do autor relacionar a perda da saúde de Costa e Silva a seus intensos trabalhos, passando a impressão de que o general preferiu abnegar de sua saúde à administração país.

No entanto, após as análises destas questões, devemos entender que em qualquer campo, o regime ditatorial tentava impor suas ideias através da propaganda, inclusive nos livros didáticos, que eram voltados para um público em formação, facilmente manipulável. Ainda assim, fica claro como os instrumentos utilizados pela ditadura eram variados e procuravam atingir diferentes públicos.

De acordo com Carlos Fico em “Reinventando o Otimismo”, existiam duas explicações clássicas para a mobilização dos militares em prol da propaganda. Uma se devia ao fato de já existir um “movimento mobilizatório da sociedade” que traria a necessidade de investimentos por parte do regime nesta tática. A propaganda então serviria como um meio de anular tais movimentos mobilizatórios que, por sua vez, iriam produzir a sua contrapropaganda para tentar “combater” a propaganda do regime – onde este último não aconteceu. A outra explicação seria a de que toda esta produção propagandística foi planejada dentro de uma “conspiração artilosa” dos militares. Fico defende, não obstante, que todas as duas são explicações simplistas e que merecem ser problematizadas. A criação de modelos propagandísticos para a época, não representava uma resposta à contestação sofrida pelo regime, mas sim a difusão de “uma imagem positiva dos governos militares desviando a atenção de boa parte da população dos desmandos que eles próprios praticavam.”⁴⁶ Da mesma maneira que ao se utilizarem desta tática, não podem ser tratados como mentores de tal “conspiração artilosa”, pois ainda que contatassem com fatores positivos como a conquista da Copa de 1970 e os ganhos do “milagre econômico”, tinham que lidar com o problema da inflação e da crise do petróleo (FICO, 1997, p. 17 e 143).

⁴⁶ Haja vista que, segundo Fico, a criação da Aerp é anterior à onda de manifestações e protestos contra o regime no ano de 1968. A agência é criada em janeiro de 1968. FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 92.

Porém, a criação de uma imagem positiva durante a ditadura militar para qualquer de seus presidentes passa por alguns pontos que são importantes de analisarmos. Em primeiro lugar, citemos o exemplo daquele que mais se utilizou de propaganda na intenção de criar uma atmosfera positiva e de “otimismo” em torno de seu governo: o general Médici. Como já vimos, os governos militares careciam sempre de apoio popular. No entanto, seria meio problemático questionarmos a falta de participação popular em governos que poucas características tinham de populares. De acordo com Carlos Fico, a imagem dos presidentes sempre retratados pela imprensa de uma maneira séria, era a forma como os próprios presidentes desejavam serem retratados. A mudança nessa imagem vem apenas com Médici (FICO, 1997, p. 69). Não é à toa que atualmente, o governo Médici é considerado o auge do ufanismo e da propaganda do regime. Mas, seguindo a visão de Fico, a imagem de Médici se transforma em uma imagem “positiva” a partir de uma forte campanha da Aerp contabilizando os ganhos econômicos e do futebol, outra forma encontrada por Médici para se “aproximar” do povo.

Neste capítulo, nossa intenção foi a de trabalharmos mais aprofundadamente a ideia de “ufanismo” durante a ditadura militar. Nosso desejo nesse aprofundamento se deveu muito em parte pelo fato da UPPE ter adotado o mesmo discurso da ditadura em seu jornal, utilizando-se a todo o momento das mesmas atitudes ufanistas, em um claro apoio ao modelo adotado pelo governo. Num primeiro momento, no entanto, tentamos esclarecer que o desejo de construção de uma ideia de nação, de valorização do nacionalismo, vem muito antes da ditadura militar. Mas que na verdade, a ditadura vai se apropriar desse discurso de valorização da formação da nação para tentar, de certa forma, moldá-la ao seu jeito. Na segunda parte, nos aprofundamos nos métodos desenvolvidos pela ditadura, suas inspirações e todo o esquema engendrado para a formação de um novo modelo nacional, pautado na moral, nos bons costumes, na valorização das grandes obras, dos grandes feitos e de uma visão ufanista de Brasil. Pudemos constatar que a ideia do governo era de formar através de métodos pensados e preparados para que tal reprodução ideológica fosse feita, difundida e ao mesmo tempo absorvida. Para isso, tentamos em alguns momentos buscarmos a fundamentação em alguns conceitos gramscianos, que inclusive foram debatidos em momentos mais anteriores do trabalho. Em seguida, nos ocupamos em buscar através de vários momentos em que a postura ufanista foi amplamente trabalhada em cima do periódico da UPPE, a Síntese Informativa da UPPE (SIU). A partir da constatação da utilização da visão ufanista de Brasil adotada pela associação, tentamos comparar os principais pontos publicados no jornal com a visão ufanista do próprio regime e, com isso, demonstrar o quanto houve um conagraçamento de visões e

pensamentos entre os produtores da ideologia conservadora ditatorial e seus reprodutores quase oficiais, a sociedade civil, encarnada na figura da associação, encontrando seu terreno fértil para a reprodução nos quadros da UPPE.

Muitas informações interessantes puderam ser exploradas a partir das fontes obtidas na UPPE. Só as fontes em si, já formam um conjunto de pitoresco material que externa a postura colaboracionista para com o regime. Infelizmente acaba sendo difícil abraçarmos todos os vieses. De qualquer forma, tentamos nos ater às questões mais polêmicas e que alimentam até hoje muitos debates. Este ainda é um tema vivo. Aqui, tentamos demonstrar como a UPPE se ufanou deste país, ou seja, como ela aproveitou um momento em que a propaganda da ditadura militar estava com toda a força para demonstrar apoio ao regime e não esconder que pensava como os generais-presidentes.

CONCLUSÃO

Após detalharmos nos capítulos anteriores as posições tomadas pelos diversos atores que foram responsáveis pela construção do movimento sindical brasileiro, com suas vitórias, revezes, erros e acertos, foi possível concluirmos algumas ideias que esperamos contribuir de maneira positiva para o debate.

Em primeiro plano, a utilização da bibliografia gramsciana possibilitou mostrar o quanto as ideias deste pensador ainda são válidas e podem explicar muitas questões relativas a dominação de classes por outras e posturas ditatoriais como aqui no Brasil. Evidente que não desejamos através destas linhas, esgotar toda a discussão em torno dos conceitos gramscianos. Apenas nosso intuito foi o de mostrar como algumas das ideias desse pensador que daqui a pouco completará cem anos, ainda são de grande valia, atuais, e que podem nos ajudar a esclarecer como funciona a ossatura de um Estado repressor e como seus mecanismos se relacionaram para fazer deste uma máquina alinhada.

Nossa preocupação, no entanto, foi a de buscarmos aprofundar o debate em torno de apenas uma ideia, que foi o conceito de “sociedade civil”. Passando pelos primeiros pensadores que se preocuparam em estudar o tema, ou seja, no surgimento do conceito, percebemos o quanto sua visão ainda em seus primórdios era diferente da visão que defendemos em nosso trabalho. Naturalmente, com o passar do tempo, o conceito de sociedade civil foi ganhando contornos de modernidade, sendo debatido ao longo de vários anos até chegar à visão gramsciana, que em nosso entendimento, é aquela que atende de forma satisfatória a nossa posição, quando aponta que “sociedade civil seriam todos os organismos que concentram um determinado grupo de pessoas, com interesses próximos, mas que em sentido amplo, tem um interesse central: a manutenção da ordem vigente. O sindicato, a igreja, a imprensa, a escola, dentre outros, são exemplos clássicos disso”. É a partir dessa visão que passamos a relacionar o conceito de sociedade civil com um dos seus organismos que contribuem para a sua composição: o sindicato.

Para isso, apresentamos a visão da situação do movimento sindical durante a ditadura militar. Nossa ideia, além de mostrar o funcionamento das instituições que se curvaram às imposições militares e as dificuldades de estrutura daqueles que se recusaram a seguir a ditadura, era justamente de comparar a situação dos dois tipos de movimentos sindicais. Cada um seguindo a sua opção, tomando rumos opostos: de um lado o sindicalismo pelego, colaboracionista e assistencialista; de outro, o sindicato combativo, perseguido, interditado,

que deu origem ao chamado “novo sindicalismo”. Um modelo de movimento sindical adaptado à nova realidade do país, que de um lado acenava a uma abertura controlada, mas de outro tentava de todas as formas não perder as rédeas sobre os “nascentes” movimentos sindicais. Contrapor justamente a visão de que, se havia espaço para a luta do novo sindicalismo, não existiriam mais motivos para a manutenção de um modelo sindicalista pelego, a não ser por motivos de concordância de visões, como por exemplo, acreditamos ser o caso da UPPEES.

Analisando a posição tomada pela UPPEES durante a ditadura militar e relacionando suas características com os modelos de sindicalismo da época, percebemos que em primeiro lugar, a associação quando observada em um contexto macroestrutural, fica realmente enquadrada como um organismo da sociedade civil. A partir do momento em que reunia pessoas que em uma perspectiva restrita possuíam os mesmos interesses (o agrupamento sindicalizado), mas que tinham interesses mais amplos que levavam à sustentação do regime ditatorial ficou claro que a UPPE pode ser considerada um dos organismos que compuseram a sociedade civil da época, e que largamente contribuíram para tanto.

Já no segundo capítulo, nos dedicamos a conhecer um pouco mais sobre a história da associação. Passando pela sua criação em 1945, surpreendentemente fundada por uma liderança com laços familiares comunistas (surpreendente pois ao olharmos o histórico da associação, pensamos sempre na participação de grupos conservadores em sua composição) até a seu pedido de desligamento, por pressões do governo ou internas, o que infelizmente não pode ficar mais claro. Partindo para as sucessoras que permaneceram em seus cargos por muito tempo, inclusive chamando a atenção para um fato importante: a quase inexistência de intervenções na associação durante a sua história, inclusive durante a ditadura militar, algo que era “muito comum” para a época. Novamente, temos indícios fortes de que a associação e a ditadura no mínimo flertavam por terem pensamentos tão próximos.

Dentro ainda desse mesmo capítulo, tivemos a preocupação de pautar a nossa descrição da postura sindical utilizando as notícias que eram publicadas no jornal Síntese Informativa da UPPEES. Interessante notarmos que é a partir das notícias que vamos conduzindo a pesquisa de modo a mostrar como que essas manchetes acabam em seu conjunto por comprovar que no mínimo havia uma grande conjugação de ideias entre a ditadura e a UPPE. Ou seja, que a visão de mundo partilhada pelos militares era muito aceita dentro da associação que se utilizava dessa visão de mundo para construir um jornal de divulgação da “causa” do professorado fluminense, mas que sempre conduzia o associado a pensar como a ditadura desejava que as classes dominadas pensassem. Logo, o sindicato

deixava de cumprir o seu papel como defensor dos interesses da classe trabalhadora para se tornar um difusor de pensamento conservador, utilizando-se largamente do ufanismo que já era produzido pelo governo.

Em tempo, devemos pensar ainda no quanto poderia ser importante para a manutenção ideológica do governo, ter uma associação de professores que comprou a sua ideia. Essa ideia acabou sendo difundida pelos jornais e que poderiam ser absorvidas pelos docentes, que pulverizariam então todo esse ideário dentro das salas de aula e perpetuar todo o processo de fabricação da visão ufanista do Brasil ditatorial. Logicamente, estamos nos referindo a um desejo da classe dominante, que por conta da dificuldade em se quantificar o quanto essa ideia foi absorvida ou não pelos professores, fica difícil afirmarmos o quanto elas tiveram eco. No entanto, ficou evidente que em algum lugar essas ideias ressoaram, pois seria muito difícil manter a linha ideológica da associação se do lado de fora não houvesse gente que comprasse aquela ideia.

Todavia, em algumas passagens do jornal da associação era tão forte a presença da ideia ufanista, que no terceiro capítulo dedicamos o espaço a justamente debatermos a ideia da formação de uma visão de Brasil pelos militares. Algo que é interessante, pois costumamos nos contentarmos com a visão de que a propaganda do regime apenas existia e que ela era forte. Com isso, pudemos constatar que além de haver muito uma preocupação em construir uma história que valorizasse a herança dos nossos antepassados, existia um grande desejo de formar uma visão de que o Brasil era um país predestinado ao sucesso e ao protagonismo mundial. Bastava somente lutar para levar essa ideia avante. E percebendo nesse contexto uma maneira de entender o comportamento do povo, “reeduca-lo”, “civiliza-lo” e criar as condições necessárias para abrir caminho para o brilhantismo da nação, os militares se valeram da produção de um clima de euforia, de verdadeiro otimismo em torno do Brasil. Uma visão de que se o Brasil nunca conseguiu alcançar o seu posto de preponderância mundial, foi porque simplesmente não estava bem preparado para isso. Mas que, logicamente na visão dos militares, a partir do modelo de governo deles, esse agora seria um país que iria “pra frente”. A perspectiva militar, com o tempo, se mostrou incapaz de perceber que não era apenas de euforia ou otimismo que fariam o Brasil crescer.

Havendo destaque para a visão ufanista dos militares e a apropriação dessa visão pela UPPE, chegamos ao quarto e último capítulo com a ideia de nos debruçarmos ainda mais com o debate sobre esse tema. Num primeiro momento, nos preocupamos em mostrar que o desejo de construção de certa ideia de nação, pátria, brasileiros, já era bem antigo, remetendo-se ao século XIX. Logo, os militares quando se focam nas mesmas preocupações não estão

buscando algo novo. Então, desejando engendrarem a sua própria visão de construção nacional, mas preocupados em também “corrigirem” os rumos a partir daquilo que viram e julgaram errado, os militares constroem uma verdadeira operação de desconstrução de uma história que julgavam depreciativa para o país e passam a impor a sua forma de “fazer história”. Seja através de livros didáticos, como vimos, seja através da utilização de organismos da sociedade civil da época, como a UPPE.

Nesse último capítulo, ainda, pudemos ainda verificar o quanto a associação se apropriou do discurso ufanista dos militares para difundir-lo através das páginas de seu jornal associativo. E isso se tornou algo importante para a pesquisa, a partir do momento em que foi um dos fatores que comprovou que a associação e o regime tinham muita coisa em comum, ou seja, possuíam pensamentos alinhados. Vale ressaltar, no entanto, que a ditadura não seguiu o modelo imposto pela UPPE, mas sim o contrário. Logo, em nossa visão, a associação certamente aceitou aquele discurso, se apropriou dele e tratou de divulgá-lo, pois inclusive teria assim vários de seus interesses mantidos.

A UPPE e a maioria de seus associados se mantiveram com tal postura por saberem que ali, próximo ao governo, estariam protegidos de possíveis perseguições e teriam maior chance de barganhar com o governo militar. “Era a única forma possível no momento” (OLIVEIRA, 2011). Esta é a tese defendida pelos integrantes da UPPE, atualmente. Embora em nenhum momento a direção do sindicato hoje negue que houve colaboração, sempre existiu esta preocupação em deixar claro que esta era a única maneira de manter o sindicato funcionando. Segundo a própria presidente: “(...) a UPPE trata como associação de professores, não entra muito na política... Ou ela fica quieta, ou vamos (a ditadura) tomar tudo” (OLIVEIRA, 2011).

Vale ressaltar ainda que alguns trabalhos que tratam do tema e citam a UPPE afirmam que o sindicato apoiou o regime como forma de sobrevivência. Não podemos ignorar o fato de que embora seja citada por alguns autores, a UPPE nunca foi objeto de estudo. Logo, os autores trabalham apenas como fontes o testemunho histórico dos que presenciaram por dentro, o papel de luta sindical da associação. Nesta lacuna é que esta pesquisa tentou demonstrar, através das atas, jornais e nas entrevistas, que o sindicato agiu como o regime assim pretendia.

Com isso, após a pesquisa ser concluída, é muito mais próxima da realidade a afirmação de que a UPPE e a maioria de seus associados se mantiveram numa postura conservadora, por saberem que ali, próximo ao governo, estariam protegidos de possíveis perseguições e teriam maior chance de barganhar, como as direções afirmam. Não

discordamos sobre isso. Todavia, devemos acrescentar a isso alguns outros fatores para justificar a postura da UPPE, como por exemplo, além de apoiarem ideologicamente o regime, fato é que no seu jornal, são inúmeras as manifestações de apoio ao mesmo vindas de diversas partes, tanto dos associados ao escreverem cartas, quanto da direção publicando-as. O apoio ideológico o qual nos referimos pode englobar todos os aspectos que envolveram a reprodução do discurso ufanista do regime dentro do jornal da UPPE, apoio esse que esperamos ter esclarecido durante parte do segundo capítulo e durante todo o terceiro.

Outro ponto importante que deve ser destacado é com relação às transformações ocorridas na vida sindical no Brasil até o advento do “novo sindicalismo”. Tais transformações parecem não terem sido absorvidas pela UPPE. Atrelado às mudanças desse novo sindicalismo surgem outras associações mais reivindicativas no tocante as lutas do magistério. A UPPE preferiu manter-se enraizada às tradições pelegas que vinham regendo a sua atuação. Enquanto era crescente a formação de sindicatos combativos, a postura da associação se mantinha inalterada no relacionamento com as autoridades e na maneira como eram trabalhadas as reivindicações classistas. Realmente havia uma grande diferença em como as outras categorias lutavam e a forma de reivindicação upeana. Interessante notarmos inclusive, que até bem recentemente, a UPPE ainda possui uma visão de mundo bem conservadora. A professora Kênia Miranda, durante sua pesquisa de Mestrado, produziu uma tabela comparativa através de pesquisas realizadas em 2005 por ela que mostra o perfil entre os três principais sindicatos de professores do Rio de Janeiro, dentre os quais estava a UPPE, e o resultado da pesquisa mostra justamente a diferença de visão das lideranças do antigo sindicato com os mais recentes:

TABELA 1 - PERFIL DOS DIRIGENTES SINDICAIS⁶⁴

Questão	SINPRO-Rio	UPPES	SEPE-RJ
1. Tempo de militância (média)	26,8 anos	19,4 anos	14,7 anos
2. Filiação partidária	sim: 60% não: 40%	Sim: 20 % não: 80%	sim: 100% não: 0 %
3.1 Avaliação da política educacional do Governo Lula quanto ao Ensino Fundamental	crítica: 20% favorável: 40% neutra: 20% ND: 20%	crítica: 80% favorável: 20% neutra: 0% ND: 0%	crítica: 56,25% favorável: 37,5% neutra: 0% ND: 6,25%
3.2 Quanto ao Ensino Médio	crítica: 20% favorável: 40% Neutra: 40% ND: 0 %	crítica: 100% favorável: 0% Neutra: 0% ND: 0 %	crítica: 37,5% favorável: 37,5% neutra: 12,5% ND: 12,5%
3.3 Quanto à Educação Superior	crítica: 20% favorável: 40% Neutra: 40% ND: 0%	crítica: 100% favorável: 0% neutra: 0 % ND: 0%	crítica: 50% favorável: 37,5% neutra: 12,5% ND: 0%
3.4 Expectativas gerais quanto ao Governo Lula	Positiva: 80% Positiva com restrições: 0 % Negativa: 20%	Positiva: 0% Positiva com restrições: 0 % Negativa: 100%	Positiva: 43,75% Positiva com restrições: 18,75% Negativa: 37,5%

⁶⁴ Legenda: ND = Não declarado – SE= Sem Escolaridade – EF= Ensino Fundamental – EM = Ensino Médio – Esp= Especialização - ES= Educação Superior.

Questão	SINPRO-Rio	UPPES	SEPE-RJ
4. Escolaridade	EM: 20% Gra: 20% Esp: 60% Mes: 0% Dou: 0%	EM: 20% Gra: 40% Esp: 20% Mes: 0% Dou: 20%	EM: 18,75% Gra: 25% Esp: 31,25% Mes: 25% Dou: 0%
4.1 Escolaridade paterna	SE: 0% EF: 60% EM: 0% ES: 40%	SE: 20% EF: 20% EM: 20% ES: 40%	SE: 6,25% EF: 31,25% EM: 25% ES: 18,75%
4.2 Escolaridade materna	SE: 20% EF: 40% EM: 20% ES: 20%	SE: 20% EF: 20% EM: 60% ES: 0%	SE: 0% EF: 56,25% EM: 37,5% ES: 6,25%
5. Renda pessoal	Entre R\$ 1.200 e R\$ 1.800: 60% Acima de R\$ 3.000: 40%	Entre R\$ 1.200 e R\$ 1.800: 20% Acima de R\$ 3.000: 60% Não declarado: 20%	Até R\$ 600: 12,5% Entre R\$ 600 e 1.200: 12,5% Entre R\$ 1.200 e 1.800: 12,5% Entre R\$ 1.800 e 2.200: 12,5% Entre R\$ 2.200 e 3.000: 12,5% Acima de R\$ 3.000: 37,5%
6. Faixa etária	Entre 56 e 65 anos: 60% Acima de 65 anos: 20% Não declarado: 20%	Até 45 anos: 20% Entre 46 e 55 anos: 20% Entre 56 e 65 anos: 40% Acima de 65 anos: 20%	Até 35 anos: 12,5% Entre 36 e 45 anos: 50% Entre 46 e 55 anos: 25% Entre 56 e 65 anos: 12,5% Acima de 65 anos: 0%
7. Sexo	F: 40% M: 60%	F: 80% M: 20%	F: 62,5% M: 37,5%

Fonte: MIRANDA, 2005, p. 91.

Comparando a UPPES com outros sindicatos atualmente já nos passa uma visão de que suas lideranças possuem atualmente posições bem diferentes do que os outros sindicatos, mais classistas, ou como costumamos chamar, de “chão de fábrica”. Mas, como percebemos desde há muito na pesquisa, o conservadorismo da associação não é recente, pois desde seus primeiros anos, é possível constatar na UPPE uma forte ligação com as posições conservadoras que já há tempos existiam na sociedade. A admiração a Plínio Salgado, a

composição da UPPE por senhoras professoras de ensino primário, etc. Isso tudo se mostrou como um terreno fértil para o desejo pela manutenção das estruturas vigentes quando os militares tomaram o poder. A intenção era justamente a de manter a nossa sociedade dentro de todos os preceitos cristãos, democráticos, pacíficos e ordeiros.

Investigando as fontes produzidas pela própria associação (o seu jornal), além de entrevistas e acesso às atas, foi possível identificar indícios de que houve apoio ao regime. E este apoio variou na maneira como era feito, como por exemplo, um concurso de poesias que exaltasse as obras realizadas pelos militares, ou o empréstimo de sua sede para reuniões da caserna. A UPPE foi um modelo de instituição conservadora, que apoiou o regime militar conforme foi de seu interesse, conseguindo com isso um enorme número de benesses e evitando uma única intervenção durante todo o período da ditadura. Baseados em todo o material encontrado e pesquisado e a partir das problematizações descritas nas páginas anteriores, é que podemos afirmar que essa instituição se beneficiou com tal modelo e que sempre lhe foi conveniente cada apoio prestado ao regime.

REFERÊNCIAS

A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612009000300003#add1>. Acesso em: 20 jun. 2014.

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

ALBERTO TORRES. In: Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

AGUM, Fernanda Serafim. A memória da formação docente em Campos dos Goytacazes: o caso da Escola Normal (1947-1954). *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 13, n. 3, p. 189-204, set./dez. 2011.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Giovanni Semeraro. Gramsci e a Sociedade Civil*. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=209>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In GILL, Stephen. *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

_____. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda*. Os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FISHLOW, Albert. Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. pp. 137 a 198.

FOLLIS, Massimo. Consenso. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 1. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol. 1. Pág. 240.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Freitas. Introdução. “Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/O mal que a força sempre faz (...)”: o Brasil do AI 5. In: MUNTEAL FILHO, Oswaldo; FREIXO, Adriano; FREITAS Jacqueline Ventapane (Orgs.). *Tempo Negro, Temperatura Sufocante*. Estado e Sociedade no Brasil do AI-5. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista de 1926*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

GOMES, Ângela M. de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932-1934). Breves notas sobre a política de Maquiavel. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2012. Vol. 03. p. 11 – 112.

LIGUORI, Guido. Estado e Sociedade Civil de Marx a Gramsci. *Revista Novos Rumos*. 2006.

MAIO, Marcos Chor; CYTRYNOWICZ, Roney. *Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARTIUS, Karl Philipe Von Martius. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista Trimensal de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

MASSON, Maximo Augusto Campos. *Magistério e Sindicalismo: A trajetória do Centro de Professores do Rio de Janeiro*. 1988. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MIRANDA, Kênia. *A Organização dos Trabalhadores em Educação sob a Forma-Sindicato no Capitalismo Neoliberal: O Pensamento Pedagógico e o Projeto Sindical do SINPRO-RIO, da UPPEs e do SEPE-RJ*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

MIRANDA, Mário Angelo Brandão de Oliveira. *A questão da legalidade no contexto das crises políticas de 1955 a 1964 no Brasil*. 2010. Dissertação (Mestrado). PUC – Rio, Rio de Janeiro, 2010.

MORAIS, Eduardo Jardim de. A Questão da Brasilidade. In: _____. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 71-109.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”*: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. Cap. 3. Padrões de acumulação, oligopólio e Estado no Brasil (1950-1976). Rio de Janeiro: Graal, 1977. pp. 76 a 113.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

POULANTZAS, Nico. *O Estado, o poder e o socialismo*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história*. Debate e crítica. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 319 - 377.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquerdas revolucionárias e Luta Armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 43 a 91.

SAID, Edward W. Representações do intelectual. In: _____. Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. pp.19-36.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. v. 14, n. 41 pp. 103-120, 1999.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

TRINDADE, Hélio. Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A chegada do príncipe ao Brasil e a Revolução Pernambucana de 1817. In: _____. *História Geral do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. Tomo 5. p. 89-103 e 149-179.

VILLA, Marco Antônio. *Jango: um perfil (1945 – 1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

VIANNA, Marly de Almeida G. *O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Icleia Gomes da Silva. Rio de Janeiro, 2015.

GODOFREDO; Regina Pinto. Entrevista concedida a Diego Ramos. Niterói, 15, dez. 2013.

Livro de Atas de Assembleia Geral n° II, página 164. 16/06/1968

O Fluminense. Niterói. 1945 – 1979.

O Globo. Rio de Janeiro. 14 dez. 1968

OLIVEIRA, Teresinha. *Marcados pela história*. Niterói: UPPEs, 2004.

OLIVEIRA, Terezinha Machado de. Entrevista concedida a Diego Ramos. Niterói, 31, out. 2011.

SÍNTESE INFORMATIVA DA UPPEs. Niterói, 1968-1978. Semestral.